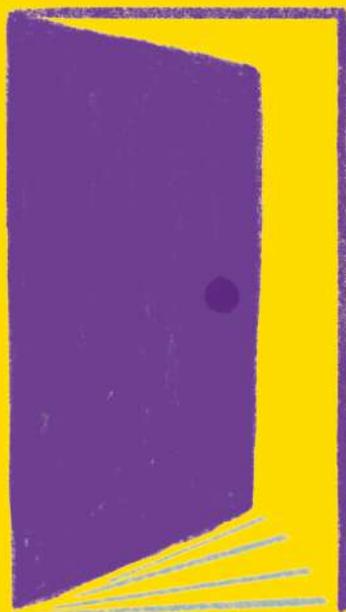


Larissa Lopes

# VAGAS ABERTAS



HISTÓRIAS DE QUEM CHEGOU<sup>u</sup>  
AO ENSINO SUPERIOR PELO PROUNI

↪



Larissa Lopes

# VAGAS ABERTAS

Prefácio

**Karla Maria**

Orientação

**Deisy Feitosa**



FAPCOM

## **Autoria**

Larissa Lopes

## **Revisão**

Marcela Reis

## **Projeto Gráfico**

Larissa Lopes

## **Capa**

Déborah Hoffmann

## **Orientação**

Deisy Fernanda Feitosa Roman

Lopes, Larissa

Vagas abertas: histórias de quem chegou ao ensino superior pelo Prouni. / Larissa Lopes. – São Paulo, 2022.

287 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, Curso de Jornalismo, São Paulo, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Deisy Fernanda Feitosa Roman.

1. Prouni. 2. Educação superior. 3. Políticas públicas. 4. Jornalismo. 5. Livro-reportagem. I. Roman, Deisy Fernanda Feitosa (orientadora). II. Título.

*Aos meus avós Antonio, Teresa (in memoriam) e Maria Aparecida, que me ensinaram a ser uma boa ouvinte desde cedo, quando contavam várias e várias vezes suas histórias de infância, adolescência e vida adulta. Espero me lembrar delas por muito tempo.*



***“As pessoas são o que são. E que assim sejam.”***

Sergio Vilas Boas



# SUMÁRIO

CARTA AO LEITOR **10**

PREFÁCIO **19**

CRIADOR (ES) E CRIATURA **23**

MARA KARINA **41**

18 ANOS DE PROUNI **87**

PORTAS ABERTAS **117**

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES **127**

PAMELA RAMOS **143**

ALÉM DA BOLSA **177**

JOSIAS GOMES **197**

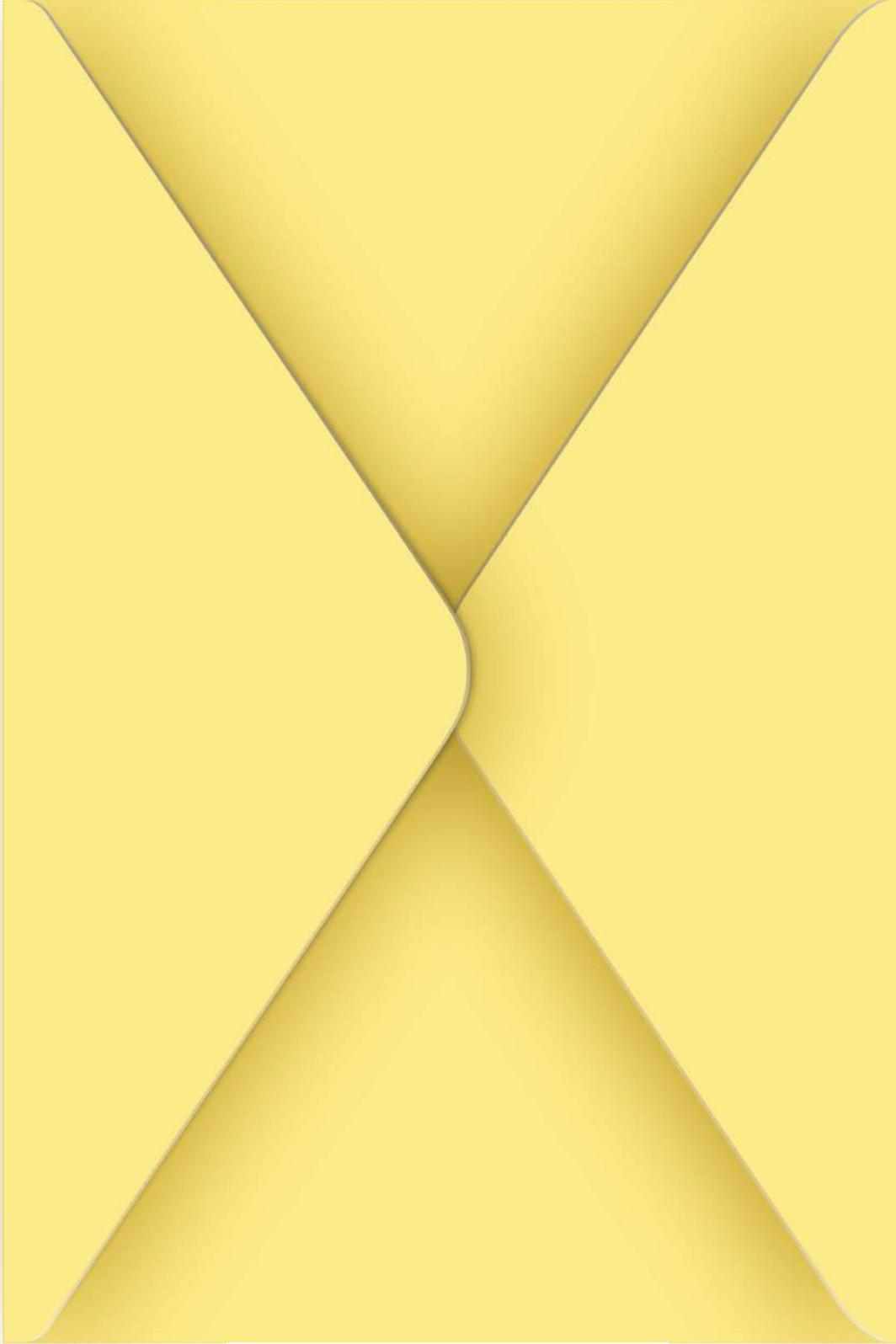
NOVOS BENEFICIÁRIOS **241**

DIGA-ME COM QUEM ANDAS... **255**

NOTA DA AUTORA **271**

AGRADECIMENTOS **279**

SOBRE A AUTORA **285**



# Carta ao leitor

Sabe a sensação de viver esperando por algo? É claro, você já deve ter esperado por alguma coisa: o final de semana, um evento especial, o dia do próprio aniversário ou o resultado da loteria, por exemplo. No meu caso, esperei muito por um dia em específico: aquele em que alguém leria um livro escrito por mim.

Sempre gostei muito de ler, então, o sonho de escrever meu próprio livro foi crescendo naturalmente ao longo dos anos, eu só não sabia quando seria a hora. Observava o tamanho dos livros e, mesmo sem conhecer os autores, imaginava que tinha dado um “trabalhão” para escrever tudo aquilo. E mais: que a pessoa tinha que ser muito inteligente para ter um livro com o seu nome. Então, se eu quisesse escrever o meu, teria que “comer muito arroz com feijão”, como diz o ditado popular.

Oficialmente, sonho com esse dia desde 2019, quando já era certo que eu faria Jornalismo, graças ao Programa Universidade para Todos (ProUni), e quando descobri que o trabalho de conclusão de curso (TCC) da graduação poderia ser um livro-reportagem.

Lembro-me do dia em que as minhas esperanças de entrar na faculdade logo após o ensino médio foram restauradas: era 18 de janeiro de 2019. Completava-se o segundo mês de espera da nota do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio, também conhecido como o “terror dos vestibulandos”. Se você já passou por essa fase, vai me entender.

Minha ansiedade era baseada em um turbilhão de pensamentos, mas vou te apresentar a alguns. Será que vou tirar uma boa nota? O suficiente para passar em uma faculdade? Vou usar o SiSU [Sistema de Seleção Unificada] ou o ProUni?

Será que vou passar em algum dos dois? Conseguirei mais de 800 pontos na redação? Ou será que eu zerei a nota? Vou precisar entrar no cursinho e estudar mais um ano? Ufa! Eu avisei que era um turbilhão. Essas são algumas das preocupações que passam na cabeça de um jovem em fase de vestibulares e mais vestibulares.

Isso porque eu sou egressa da rede pública de ensino e, ainda bem, tive uma boa rede de apoio (obrigada, pai, obrigada, mãe!) e a garantia de um prato de comida na mesa todos os dias. Para alguém em outra realidade, somadas às minhas preocupações, estariam as incertezas da fome, do abandono paternal ou de nem sequer ter tempo para estudar por causa do trabalho. A Educação pode, às vezes, disputar espaço na vida de uma criança com outras responsabilidades; quando, na verdade, ela deve ser compromisso fixo na rotina de todos os brasileiros até os 17 anos de idade, como definido por lei.

Voltando ao dia 18 de janeiro de 2019: acordei cedo, porque as notas do Enem saíam na manhã daquela sexta-feira. Eu estava em casa, sentada em frente à escrivaninha do meu quarto. Como todo vestibulando, atualizava sem parar a página oficial do Inep até que fosse possível fazer login e visualizar a nota. F5, F5, F5.

Rolei a *timeline* do *Twitter* em busca de alguma informação mais recente. Respondi à mensagem de uma amiga que estava na mesma situação. Falei com meu pai, que deveria estar dez vezes mais ansioso (e acho que até mais confiante) do que eu. E nada. Até que, finalmente, a página parou de atualizar e exibiu uma janela com campos para serem preenchidos: era chegada a hora. Imediatamente, chamei meu pai para ficar ao meu lado no que parecia ser o momento mais decisivo da minha vida — pelo menos é a impressão que todo estudante tem. Preenchi os dados e esperei a página ser redirecionada. Na tela, vimos as cinco notas. Meus olhos foram

## CARTA AO LEITOR

parar na que eu mais esperava: 980 pontos na redação, do máximo de 1000. A reação foi automática: abracei meu pai, gritamos e choramos. Vivi um dos dias mais marcantes da minha vida até agora, afinal, eu estava vendo o resultado de anos de estudo na educação básica e, ainda, parte das minhas expectativas sendo atendidas.

Tirando a redação, as outras notas eram baixas, mas já eram esperadas. Não consegui me preparar para os vestibulares tanto quanto gostaria e seria necessário para conquistar uma vaga no ensino superior. Sou fruto de um ensino deficitário e uma rotina de ensino médio em que faltava tempo para me dedicar mais, já que eu estudava em tempo integral em uma escola técnica. Diante disso, assinei um curso pré-vestibular on-line e optei por focar em potencializar ainda mais o que eu já era boa: as áreas de Linguagens, Humanas e Redação.

Estudei na rede pública de ensino desde o primeiro ano do ensino fundamental, com exceção dos oitavo e nono anos, em que tive bolsa integral numa escola privada de São Paulo por ser filha de uma das funcionárias — minha mãe trabalhava na secretaria da instituição.

No Brasil, o ensino público salva e dá oportunidades a muitas pessoas que não teriam a chance de estudar se tivessem de pagar; mas, ainda assim, é um ensino deficiente por diversos motivos. Muitos dos conteúdos ensinados nas escolas públicas se repetem ao longo das séries, ou porque faltam professores para avançar no ensino, ou porque a maioria dos alunos não consegue acompanhar.

Para citar um exemplo: quando eu estava na sexta série, agora sétimo ano, minha professora de Matemática não pôde ensinar a equação de primeiro grau e os usos do “X” para a minha turma, porque a maioria dos alunos não sabia resolver uma “conta de dividir”. Uma realidade triste, sobretudo por-

que revela a desigualdade educacional de nosso País.

Logo que saí da escola pública e recebi a oportunidade de entrar em uma privada, com bolsa total, chorava em casa com os meus pais por me sentir “atrasada” em relação aos meus novos colegas. Enquanto todos eles sabiam geometria, álgebra e o *present continuous* no inglês, eu ainda estava conhecendo o “X” e só sabia o verbo *to be*.

Mas, quando recebi a nota do Enem, no início de 2019, minhas esperanças foram renovadas: a nota da redação me permitiu continuar sonhando com uma vaga na faculdade. Depois deste dia, mais alguns de espera e ansiedade. Até que as inscrições do SiSU abriram e, logo depois, as do ProUni. No SiSU, não tive nota para passar em Jornalismo na renomada Universidade de São Paulo (USP), a única opção para fazer meu curso em São Paulo, sem mudar de cidade.

Minha esperança passou a ser o ProUni. Começamos, eu e meus pais, a pesquisar tudo sobre o programa na *Internet*, como se inscrever, como visualizar as notas de corte, por exemplo. Depois de testar algumas opções de faculdade — o que é possível fazer durante o período de inscrições e enquanto o sistema não fecha —, acabei deixando como primeira opção a Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e como segunda a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na FAPCOM, eu tinha apenas uma chance, uma vaga na ampla concorrência. Na PUC-SP, se não me engano, eram quatro. Adivinha onde passei? Na FAPCOM.

Nos dias que seguiram, além da alegria, houve muita correria para reunir os inúmeros documentos que o Prouni exige para comprovar a renda e a realidade socioeconômica do aluno. No dia 7 de fevereiro de 2019, fiz a matrícula na faculdade. “Ufa, já posso respirar”, pensei. O pior já tinha passado, e os desafios tinham, finalmente, valido a pena.



Em 7 de fevereiro de 2019 às 13h48, a bolsa era oficialmente minha. Foto: arquivo pessoal.



O dia do "trote", evento tradicional universitário, marcou a entrada na faculdade. Foto: arquivo pessoal.

Não vou dizer que escolhi o Jornalismo “desde que me entendo por gente”, porque estaria mentindo. Como toda criança, a verdade é que já quis ter muitas profissões: estilista, professora da educação infantil, babá, fotógrafa, poeta, escritora, advogada, jornalista, *designer*, publicitária.

Quando se é criança, a faculdade parece tão distante que quase ninguém pode afirmar que pensava de forma concreta nisso. Nem sequer temos consciência de como funcionam as engrenagens do ensino superior, a forma de ingresso, quanto custa, quantos anos dura um curso ou a grossura do diploma que seguraremos na mão — coisas que começamos a pensar geralmente no ensino médio.

Mas, a verdade é que faculdade não deixa de dar as caras na infância: como quando escutamos de alguém a frase “O que você quer ser quando crescer?”, lá está ela, à espreita, observando nossos próximos passos. Claro, muitas profissões e perspectivas de futuro respondidas nessa pergunta podem

ser alcançadas sem o ensino superior; mas a grande maioria dos adultos que nos fizeram esse questionamento queriam escutar algo que envolvesse uma faculdade, eu te garanto. Certeza de um bom encaminhamento? Garantia de emprego? Acho que sim. E é interessante como a educação superior sempre esteve ligada ao futuro, ao trabalho, ao que nos tornaremos, ao papel que teremos na sociedade. E, de geração em geração, essa ideia sobre a universidade permanece a mesma.

Esquece-se que a idade, o estado e a forma em que chegamos ao ensino superior reflete toda a nossa formação pessoal e os lugares que frequentamos na educação básica. Como no olhar da Psicologia: uma atitude de hoje, geralmente, é fruto de um passado marcado por traumas, necessidades não atendidas, habilidades não desenvolvidas, oportunidades não garantidas.

A bagagem de alguém que estudou em uma escola privada certamente não é a mesma de alguém que estudou numa escola pública. Como também as perspectivas de mundo, a presença da família, as saúdes física e mental, as condições financeiras e garantias básicas ao ser humano. E é isso que quero aprofundar neste livro, a partir das histórias de bolsistas do ProUni assim como eu: uma visão geral da trajetória universitária.

Ainda no cenário de comparação entre os setores público e privado, o corpo docente é outro tópico a ser tratado. Sem a intenção de querer definir aqui o papel de um professor, uma das coisas mais bonitas que enxergo na profissão é a de encorajar e incentivar os alunos, independentemente de estar numa escola pública ou particular; há professores assim nos dois cenários.

Quando somos crianças, além da família, os professores são outros modelos que nos espelhamos, porque a escola é o segundo lugar que passamos mais tempo durante o dia. Ao

olhar para o professor, observamos seu modo de ensinar, suas características físicas, a maneira que nos repreende quando erramos, a voz que usa para nos dar um bom dia ou boa tarde. Tudo isso fica guardado na memória, nos influenciando em nossas relações e na maneira como veremos o mundo.

Tive o privilégio de encontrar esse tipo de professor — o que incentiva e acredita — em todas as escolas que passei. Mercedes Vicente, Nadja El Jarouch, Michel Curcho, Branca Maria Batista, Jurema Muniz, Tânia Regina Acco, Jean Cordeiro, Ernesto Lacava, Luciana Jorge e Lilian Guimarães são alguns deles. Acredito, até, que só sobrevivi aos 13 anos na educação básica graças a eles, que não me deixaram desistir, que me enxergaram para além da menina *nerd* e quieta, que sentava nas primeiras carteiras e nunca atrasou uma lição de casa.

Em especial às professoras Branca e Jurema, que me marcaram um pouco mais no ensino fundamental: em meio ao ambiente hostil da escola pública em que eu estudava, acabei sofrendo *bullying*. Elas me diziam sempre: “Continue estudando, não desista, para você poder sair daqui. Nunca mude o jeito que você leva a escola e não ligue para o que eles falam”. Conselhos os quais escutei atentamente.

Por isso é tão importante, para além da garantia da Língua Portuguesa, da Matemática, das Ciências, que o Estado incentive o professor — tanto no salário quanto no reconhecimento moral. Um professor motivado e que acredita na sociedade pode mudar o futuro de seus alunos. Só valorizando essa profissão, que forma todas as outras, conseguiremos chegar a bons resultados no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), por exemplo.

E até garantir que egressos da educação básica cheguem mais fortes e preparados no ensino superior. Espero que tenha ficado claro, se antes já não era, que quando falamos

em Educação não há como separar, pois tudo está interligado.

Por sorte, por mérito, por oportunidades, por uma junção de tudo, ou seja lá o que for, cheguei à universidade. E aqui estou eu, prestes a apresentar a você o meu TCC da graduação: um livro-reportagem sobre os 18 anos de existência do ProUni e as histórias de pessoas que chegaram ao ensino superior por meio dele. Uma das coisas que mais encontrei significado na vida, graças à faculdade, foi a arte de contar histórias, como as que você lerá na sequência.



Antes de deixar que você inicie a leitura do livro, de fato, preciso fazer um anúncio. Depois que entrei na faculdade, criei uma teoria — que tentarei provar mais à frente — de que os prounistas, de algum jeito, se atraem. Não no sentido amoroso, mas por uma espécie de magnetismo que faz com que acabem se encontrando ao longo do tempo, seja durante a trajetória acadêmica ou na vida. E, quando esse encontro acontece, é a mesma sensação de conforto em encontrar o seu semelhante e ver que você não está sozinho. Compartilhamos vivências e, às vezes, até dividimos pesos.

Por isso, pode haver algum prounista lendo isso neste momento. Se você for, eu te cumprimento, em especial. Mas, se você não é essa pessoa, seja bem-vinda e bem-vindo da mesma maneira; na verdade, este livro é para você. Aproveite para mergulhar na realidade do ProUni e de quem é seu beneficiário: ou seja, eu, os jovens e adultos retratados aqui e outros milhões espalhados pelo Brasil. Você não sabe o que vivemos, a escola em que estudamos, as dificuldades familiares e sociais, os desafios pessoais, nem o alívio que sentimos ao saber que nossa nota no Enem bastou. Mas, com este livro, há a oportunidade ideal para mudar isso. Vamos juntos?

**A autora**

# PREFÁCIO



## PREFÁCIO

Que bonitos são os caminhos e encontros possíveis a partir da leitura dos livros, da observação do cotidiano, da vida do nosso povo, da realidade desse nosso país.

Nestas páginas, escritas feito um bordado desses de vó, e por isso cheias de compromisso, cor e afeto, encontramos histórias reveladoras do papel e da potência da educação no tecido social de uma nação, e mais, da obrigação do Estado em cumprir a Constituição Federal.

Em seu trabalho, Larissa Lopes provoca nosso olhar e uma discussão sobre o acesso ao ensino superior brasileiro por meio de uma apuração caprichada com o pé na realidade, na rua, e com o olhar naquele e naquela que lhe conferem confiança, tempo, um bolinho de chuva, um sorriso. É bonito. É necessário. É jornalismo.

Este livro revela nosso atraso como nação no campo da educação, denuncia estruturas racistas e ultrapassadas que ainda desafiam alunas e alunos pobres, negros, indígenas e com deficiências físicas a buscarem superações para além das já apresentadas em um país excludente, desigual.

Mostra o perigo de políticas de Estado, como o ProUni, serem desmontadas por um governo despreparado e descomprometido com uma educação verdadeira, libertadora e transformadora em suas estruturas. Vale ressaltar que o Enem, a porta de entrada para o ensino superior e ferramenta do ProUni, passou por processos conturbados no governo de Jair Bolsonaro, com desorganização na aplicação de provas e tentativas de interferência no conteúdo do exame.

Em 2021, o presidente da República chegou a pedir ao então ministro da Educação, Milton Ribeiro, que o exame não falasse em golpe de 1964, mas em revolução, visão rechaçada por historiadores. O tema da ditadura militar (1964-1985) não aparece nas provas desde 2019.

A falta de credibilidade do governo Bolsonaro em suas

ações e em sua comunicação institucional, somada aos efeitos da pandemia de Covid-19, pode ser vista nos números da edição 2022 do Enem, com 3,4 milhões de inscritos, o menor número em 17 anos.

Mas, para além das denúncias, como disse, este livro é bonito, e o é porque escancara as inúmeras capacidades de um ser humano quando ele acessa seus direitos básicos, em especial a educação.

Não foram apenas 1,2 milhão de pessoas, prounistas, que mudaram suas vidas ao acessar o ensino superior, foram as vidas de suas famílias, comunidades, daqueles e daquelas que receberam o resultado da luta, do estudo e das conquistas.

Por tudo aqui já escrito e tanto mais a ser descoberto nas páginas a seguir, convido-os à leitura deste livro. Esta obra causou-me profunda identificação e emoção pelo meu caminho também percorrido, sonhado e suado. Pelos desafios no ir e vir, na solidão e na realização a partir da educação, da apuração, dos livros.

Viva as políticas públicas que apostam na transformação para o bem comum.

Viva Lopes, Tapajowaras, Ramos, Silvas, Gomes, Santos, Borges e Souzas.

Viva!

**Karla Maria**

jornalista, escritora, filha  
da Maria, prounista

CAPÍTULO 1

# **CRIADOR (ES) E CRIATURA**



# 1

— Cadê ele? - diz um dos funcionários responsáveis pela limpeza do prédio.

— Acho que ainda não chegou...mas ele sempre dá aula aqui na 109 - fala a outra funcionária, apontando para o corredor de salas que termina justamente na sala 109.

— É, ele sempre me cumprimenta quando me vê - completa o homem que iniciou a conversa.

Depois de falar isso, cai na risada, acompanhado da colega e de outro funcionário que estava em silêncio até então. Para mim, que escutava a conversa, não houve dúvida sobre quem eles estavam falando.

Era uma terça-feira ensolarada de junho e já passava das 13h30. O prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) começava a receber os alunos que retornavam para as aulas depois do

almoço. Cartazes em papel *kraft* marrom e com letras coloridas ocupavam as grades de um vão no corredor principal, que dá para as escadas e as demais salas. “Por permanência e contra os ataques à educação”, li em um deles.

Eu estava ali para assistir à aula que começaria às 14h. Segundo a planilha da segurança do prédio, cuja ajuda eu pedi, a aula aconteceria na tal sala 109. Sentei-me em um banco e esperei. Distraída com o celular, olhei para frente e vi a movimentação de duas ou três pessoas indo em direção à sala; resolvi ir atrás. Quando entrei, vi que o espaço era pequeno, tinha carteiras azuis enfileiradas, uma mesa para o professor e uma lousa verde gigante. Os alunos se sentaram espalhados pela sala e eu escolhi uma cadeira no centro, mais ao fundo.

De jaqueta de couro e calça jeans escura, o criador do ProUni chega à sala alguns minutos depois acendendo a luz e com um “Boa tarde” aos estudantes que já estavam presentes. Pelas minhas contas, estamos em dez; ao longo da aula, mais lugares vão sendo ocupados.

— Alguém leu “O Triunfo da Cidade”, do nosso amigo Edward Glaeser? - pergunta, enquanto coloca seus objetos pessoais em cima da mesa dedicada ao mestre.

Os alunos vão interagindo sobre a leitura do livro do economista norte-americano; um deles faz um comentário mais fervoroso, o que provoca no professor uma reação em resposta: “Ah, você é revolucionário?”, ele diz, em seguida abrindo um sorriso de canto de boca.

— Fiquei sabendo que vocês querem a prorrogação do prazo pra entregar os trabalhos - o professor diz, com as mãos nos bolsos da calça, tendo a confirmação dos alunos com um balançar de cabeças. — Eu posso aumentar o prazo, mas preciso entregar as notas. Sabem que minha intenção não é reprovar ninguém, mas tentem fazer um trabalhinho legal - dispara, sorrindo.

Fernando Haddad frequenta a USP como professor universitário há 31 anos. Para esta turma, está lecionando a disciplina eletiva de Gestão de Cidades e tendo contato com alunos de vários cursos da universidade. A aula segue na forma de debate por três horas seguidas, ora o professor contando como foi administrar a cidade de São Paulo entre os anos de 2013 e 2016 na figura de prefeito, ora os estudantes comentando estratégias e problemas urbanos, entre eles o transporte público.

Temas variados surgem na discussão, que passa pelo Plano Diretor, pela desigualdade social e pelas eleições, que aconteceriam mais tarde, em outubro. Na época, Haddad era apenas pré-candidato ao governo do estado de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O nome de Márcio França foi citado por um dos alunos, e o professor aproveitou para comentar: “A última informação que eu tenho é que parece que ele vai desistir da candidatura [para o governo do estado], vamos ver”. Outro aluno dispara: “Se isso acontecer, o senhor passa na frente”. No mês seguinte, em julho, o Brasil veria a chapa Lula-Haddad-França nascer, com Márcio concorrendo ao senado federal, e não mais ao governo de São Paulo, deixando o caminho livre para Haddad.

Chegando à pauta de educação, especialidade do ex-ministro, ele conta que as propostas de reforma universitária das quais participou, em 2004, com o então ministro Tarso Genro, foram inspiradas no que vinha acontecendo no Chile. O país, que não faz fronteira com o Brasil, passou por um desmonte das universidades públicas a partir de 1981, tornando pago o ensino que antes era gratuito.

O que eu não esperava era saber que existe uma ligação da crise chilena com o tema deste livro. “Uma das justificativas que eu usei, inclusive, pra criar o ProUni, foi a crise do

acesso ao ensino superior no Chile”, revela o professor, quase ao final da aula. E, assim, a origem de uma das maiores políticas públicas educacionais ganha ainda mais camadas a serem descobertas. Para reconstruir esse contexto, nossa próxima viagem é de volta aos anos de 2003, 2004 e 2005.



Fernando Haddad tem 59 anos, é advogado, ex-ministro da Educação (2005-2012), ex-prefeito de São Paulo (2013-2016), professor universitário e criador do ProUni, do qual faz questão de comentar em quase todas as entrevistas que concede à mídia.

Na vida pública, Haddad entrou mais tarde, lá pelos seus 37 anos<sup>1</sup>. O primeiro cargo foi o de chefe de gabinete da Secretaria de Finanças da prefeitura de São Paulo, em 2001. A prefeita em exercício era Marta Suplicy, e o secretário de Finanças era João Sayad, a quem Haddad respondia. Em entrevista via telefone, em junho de 2022, Haddad me contou que foi justamente nessa época que surgiu um projeto que, mais tarde, inspirou o ProUni.

— Na gestão da Marta, fizemos uma reforma do ISS [Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza] da cidade e, nessa lei de reforma, eu previ que as instituições privadas de ensino pudessem pagar 60% do imposto, que era de 5%, em bolsas de estudo. Mas como a lei foi aprovada no final de 2002, e eu deixei o governo logo depois, essa parte não foi regulamentada - resgata o ex-chefe de gabinete.

A lei de reforma a que ele se refere é a Lei nº 13.476,

---

1 Informação divulgada pelo próprio Fernando Haddad, em participação no podcast Bocas Ordinárias, produção original do Spotify, que foi ao ar em 13 de setembro de 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2rx36eBCR80JZLnYXd6wmM?si=276efdaf3af3439b>.

de 30 de dezembro de 2002 que, de fato, não contempla qualquer menção à educação superior. A ideia não saiu do papel, mas quem mudaria de posto seria Haddad: foi convidado pelo ex-ministro Guido Mantega, que tinha recém assumido o Ministério do Planejamento, para ser seu assessor especial. Em maio de 2003, trocou São Paulo pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Já estabelecido na capital do Brasil, Haddad viu sua esposa, a dentista e professora da USP Ana Estela, também receber um cargo no Ministério. Cristovam Buarque, então chefe da pasta de Educação, convidou-a para ser sua assessora em setembro do mesmo ano. Na rotina de trabalho, Estela acabava lendo cartas e mais cartas, escritas por cidadãos brasileiros, que continham queixas sobre algo que queriam que melhorasse.

— Lula sempre foi um presidente popular, então ele recebia muitas cartas. A presidência tinha um centro de documentação histórica, onde as cartas eram recebidas e analisadas e, conforme o tema, eram encaminhadas para os ministérios. O MEC [Ministério da Educação] já tinha algumas respostas padrão que respondiam a muita coisa, mas havia um conjunto de cartas mais complexas que esse setor padrão não dava conta de responder, e essas vinham para mim - explicou Ana Estela, em entrevista à Ecoa Uol<sup>2</sup>, em dezembro de 2021.

E foi de uma dessas cartas que o ProUni “surgiu”. Haddad conta que, certo dia, Estela leu uma carta de uma mãe que tinha perdido o filho e que, mesmo com a morte dele, continuava pagando o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) — isto é, pagava os juros do crédito educacional que

---

2 Matéria do portal Ecoa Uol, de 14 de dezembro de 2021, disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/14/ana-estela-haddad-criou-prouni-foi-politica-extremamente-bem-sucedida.htm>.

o filho usufruiu para fazer a faculdade. Segundo Haddad, isso acontecia porque o programa ainda não tinha criado uma forma de “seguro”.

— A gente sempre chegava em casa e contava as coisas que tinham acontecido no dia, né? Ela chegou chorando por causa da carta e me falou: “Por que você não traz aquela ideia tua da prefeitura para o governo federal?” - lembra o advogado, em referência à ideia que teve na gestão de Marta Suplicy.

Nessa época, Haddad estava trabalhando nos primeiros esboços da lei das PPPs no Ministério do Planejamento, ou melhor, a Lei nº 11.688. Publicada em 19 de maio de 2004, ela instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas<sup>3</sup>.

Diante da carta e do questionamento da esposa, Haddad foi prático em colocar o plano em ação.

— Aí eu falei pra ela: “Então vamos dividir o trabalho: você levanta o Censo Escolar e a contabilidade das instituições privadas e eu levanto a jurisprudência e a contabilidade pública”. A Estela já tinha trabalhado numa universidade de Guarulhos, uma instituição privada, então ficou com essa parte. E aí entre outubro e novembro [de 2003] eu rascunhei o projeto de lei. Foi tudo muito rápido - descreve.

A redação do projeto contou, ainda, com a ajuda do advogado Marcos Barbosa Pinto que, segundo Haddad, foi de extrema importância para rascunhar a lei com mais rapidez. Em cerca de um mês e meio, o casal de assessores tinha feito as pesquisas e levantamentos necessários e, finalmente, o Projeto de Lei (PL) estava pronto.

— Aí a Estela apresentou para o Cristovam [Buarque],

---

3 Segundo o portal RadarPPP, as PPPs não são uma privatização, mas, sim, “um contrato de longo prazo entre um ente público e uma parte privada, para o desenvolvimento e/ou gestão de bem ou serviço público, em que o agente privado arca com risco significativo e com a responsabilidade pela gestão ao longo da vida do contrato [...]”. Disponível em: <https://radarppp.com/blog/voce-sabe-o-que-e-uma-parceria-publico-privada-ppp>.

que não manifestou muito interesse no projeto.

Apesar da negativa, eles não desistiram do projeto. No ano seguinte, Tarso Genro foi nomeado Ministro da Educação; junto com ele, Haddad tornou-se secretário-executivo do ministério. Era hora de investir no projeto novamente.

— Em janeiro de 2004, quando o Tarso assumiu, apresentamos para ele. Foi aí que o ProUni começou, porque o Tarso abraçou a ideia na hora, logo na primeira reunião.

Com o chefe da pasta confiando na ideia, logo o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficou sabendo e também “comprou” o projeto. Nos meses seguintes, ainda em 2004, o MEC organizaria reuniões com representantes do movimento estudantil e de instituições de ensino superior privadas — sendo esses últimos a ponte para que a política desse certo.

Fabiana Costa, assistente social e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) à época, pôde acompanhar alguns desses encontros em Brasília. Designada pela UNE, ela morava na capital federal para acompanhar de perto as propostas de educação no congresso nacional. Logo na primeira reunião em que foram chamados, em algum mês do primeiro semestre — que Fabiana não lembra com certeza —, ela estava por acaso em São Paulo, e precisou ir às pressas para Brasília.

— De repente, o Gustavo Petta, que era presidente na época, me liga e fala: “Bia, vai ter uma reunião, o Haddad tá chamando a UNE e várias entidades educacionais para apresentar uma nova política de acesso à educação superior, um tal de ProUni” - relembra a pesquisadora.

Com a pressa, acabou esquecendo os documentos necessários para embarcar e perdeu o voo; chegaria atrasada em Brasília.

— Quando cheguei, a reunião estava acabando. Falei

para o Haddad: “Secretário, me desculpe, a empresa não me deixou embarcar”. Aí ele disse: “Não tem problema, não, mas é muito importante que a UNE entenda esse programa. Então, vem amanhã aqui para a gente fazer uma reunião e eu te explicar”. Voltei no outro dia e ele me explicou todo o programa.

Fabiana lembra que, quando entendeu o que seria e como funcionaria o programa, achou “incrível” e logo levou a notícia para os outros membros da UNE. De primeira, a recepção não foi positiva.

— Tiveram dúvidas e resistências. O que ouvi foi: “Ah, vão começar a ampliar as vagas do setor privado, isso aí é golpe, a gente precisa é de recursos públicos”, o que é uma reação super legítima, né? Mas eu respondi: “Gente, vocês estão viajando, isso é um negócio revolucionário, isso é muito importante”... - conta, resgatando o entusiasmo que sentiu.

Segundo ela, como a UNE é composta por diversas forças políticas, os membros tinham diferentes posicionamentos frente à nova proposta. O presidente da entidade estudantil na época era Gustavo Petta, que hoje é vereador da cidade de Campinas, no interior de São Paulo. Ele explica o contexto de como a proposta do ProUni foi recebida.

— Era o começo do governo Lula, então existia uma expectativa muito grande das mudanças que estavam por vir. Em 2003, o governo Lula fez algumas reformas, como a da previdência, que eram polêmicas com o campo da esquerda, sabe? Então, a reforma universitária gerava muita dúvida, se ela seria realmente progressista ou se diminuiria o papel, por exemplo, da universidade pública - contextualiza Gustavo.

Além disso, para o ex-presidente da UNE, o ProUni “torceu o nariz” tanto dos militantes da educação, quanto dos representantes das instituições de ensino superior (IES). Para o movimento estudantil, o programa transferiria o foco e os

investimentos para o setor privado, quando deveria continuar no setor público. Já para as IES privadas, existiam dois lados.

— Foi uma disputa muito grande, porque de um lado você tinha muitos donos de instituições privadas contra o programa. Claro, uma parte era a favor, mas a outra era contra, porque já tinham isenção de impostos. E a forma de retornar isso à sociedade era muito nebulosa, ainda não tinha uma coisa objetiva. “Ah, temos uma política de bolsas”, mas quantas bolsas? Para quem vão essas bolsas? - exemplifica Petta.

Em resumo, a proposta estava no início, mas já havia gerado repercussão. Quem compareceu às reuniões, entendeu que o governo federal estava disposto a mexer na educação superior do País. E, para isso, gostaria de contar com o apoio das instituições privadas — que precisariam ser convencidas a aderir ao programa, cuja discussão só tinha começado.

### **TROCA COM TROCO**

O escambo, na Antiguidade, foi o precursor de um mundo onde, mais tarde, todas as relações sociais envolveriam trocas. Para dar certo, uma política pública precisa, além de resolver um problema, não criar outros. No caso do ProUni, não seria saudável para nenhuma das partes envolvidas conceder bolsas de estudo — a estudantes que não pagariam — se as contas não fechassem, tanto a conta pública quanto a das instituições privadas.

Nesse cenário, um dos primeiros desafios da equipe do ex-ministro Fernando Haddad era achar uma contrapartida, ou seja, uma compensação para as IES que “comprassem” a ideia do programa. Se fosse atrativa, o sucesso do ProUni estaria garantido. O caminho encontrado foi oferecer a isenção de quatro tributos federais para as instituições que ade-

rissem ao programa, sendo eles: o PIS (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica).

Advogado especialista em direito educacional, Bruno Coimbra explica que a escolha dos impostos não foi à toa. “São os principais tributos a nível federal e, por ser uma política pública de acesso à educação superior nacional, não seria possível associar impostos estaduais ou municipais”, esclarece. Sendo assim, o governo federal tinha de escolher impostos que fossem universais a todas as faculdades, ou seja, que todas elas estivessem submetidas a pagar.

Contudo, antes de o ProUni existir, 85% das instituições<sup>4</sup> de ensino privadas já não pagavam esses impostos. Isso acontece porque muitas faculdades são mantidas por instituições sem fins lucrativos, respaldadas pela Constituição Federal a serem isentas de impostos, desde que “não apresentem superávit em suas contas ou, caso o apresentem em determinado exercício, destinem referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais” — segundo o artigo 10 da Lei nº 9.718, de 1998.

Sendo assim, de acordo com a Carta Magna vigente, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, não pagam impostos. O detalhe é que, com o ProUni, as instituições com finalidade lucrativa passaram a ter o mesmo benefício fiscal. Ainda, segundo o MEC, com o programa, o processo de assistência social e suporte à sociedade acontece “de forma mais transparente, já que a renúncia fiscal é transformada automaticamente em vagas”<sup>5</sup>.

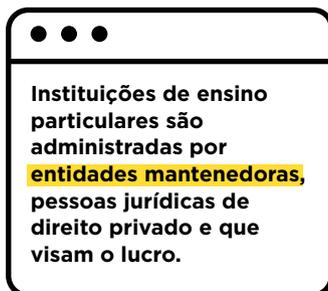
---

4 Dado do próprio MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/5821-sp-117675771>.

5 Idem.

## CRIADOR (ES) E CRIATURA

Dessa forma, de acordo com o advogado, o ProUni se apresenta de formas diferentes para cada uma das entidades de ensino superior.



— Para uma instituição com finalidade lucrativa, é como se fosse uma empresa que deveria pagar esses quatro tributos, mas, por conta da adesão e oferta de bolsas, ela deixa de pagar. Para uma instituição sem fins lucrativos, o ProUni pode ser uma estratégia tributária. E, para as sem fins que são certificadas pelo CEBAS, o programa pode ser um mecanismo de cumprimento da gratuidade - esclarece.

*A instituição sem finalidade lucrativa pode ser de duas formas: uma fundação, ou uma associação, que pode atuar na Educação, na Saúde ou na Assistência Social — ou até em mais de um campo. Instituições sem fins lucrativos que têm CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) garantem imunidade dedicando 20% da receita bruta anual em assistência social. Essa imunidade faz com que ela não pague PIS, COFINS, CSLL, IRPJ e cota patronal* — Bruno Coimbra



Fabiana Costa comenta que, na época da apresentação do programa, houve polêmica ao tratar da isenção, justamente pelo fato de algumas instituições já a possuírem.

— O ProUni surge nesse contexto de expansão, mas usando a isenção que as instituições já tinham, né? Então, era um tabu achar que iam ser recursos públicos, porque grande parte já tinha isenção. O Haddad ia nos fóruns da UNE, escutava críticas e falava: “Ao invés de oferecer serviços médicos odontológicos, ou fazer um trabalho em comunidades carentes, é para dar a bolsa para os alunos” - resgata a pesquisadora.

Além da contrapartida da isenção, tratada com frequência quando se fala de ProUni, outra estratégia utilizada pelo governo federal foi o perdão a dívidas de universidades privadas em troca de bolsas.

Em entrevista<sup>6</sup> ao *podcast* Flow, no dia 19 de outubro de 2022, o ex-presidente e então candidato Lula voltou a lembrar que o ProUni trocou dívidas que as instituições de ensino tinham por bolsas de estudo para “colocar o pobre na universidade”.

— As instituições privadas também viram ali uma oportunidade, né? Muitas estavam em débitos fiscais com o governo federal, então negociaram esse débito em forma de bolsas - conclui Fabiana.



Passado o frenesi dos primeiros anos de política pública, os problemas começaram a aparecer. Com denúncias de fraude reportadas na mídia, a contrapartida fiscal do ProUni indicava a necessidade de manutenção.

Em maio de 2011, o programa televisivo Fantástico, da

---

<sup>6</sup> Íntegra do podcast Flow, de 19 de outubro de 2022, disponível em: <https://youtu.be/QAu9KJFbMhU?t=5503>.

Rede Globo, exibiu uma reportagem<sup>7</sup> sobre faculdades que recebiam isenção de impostos graças ao ProUni, mas não concediam bolsas em troca. Isso porque, até então, não havia na lei um indicativo de preenchimento das vagas, apenas a necessidade de oferecê-las.

Na época, o portal Uol repercutiu, em matéria<sup>8</sup>, uma estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU) de que 104 milhões de reais em isenções já tinham sido concedidos indevidamente.

Diante disso, em junho de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.431 que, dentre outras resoluções, tornou a isenção tributária no ProUni proporcional à ocupação de vagas. Dessa forma, até hoje, uma faculdade privada só recebe a contrapartida se preencher as bolsas ofertadas.

— A grosso modo, se o MEC disse que você [instituição] tem que conceder dez bolsas, mas você só preenche oito, então terá 80% de isenção de PIS, COFINS, CSLL e IRPJ - ilustra Coimbra.

Mesmo com a contrapartida vantajosa do ponto de vista fiscal, há quem não tenha visto da mesma forma: 18 anos depois, muitas instituições não aderiram ao ProUni. Questiono Bruno do porquê isso acontece.

— Se o custo de oferta da bolsa for maior que o benefício fiscal, pode ser que para a instituição não seja vantajoso aderir. Outra coisa é a proporção entre isenção e ocupação: se a captação de matrículas de uma instituição fica sempre aquém das perspectivas, ou seja, ela nunca consegue preencher 100% e não tem a integralidade da isenção, isso também desmotiva a estar no programa - aponta o especialista em direito educacional.

---

7 Reportagem do Fantástico, datada de 2011, disponível em: <https://youtu.be/QwVkOFi-GTIE>.

8 Matéria do Uol disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/02/mec-vai-mudar-criterio-para-que-instituicoes-recebam-isencao-por-bolsas-do-prouni.htm>.

Já Gustavo Petta vê a não entrada de faculdades no programa por outra perspectiva.

— O aluno prounista é 100% adimplente para a instituição, no sentido de que a bolsa que ele ganha, o governo já está pagando. Está garantida. Então, a instituição que não adere, não adere única e exclusivamente por não querer ter estudantes de famílias mais populares na sua instituição - pontua o atual vereador da cidade de Campinas.



*Naquele momento, pegaram essa demanda das instituições privadas e transformaram numa política pública para ampliar o acesso da juventude à educação superior. Agora você vê uma política consolidada, certo? Mas foi um ‘puxadinho’ para resolver os problemas financeiros das instituições privadas —*

Fabiana Costa

## **MEDIDA PROVISÓRIA**

O presidente da República, na figura do mais alto cargo do Executivo, tem o poder de publicar normas com a mesma força de uma lei, que passam a valer imediatamente, sem a necessidade de aprovação prévia. É a chamada medida provisória (MP), regulamentada pelo artigo 62 da Constituição Federal.

Esse recurso é utilizado em caráter de urgência, já que, teoricamente, não pode esperar a burocracia das tramitações para começar a valer. Contudo, quando publicada, uma MP deve ser votada em até 60 dias nas duas casas do Congresso Nacional — a Câmara dos Deputados e o Senado Federal — para que vire uma lei; caso contrário, perde seu valor. Além

disso, “se não for apreciada [votada] em até 45 dias, contados da sua publicação, entra em regime de urgência”, passando a ocupar o topo da lista de prioridades dos parlamentares.

No caso do ProUni, foi uma MP que o colocou “no ar”: em 10 de setembro de 2004, era publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 213. Tão logo foi editada, começou a gerar repercussão entre o movimento estudantil, instituições de ensino superior e toda a sociedade civil.

— O fato de [o ProUni] ter vindo por uma MP foi outra crítica. “Como é que pode uma política dessa vir em formato de MP?”, eu vi algumas pessoas falando. E eu entendia a MP, porque tem coisas que são urgentes, que o poder público vê como urgentes - aponta Fabiana Costa.

Mais uma vez, a UNE participou e acompanhou a repercussão e a futura votação da medida provisória em Brasília.

— A gente foi para dentro do congresso. Foram vários embates e discussões, um período bem intenso até o projeto ser aprovado. A UNE conversava com os deputados e fazia uma pressão ali para que fosse aprovado o quanto antes. Na época, era uma proposta nova que gerava incômodo, que gerava muita discussão, então foi um esforço grande que a gente fez - diz Gustavo Petta, se referindo à diretoria e demais membros da UNE.

Ele ressalta que, além da UNE, entidades como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) também se mobilizaram em apoio e pressão para aprovação do ProUni.

De 13 de setembro a 22 de dezembro de 2004, o projeto tramitou<sup>10</sup> no congresso, entre discussões e propostas de

---

9 Trecho retirado do portal oficial do Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/entenda-a-tramitacao-da-medida-provisoria>.

10 Tramitação do projeto disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=264231>.

emenda. No dia 22, a redação final foi aprovada e seguiu para sanção presidencial, que só veio a acontecer vinte e dois dias depois.

Em 13 de janeiro de 2005, nascia o Programa Universidade para Todos por meio da Lei nº 11.096. Fernando Haddad, um dos criadores do ProUni, só viria a assumir o cargo de ministro da Educação em julho do mesmo ano.

Enquanto MP e depois PL, o ProUni já circulava na “boca do povo” e mobilizava os estudantes que estavam na fase de entrar na universidade, mesmo que ninguém entendesse ao certo o que era o programa — e sem a certeza de que ele seria aprovado. Um mês depois, em fevereiro, estudantes já estariam matriculados no ensino superior graças à política pública, e seriam marcados como “a primeira turma”.

CAPÍTULO 2

# MARA KARINA



# 2

— Você está aprovada e qualificada para continuar desenvolvendo a pesquisa - disse a professora do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Liziane Guazina, numa segunda-feira, em meio a aplausos virtuais.

— Parabéns, Mara, querida! - disse uma das pessoas que acompanhava a banca pública.

— Arrasou, amiga! - disse outra pessoa no *chat*.

A aluna carregava um sorriso de orelha a orelha, blusa e batom vermelhos, colar dourado, óculos de grau e o cabelo num *black power* de corte curto. No dia 19 de setembro de 2022, depois de duas horas e trinta minutos de apresentação, Mara Karina foi aprovada; mas essa não foi sua primeira vez.

Há 17 anos, recebeu um “sim” quando a carta do ProUni chegou à sua casa, anunciando a conquista da bolsa na faculdade. Em 2008, novamente, quando terminou a gra-

duação em Jornalismo. Em 2019, quando se tornou mestra em Comunicação. E, depois de apresentar uma prévia de seu projeto e ouvir a avaliação de dois pesquisadores da área, em 2022, Mara recebeu o aval para seguir com sua pesquisa de doutorado. Em dois anos, será enfim doutora. E pensar que tudo começou com o ProUni.



Mara Karina Sousa Barbosa da Silva nasceu em Brasília, a cidade que foi construída para se tornar a capital federal e ficou pronta em 21 de abril de 1960, graças ao ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK). Os cenários que estudantes de todo o Brasil estão acostumados a ver em livros didáticos de história, quando o professor leciona sobre a história do País, sempre foram comuns para Mara. Ela cresceu visitando a Praça dos Três Poderes, isto é, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Isso porque, desde que se entende por gente, Mara reside na Vila Planalto, bairro que fica próximo à moradia e ao local de trabalho do presidente da República, que faz parte do Plano Piloto, considerado o primeiro desenho que o urbanista Lúcio Costa fez em 1957 — e que, depois, foi colocado em prática por JK.

— Eu, literalmente, sou vizinha do presidente. Tem uma rua aqui embaixo que um dia, enquanto eu passava de carro, vi a Dilma andando de bicicleta... - descreve ela.

Além da proximidade geográfica, Mara tinha duas figuras na família que “batiam ponto” nesses endereços todos os dias: a avó materna que, quando viva, trabalhou por 20 anos como auxiliar de limpeza da Câmara dos Deputados; e a tia Célia, irmã de sua mãe, que trabalha há 30 anos na mesma função. As duas sempre traziam para casa os bastidores do



Mara brincando, em 1988, na mesma rua onde mora hoje, na Vila Planalto. Foto: arquivo pessoal



Formatura do ensino fundamental. Foto: arquivo pessoal

Congresso: como os deputados e senadores agiam, suas reputações, o que se ouvia nos corredores. Então, para a menina, crescer rodeada por política foi inevitável.

Nos aspectos físicos, Mara é uma mulher negra, de 37 anos, que usa óculos de grau, muda o estilo do cabelo frequentemente e faz academia para “virar uma gostosona” — detalhe que me contou enquanto dava risada. Quem fala com ela por alguns minutos, percebe que seu raciocínio é rápido, assim como sua fala, que por vezes é atropelada. Ela pensa rápido, fala rápido e resolve rápido; e desde sempre foi agitada, pelo que me contou de sua infância.

Quando criança, por volta dos 10 anos, tinha certeza que queria ser atriz. De tanto que falava, todo mundo já sabia.

— “A Karina vai ser atriz”, minha família falava. E minha mãe sempre pensando: “Meu Deus, como eu vou botar essa menina pra fazer teatro sem dinheiro?”. Aí eu descobri que pra ser atriz você tem que fazer teste, que não dá pra pegar o papel que você quer. Então troquei: “Eu não quero

mais ser atriz, agora quero ser apresentadora de TV” - relembra.

Vivendo a expectativa do novo sonho, Mara começou a simular uma espécie de jornal na Vila Planalto em que, claro, ela era a apresentadora.

— Eu subia todos os dias no pé da árvore, acho que era um pé de jambo, pra fazer o meu próprio jornal, um pouco antes do horário do Jornal Nacional. Subia com uma lata e um pau e começava: “Esse é o jornal da Rua nova, plim plim”. Ficava dando as notícias lá de cima pro pessoal da rua e narrava o que os vizinhos estavam fazendo também... - relembra a jornalista.

Mara cresceu pensando em se tornar jornalista, mas tinha uma outra certeza: queria estudar na UnB, a sétima melhor universidade federal do País de acordo com o *Times Higher Education World University Rankings 2023*<sup>11</sup>. Andar por Brasília traz a sensação de que toda a cidade é organizada, e de fato é: existe o eixo monumental — isto é, a grande avenida no centro de Brasília que concentra os órgãos do poder —, a asa norte e a asa sul — que dão o famoso formato de asas de avião — e as quadras e superquadras. As instituições de ensino foram planejadas para estarem em ruas paralelas: se você anda de carro pela asa norte, por exemplo, verá na mesma rua uma escola de educação infantil, mais à frente uma de ensino fundamental e médio e, enfim, o campus Darcy Ribeiro, da UnB. Para Mara, é como se já tivesse escrito seu destino, ou seja, começar na escola e terminar na Universidade de Brasília.

Em 2003, último ano do ensino médio, Mara fez a prova do Enem, que na época funcionava mais como um

---

11 Ranking de universidades federais brasileiras repercutido pelo portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/10/17/unb-mantem-posicao-de-7a-melhor-universidade-federal-do-brasil-em-ranking-internacional.ghtml>.

certificado de conclusão da educação básica e um termômetro para saber como os jovens estudantes estavam a nível de conhecimento. Hoje, o exame dá acesso a faculdades públicas e privadas, graças ao SiSU e ao ProUni. Acabou deixando a nota de *stand by*.

Concluída a fase escolar, matriculou-se em um cursinho pré-vestibular no ano seguinte, em 2004, para se preparar para a prova da UnB, que era seu foco principal. Nessa época, foi preciso um esforço coletivo da família para que ela pudesse estudar.

— Como faz pra segurar filho de pobre estudando? Minha família foi mostra pra me segurar. Em 2004, as coisas estavam um pouco melhores financeiramente, porque meu pai tinha ganhado um aumento no trabalho, então acabei recebendo um “aumentinho” na pensão. Aí pude fazer o cursinho, que custava 59,90 reais por mês na época - conta.

Durante o ano de 2004, Mara foi para o curso pré-vestibular todos os dias. Mais ao final do ano, realizou a tão temida prova da UnB que, segundo ela, tinha um sistema de cálculo de notas que só de pensar já lhe causava confusão.

— Eu não sei se eu não li o edital [da prova], se eu estava muito nervosa. Na verdade, eu sempre tive muita dificuldade de fazer prova e eu não sei se ainda é assim, mas, na minha época, se você marcasse uma errada, perdia uma questão certa, algo assim, então era mais difícil ainda - justifica.

O fato é que, no vestibular da UnB, Mara selecionou Jornalismo como primeira opção de carreira e Ciência Política como segunda.

— Não passei de primeira em Jornalismo e fiquei esperando as outras chamadas pra fazer Ciência Política, só que depois a gente decidiu não olhar o resultado. Então, se passei, ninguém sabe... - diz, dando risada.

No meio da espera angustiante, a mãe de Mara, que nes-

sa época já era funcionária pública do Distrito Federal, descobriu o ProUni. E as esperanças de entrar na faculdade naquele ano foram renovadas.

## A PRIMEIRA TURMA

Era sábado. 12 de fevereiro de 2005. Mara tinha 20 anos e, neste dia, sentia um misto de nervosismo e ansiedade, então resolveu chegar um pouco mais cedo do horário marcado. Sentou-se em um banco em frente ao chafariz do campus da antiga Unicesp — hoje Centro Universitário Icesp. Estava lá para fazer uma prova que decidiria sua entrada na faculdade.

Dias antes, ela tinha recebido em casa uma cartinha do ProUni anunciando a aprovação em uma vaga na Unicesp, que ainda não estava garantida. Para conquistar oficialmente a bolsa, Mara precisava fazer essa prova, aplicada pela própria faculdade.

Realizar um processo seletivo próprio é uma opção que as instituições de ensino têm desde que o ProUni foi criado. De acordo com a resolução mais recente que trata sobre os processos de seleção, a Portaria<sup>12</sup> nº 212, de 14 de abril de 2021: “É facultada às IES participantes do ProUni a aplicação de eventual processo próprio de seleção”.

Na prática, trata-se de uma segunda seleção, um novo ranqueamento que a faculdade pode fazer. Segundo o advogado Bruno Coimbra, essa prática quase não é mais adotada hoje, por conta da série de requisitos de entrada que o programa foi incorporando ao longo dos anos.

— Desde sempre isso está autorizado, ou seja, além de você passar pelo Enem, que é um requisito da política, eu posso exigir internamente um segundo “sarrafo” pra conces-

---

12 Documento do MEC reproduzido pela ABMES e disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-212-2021-04-14.pdf>.

são da bolsa. E existe a possibilidade de o aluno ser reprovado nesse segundo processo seletivo, então ele perderia o acesso à bolsa - explica o especialista em direito educacional.

Sentada perto do chafariz, Mara pegou seu exemplar de “O Alquimista”, do escritor brasileiro Paulo Coelho, abriu em uma página e começou a olhar para as letras. Na verdade, não estava lendo: segundo ela, era uma estratégia que aprendeu no cursinho pré-vestibular para os outros concorrentes acharem que você era tão inteligente — e emocionalmente equilibrado — que conseguia ler um livro tranquilamente antes de fazer uma prova. “Ah, eu era ruim assim”, diz Mara, lembrando do dia.

De certa forma, a “pegadinha” de Mara deu certo, porque, a alguns metros dela, um menino e uma menina tinham acabado de chegar e não paravam de encará-la. O menino era Marcos Santana, que se tornaria seu melhor amigo na faculdade. A menina era Daniela Máximo, que também faria parte do grupo de amigos. Eles tinham se conhecido no metrô de Brasília, a caminho da prova, e por isso chegaram juntos. Marcos não parava de encarar Mara porque vê-la com o livro tinha realmente causado um estranhamento.

Quando entrevistei Mara e Marcos juntos, em agosto de 2022, os amigos relembrou a história com bom humor.

— Estava eu sentada lendo e de repente vejo ele me olhando... - relembra Mara, imitando o jeito como Marcos a encarou no dia.

— Ah, pelo amor de Deus, quem lê Paulo Coelho? Só a Mara... - dispara Marcos.

— E eu pensando: “Por que esse cara tá me olhando?”. Vou mandar ele... - conta Mara, lembrando o palavrão que pensou no dia. Depois o Marcos me contou o que tava achando na hora: “Eu tô aqui me cagando pra prova e essa filha da mãe tá lendo?” - diz Mara, sorrindo.

## VAGAS ABERTAS

— A Mara sempre foi meio doida... - opina Marcos enquanto gargalha.

Depois da troca de olhares e julgamentos, os candidatos às bolsas do ProUni foram realizar a prova. Marcos conta que, terminado o exame, ele e Mara chegaram a comentar juntos algo sobre as questões, mas a conversa foi rápida e superficial. Cada um foi para sua casa. Já Mara lembra de ter sentado próximo a eles na sala de prova e pensado: “Se eu passar, vou andar com essas pessoas na faculdade”. E dito e feito.

•••

Três dias depois da prova, Mara recebeu uma ligação da Unicesp com a notícia de que ela tinha passado e conseguido a bolsa. O próximo passo era levar os documentos até a faculdade e fazer a matrícula.

— E aí no dia da matrícula a gente se viu e conversou mais... - diz Marcos.

— No dia seguinte, quarta-feira, já tava todo mundo na mesma sala. A gente sentou do lado direito: eu, Dani e Marcos. Vim junto com a Ana P no metrô e conheci a Drielly no primeiro dia, só que ela se sentou com o pessoal do fundão - diz Mara, apresentando o grupo que seria seu pelos próximos quatro anos.

O grupo de Mara na faculdade: Breno, Ana P, Daniela e Marcos. Foto: arquivo pessoal.



A entrada de Mara na faculdade passou por duas seleções, mas, antes, foi motivada pela mãe, Maria das Dores, mais conhecida como Dora. Quando a conheci pessoalmente, no final do mês de agosto de 2022, conversamos sentadas no sofá de sua casa — onde Mara também mora — sobre como a família descobriu o ProUni.

Em 2004, dona Dora já era funcionária pública e, por isso, estava sempre antenada nas notícias do governo. Entre memórias antigas, ela não lembra se trabalhava em uma unidade do Na Hora ou num cartório do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas o fato é que foi durante o trabalho que leu a primeira menção do ProUni pelo computador.

— Eu tava procurando formas de a Mara fazer faculdade e sempre li muito. Então, quando fiquei sabendo, fui procurar. Em Brasília é tudo muito caro... A gente que é servidor do Estado não é pobre nem rico, mas o povo acha que você é rico porque é funcionário do Estado. Então fui atrás, se eu não conseguisse a bolsa integral, só a metade já tava valendo - resgata dona Dora.

Ela passou a acompanhar quase que diariamente as atualizações do tal ProUni. Esse período deveria ser entre setembro e dezembro, meses em que a medida provisória que anunciou o programa estava em tramitação no Congresso Nacional. Quando as inscrições foram liberadas, era hora de colocar a mão na massa; mas tinha um detalhe: a prioridade para se inscrever no novo programa era para os estudantes que haviam feito a edição do Enem mais recente, ou seja, o Enem 2004. Mara tinha feito somente o exame de 2003.

— Ficamos esperando e pensando: “Não é possível que não vai sobrar vaga pra quem fez em 2003, não é possível”. E aí abriram vagas pra quem tinha feito no ano anterior, então eu me inscrevi já no sistema de cotas - conta Mara.

Em casa, ela e a mãe fizeram as contas para desco-

brir qual era a renda per capita da família, isto é, a renda de todos os residentes da casa somada e dividida pelo número de pessoas que dividem o mesmo teto. Por 20 reais, Mara não poderia concorrer à bolsa integral do ProUni; desde sempre, para pleitear uma vaga nessa categoria, a renda per capita do estudante não poderia passar de um salário mínimo e meio. Dona Dora associa essa pequena sobra com o fato de, no programa, o governo pedir o cálculo em cima da renda bruta da família.

— É uma coisa que eu não acho certa, porque esse dinheiro você nem vê, o meu salário já entra na conta com os descontos. Se eu ganhasse de fato a renda bruta, aí eu concordo que daria pra pagar uma faculdade, mas não, vai 27% do imposto de renda, mais 13% da seguridade social... - defende a matriarca.

Na época, moravam na casa da Vila Planalto: Mara, dona Dora, os avós maternos de Mara, Geraldo e Geralda, e Ana Cláudia, sua irmã mais nova — três anos depois viria Júlia, a terceira filha de Dora. O pai de Mara, Severino, não acompanhou o crescimento da filha e só assumiu a paternidade quando se converteu à religião evangélica; nessa altura, a menina tinha 16 anos e começou a ganhar uma pensão do pai, depois de ordem judicial.

— Então, por causa de 20 reais por cabeça, não consegui a bolsa de 100%. Mas minha mãe falou: “Vamos assim mesmo e depois a gente vê como faz”. Minha mãe é assim. E a gente foi, inclusive meio descrente, porque uma bolsa de 50% era muita coisa, não era possível existir isso - reconta a estudante.

O fato é que Mara estava oficialmente matriculada. Agora, o desafio seria arcar com a metade da mensalidade. Sobre a descrença no ProUni que ela comenta era, na verdade, generalizada: ninguém sabia ao certo o que era o programa,



Mara com "toda a família", como ela diz, em 2019: mãe, avó, irmãs, primos e tias. Foto: arquivo pessoal

se era de verdade ou se a conta chegaria depois, com juros e correção monetária.

— As pessoas não acreditavam naquilo, no governo dando bolsa para alguém fazer faculdade. Ninguém botava fé, ninguém acreditava, porque o medo era entrar, receber a bolsa do governo e depois receber uma conta do FIES. “Você não vai ter que pagar isso depois?”, me perguntavam, e o que eu mais respondia era: “Não sei, espero que não” - confessa Mara.

— E eu tenho um amigo que até hoje fala: “Menina, antes ninguém sabia o que era o negócio do ProUni, agora um monte de gente faz” - exemplifica Dora.

— Até quando eu me formei a gente ficava falando: “E aí, será que chega a dívida hoje?” - brinca Mara - Não vai chegar coisa nenhuma, já formou, acabou, não tem mais conversa...

Mara brinca que, se o ProUni fosse lançado nos tempos atuais, seria alvo de milhões de *fake news*, já que, além de algumas pessoas não acreditarem, outras aproveitariam até

para aplicar golpes em cima das bolsas.

Quem também comenta sobre o clima desconfiado que se instalou entre 2004 e 2005 é o próprio criador do ProUni. Quando o entrevistei por telefone, em junho de 2022, Fernando Haddad disse que soube de várias histórias desse tipo.

— Eu recebi relatos de casos do pai ir junto com o filho ou com a filha se desculpendo na instituição, como quem diz assim: “Olha, eu acho que eu recebi um trote mas eu vim aqui...” - conta, entre risadas - Isso aconteceu com muita gente no começo, que duvidava que aquilo fosse possível, né? - aponta Haddad.

Para o ex-ministro, a dúvida dos beneficiários do ProUni e da própria família aumentava ainda mais se fosse um curso de alto custo, como o de Medicina.

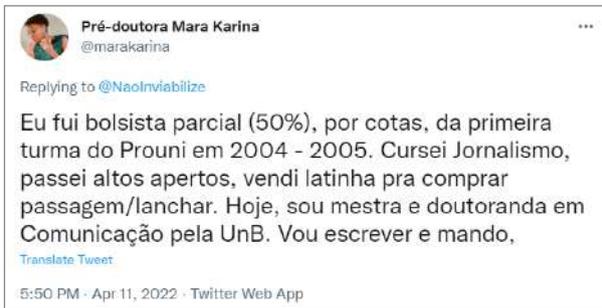
— Imagina um pai que vai matricular o filho num curso de Medicina. A incredulidade era muito grande de uma pessoa achar que ia cursar Medicina de graça em uma instituição particular. E, como raramente o pobre entrava numa faculdade de Medicina pública, porque não tinha cotas, era o mesmo que ganhar na loteria... - enfatiza o criador do programa.

•••

Mara Karina, ou só Karina — como é chamada pela mãe —, é usuária ativa da rede social *Twitter*. Eu só não esperava conhecê-la por lá; ou esperava. Eu estava empenhada em encontrar alguém que tivesse feito a graduação pelo ProUni e, ainda, que tivesse participado da primeira turma, ou seja, entrado no programa em 2005. Como prática da minha apuração jornalística, gosto de pesquisar nas redes sociais por palavras-chave, pois sempre encontro algo para inspirar ou gerar novos desdobramentos. Já tinha encontrado outra história para este livro — que o leitor conhecerá mais à frente —,

então estava confiante.

Pesquisei por “ProUni” e “primeira turma” na barra de busca. Deslizando pelos resultados da pesquisa, encontrei uma resposta a um *tweet*<sup>13</sup> principal. O principal era uma chamada da psicóloga Déia Freitas, que conduz o podcast Não Inviabilize, para que pessoas que tivessem histórias relacionadas a programas sociais do governo Lula, como o ProUni, enviassem um e-mail para ela. A resposta a esse *tweet*, que tinha saído na minha pesquisa por palavras-chave, era de Mara Karina.



Bingo! O *tweet* citava “primeira turma”, o curso de Jornalismo e ainda as titulações de mestre e doutora. Fiquei ainda mais curiosa, já que logo na identificação do usuário li o nome “Pré-doutora”. Visitei o perfil e encontrei, na biografia, a frase: “Jornalstona; mestrona; doutorandazona”, uma brincadeira dela que reforçou minhas expectativas. Guardei o registro e parti para procurá-la em outras redes, como o *Instagram*, e também no *Lattes* — que não me deixou dúvidas.

Na expectativa de que Mara topasse conversar comigo, nem que fosse apenas uma triagem para que eu conhecesse

---

13 Nome dado à publicação que o usuário faz na rede social *Twitter*; pode conter vídeo, fotos e até 280 caracteres de texto.

melhor sua história, tentei entrar em contato com ela pelo *Twitter*. Percebi que não havia a opção de enviar mensagem privada para ela — um recurso que pode ser desativado pelo usuário.

Dois meses depois, num encontro presencial enquanto andávamos pelo estacionamento da Câmara dos Deputados, Mara me contou que bloqueou essa opção porque já sofreu ataques no *Twitter*. Ela fez piada com uma figura pública, em 2020, e foi atacada pelos fãs dessa pessoa. Não sobrou outra alternativa a não ser privar a conta e fechar os canais de comunicação, para evitar novos ataques; a estratégia foi ideia de um grupo de amigas que, na época, foi seu “comitê de crises”.

Enfim, o *Instagram* era minha última esperança. No mesmo dia em que entrei em contato, ela me respondeu e topou; marcamos uma videochamada. Estava empolgada em conhecer uma outra perspectiva do ProUni, já que ela praticamente tinha sido “a cobaia” do programa, logo no primeiro ano de existência da política. Mas eu mal esperava pelas histórias que ela me contaria.



***Se não fosse a bolsa do ProUni, meu Deus... Eu precisava estudar e não tinha Plano B. Eu tinha que fazer faculdade, porque eu tinha que dar certo, tinha que ajudar minha família, tinha que sair da situação de pobreza e não tinha plano B. Não tendo plano B, ou era o ProUni, ou era nada. “Você já ia passar na faculdade”, eu escutava. Não, eu não ia, porque eu não tinha dinheiro pra estudar mais um ano pra passar na UnB. Minha situação social não me permitia sonhar com mais um ano de cursinho.***

## HORÁRIO DA FOME

Depois de 17 horas de viagem, cheguei à capital federal, num trajeto que percorreu quase mil quilômetros saindo de São Paulo. Mara tinha aceitado me conhecer pessoalmente e permitido que eu fizesse parte de sua vida por alguns dias. Ao chegar à Rodoviária Interestadual de Brasília, é instantânea a sensação de estranhamento, já que os olhos não estão acostumados a espaços tão amplos. Em Brasília, tudo parece alto, grande e imponente, de um jeito que nunca tinha visto antes, nem mesmo em São Paulo; a atmosfera é diferente. Mais tarde, Mara brincou comigo dizendo que o tamanho das construções tem o objetivo de fazer você se sentir pequeno.

Fiquei hospedada no mesmo bairro que ela mora, na Vila Planalto, para que a gente se encontrasse com mais facilidade. Na terça-feira, dia 30 de agosto de 2022, ela chegou à pousada onde eu estava com seu Ford Ka vermelho para me buscar; iríamos visitar seu local de trabalho e, depois, almoçaríamos com Marcos, para que eu pudesse entrevistá-los juntos. Ela estava de camisa manga curta amarela e uma calça de alfaiataria num tom bordô, sapato de salto, óculos de grau, brincos de argolas e um colar no pescoço.

Em cerca de sete minutos, Mara sai de sua casa e chega à Câmara dos Deputados de segunda a sexta. Sim, Mara trabalha no centro do poder, mais precisamente no Anexo IV, 6º andar, gabinete 619 da Câmara. Desde 2019, ela é assessora da deputada Áurea Carolina, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mas sobre isso falaremos mais à frente.

Depois de passar por uma revista na entrada do Anexo IV da Câmara, ganhei um adesivo amarelo com uma foto minha e a autorização para circular entre os corredores do Congresso Nacional. Enquanto subimos pelo elevador, Mara vai me contando alguns bastidores do poder, que só quem

circula por esses espaços há anos poderia notar e conhecer. Já no 6º andar, vejo as portas dos gabinetes de parlamentares diversos. É o retrato da verdadeira democracia, pois vai de deputados do PSOL à secretaria da Liderança do Partido Liberal (PL).

O gabinete de Áurea Carolina é compartilhado com o da deputada Talíria Petrone, também do PSOL; as paredes laterais são amarelas e, pela sala, estão dispostas três estações de trabalho com computadores. Mara fica na estação do meio, com o primeiro computador da fileira. A janela ampla ao fundo da sala dá visão para o estacionamento da Câmara e outros cantos do Congresso. Em outra parede, vejo folhetos que dizem respeito às pautas que a parlamentar defende, como o combate ao racismo.



À esquerda, Mara organiza papéis em uma das mesas do gabinete da deputada Áurea Carolina. Foto: Larissa Lopes



Cartazes em uma das paredes do gabinete. Foto: Larissa Lopes

Depois de um *tour* rápido pelo gabinete onde Mara passa boa parte do dia, quando está trabalhando de forma presencial, vamos para um dos restaurantes do Anexo IV, que fica no 10º andar. Marcos vai nos encontrar lá para o almoço.

•••

## MARA KARINA

O melhor amigo de Mara na faculdade é negro, alto, tem tranças no cabelo e porte físico de quem pratica exercícios físicos com frequência. Ele está vestido com uma camisa manga curta de botões azul estampada, calça preta de sarja e tênis preto; tem tatuagens nos braços e barba e bigode no rosto. Assim que chega, abraça Mara e a dupla já começa a conversar, como se voltassem à época da faculdade. Aliás, foi assim que me senti durante o tempo que passamos juntos, como se eu estivesse assistindo exatamente a como eles eram quando tinham apenas 20 anos e o sonho de se formar.

Escolhemos uma mesa do restaurante e nos sentamos. Mara me apresenta melhor a Marcos e eu aproveito para ligar o gravador e começar a chuva de perguntas. Marcos, ou melhor, Marquinho, como Mara o chama na maioria do tempo, tem 35 anos e também foi bolsista do ProUni. Eles se conheceram no dia da prova na Unicesp e, desde então, não se desgrudaram mais. A diferença entre Mara e Marcos é que, enquanto ela foi bolsista parcial — tinha só 50% de desconto na mensalidade —, ele foi bolsista integral.

Mara e Marcos no dia da defesa do trabalho de conclusão de curso. Foto: arquivo pessoal



Essa diferença é importante para contextualizar o que Mara viveu no primeiro ano de faculdade, principalmente no primeiro semestre. Para que ela fosse matriculada efetivamente, precisava pagar o valor referente aos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho. Segundo ela, os prounistas não tinham a opção de fazer o pagamento para a faculdade com boletos, tinha que ser através de cheques.

— A dificuldade já começou aí, porque eu não tinha grana e precisava de cinco cheques. Só que eu não tinha cheque, quem ia emprestar? Minha avó pediu pra minha prima e ela acabou me emprestando - conta.

Todo mês, Mara recebia 180 reais de pensão do pai. Descontada a bolsa do ProUni, ela tinha de pagar cerca de 400 reais à faculdade.

— Eles [a faculdade] fizeram de tudo, não só para mim, porque tinha outras pessoas, para que a mensalidade virasse perto de 290 reais por mês. Eles me deram mais uma grana de desconto, junto com aquele desconto de pagar antes também. Aí eu pagava metade e minha mãe a outra metade, e depois a gente pagava a prima.

Além disso, tinha o gasto com o transporte: para ir à faculdade, Mara tinha que pegar, todos os dias, um ônibus da Vila Planalto até a rodoviária e, depois, o metrô até a faculdade — trajeto com duração de aproximadamente uma hora; para voltar, usava os mesmos transportes.

— Não tinha passe livre na época, então eu tinha que pagar um terço das passagens do mês, o que dava 36 centavos em cada passagem de 1 real. Por mês, eram cerca de 30 a 40 reais. Isso era o que me fazia não ter dinheiro pra comer - conta.

Com esse esquema mensal, sobrava pouco dinheiro para o lanche da faculdade. Nos primeiros dias do mês, Mara ainda conseguia levar uma bolacha ou outra, porque as com-

pras em casa tinham sido recém feitas, mas, depois, já não tinha o que levar. Nesse cenário, Mara e Marquinhos dividiam o lanche.

— Às vezes tinha um biscoito, a gente dividia o pacote de biscoito e era o nosso lanche da faculdade... - diz Marcos.

— Como o Marquinhos não pagava, era bolsista 100%, ele tinha o dinheiro do lanche. Comprava um suco e um “pão da vovó” na cantina e a gente dividia por dois. Então, eu passei o primeiro ano da faculdade inteiro comendo com Marquinhos - relata Mara.

O “horário da fome”, nome criado pela dupla, era o horário da aula que ia das 11h45 às 13h20 na faculdade, durante as terças e quintas-feiras.

— Esse era o horário da fome porque a gente não tinha grana pra almoçar... De segunda, quarta e sexta, a gente saía 11h05, então dava pra chegar em casa 12h e almoçar, mas de terça e quinta a gente passava fome - conta a estudante.

Mara faz uma retrospectiva e diz que o que a fez continuar a faculdade foi a amizade com Marcos e o afeto com os amigos. Sem isso, ela não seria jornalista hoje.

— Eu não teria continuado, não tinha como fazer, não tinha grana pra comer. A minha vida só deu certo por conta de afeto, e qual era o afeto da faculdade? O Marquinhos. Como eu ia conseguir viver sem comer na faculdade, sem amigo e sem afeto? - questiona a jornalista, quase como se estivesse perguntando à vida.

Além de Marquinhos, outra figura ajudou Mara nesse momento: o avô Geraldo. Como a estudante comentava em casa que sentia fome durante a aula, o avô, que era pedreiro, pensou em fazer um “bico” para conseguir uma renda extra e dar à neta.

— Nos três primeiros meses, ele ficou desesperado com esse negócio de eu não ter o que comer, e aí ficou pensando

de onde a gente ia tirar dinheiro. Começou a juntar latinha e umas coisas de cobre, sabe? Não chegou a ser catador, mas ele saía pra trabalhar e, quando via latinhas, ia pegando e botando num saco. Como ele era amigo de um cara que trabalhava com reciclagem aqui, juntava tudo e vendia pro cara. Dava uns 20 reais, e aí era o dinheiro que eu conseguia lanchar - resgata Mara.

Com a ajuda do avô, Mara conseguia comprar o lanche de duas semanas, porque o combo de um salgado e um suco custava 2 reais na faculdade.

— Ele fez isso por um bom tempo? - pergunto.

— Não, foram só alguns meses, porque o primeiro semestre [da faculdade] foi o mais difícil de grana. No segundo, eu consegui dividir os cheques em mais vezes e aí sobrava 50 reais [do orçamento] pra comer na faculdade, então já deu uma melhorada.

O que também ajudou a melhorar a parte financeira de Mara foram os estágios. Em 2006, já no segundo ano de faculdade, ela conseguiu um estágio no Banco Central do Brasil.

— Eu ganhava 240 reais e a gente fazia muito milagre. As coisas ficaram bem melhores. Era incrível porque os cheques que eu paguei à faculdade eram os cheques do Banco do Brasil, com meu nome escrito e também “conta universitária”. Tudo construído a partir do ProUni, né? - diz.

Na mesma época, Marcos também começou a estagiar, mas em outra empresa. Ele conta que, quando os dois melhoraram “de grana”, o almoço passou a ser um prato do *Giraffas*, que na época custava cerca de 13 reais.

Mas nem tudo são flores: apesar da melhora na renda, Mara diz que foi o pior lugar que ela já trabalhou na vida. Sofreu racismo e outros tipos de agressão diversas vezes, onde a maioria dos funcionários eram brancos. Ficou nesse estágio até arrumar outro, porque não podia abrir mão do dinheiro.

MARA KARINA

— Eu falo sempre que eu não aprendi a ser negra e entender a ação do racismo na vida da gente na universidade. Quem me ensinou foi meu avô, um homem que não tinha a terceira série e falava de branquitude sem saber que estava falando de branquitude.

Quadro com os avós, Geraldo e Geralda, que encontrei na sala da casa de Mara. Foto: Larissa Lopes



*Lembro até hoje do cheiro forte de dinheiro novo, recém-impreso. Se o racismo tivesse um cheiro, seria o de dinheiro novo. Foram várias microagressões nos meses que fiquei ali, pela primeira vez num espaço de maioria branca. Várias vezes me indicaram ir pelo elevador de serviço, eu era questionada por estar no social. Afinal, sendo preta, eu não poderia estar ali. Ninguém acreditava que eu era estagiária de ensino superior do Departamento de Informática, no 3º andar. Ganhava 240 reais por mês. Sofri calada até conseguir outros estágios que melhoraram um pouco minha situação e pude ajudar em casa, pagar a faculdade, a passagem, o lanche e ainda metade do curso de inglês.*

— Trecho da carta que Mara enviou ao podcast Não Inviabilize.



## “OS PROUNISTAS”

Marcos, Ana P, Drielly, Daniela e Breno: assim era o grupo de amigos de Mara na faculdade.

— Nosso grupo começou bem forte comigo, a Mara, a Dani, a Ana P e o Breno... Só que o Breno ia pra faculdade quando ele queria, a gente não contava muito com ele. A Ana P morava longe, então ela quase não era colada com a gente. Mas eu, a Mara e a Dani sempre éramos bem colados - descreve Marcos.

— Aí no final a Drielly veio pro nosso grupo também - completa Mara.

— E de bolsistas do ProUni tinha mais alguém além de vocês? - pergunto.

— Só o Breno que não... - responde Marcos.

Por ironia do destino, ou não, o grupo de Mara na faculdade era quase totalmente formado por prounistas. Quando os professores passavam algum livro ou artigo para ler, os amigos formavam uma verdadeira força-tarefa para dar conta das cópias, porque não havia dinheiro sobrando. Quem “salvava a pátria” era a mãe de Marcos, dona Nilza, que dava um jeitinho de imprimir as folhas para o filho no local de trabalho, em um dos gabinetes da Câmara dos Deputados.

— A gente não tinha dinheiro pra comprar as folhas pra ler... - começa Mara, quando entro no assunto durante o almoço.

— E aí minha mãe imprimia, eu tirava xerox e levava pra gente - completa Marcos.

— E como ela imprimia aqui [na Câmara]? - pergunto.

— Ela trabalhava na copa [de um gabinete], mas hoje fica nos serviços gerais. Eu mandava o arquivo pra alguém do trabalho dela, o pessoal do gabinete imprimia, entregava pra ela e eu levava no outro dia - explica Marcos.

— Quando ele trazia, a gente tirava xerox e só dava uma cópia, porque era tipo um real por página de impressão - conclui Mara.

Ao longo de nosso almoço em um dos restaurantes da Câmara dos Deputados, no 10º andar, observei a dinâmica de Mara e Marquinhos juntos. Por vezes, enquanto conversávamos, um completava a fala do outro. Mais tarde, Mara brincou que Marcos não tinha ido ao seu último aniversário, no dia 25 de agosto, mas ela o perdoava. Para os dois, a amizade continua a mesma ainda que passem muito tempo sem se encontrarem, já que cada um tem a sua vida. E, durante a graduação, a parceria fez com que realizassem juntos todos os trabalhos em grupo.

Os semestres foram seguindo e ela foi aprendendo cada vez mais. No terceiro ano de curso, em 2007, Mara e Marcos começaram a trabalhar no mesmo lugar: na TV Brasil, emissora da EBC, e antiga Radiobrás. Os dois estavam no departamento de *clipping* que, segundo Mara, já empregou a maioria dos jornalistas de Brasília.

Certo dia, em outubro, a universitária foi chamada pela coordenadora de estágio da EBC para conversar. Em resumo, a supervisora disse que a faculdade de Mara estava inadimplente com a União e, por isso, o estágio precisaria ser encerrado. O medo de perder a bolsa — e o emprego — tomaram conta de Mara, que começou a se mobilizar.

— A faculdade tava falindo porque tinha sido roubada por um dos donos, que sumiu. Faltava um ano pra eu terminar a faculdade, a gente entrou em desespero porque pensamos assim: “Eu tenho bolsa, como é que eu vou sair daqui sem ela?” - relembra Mara.

— Pra você ter uma ideia, a faculdade tava “num pé” de um dia a gente chegar e não poder mais usar os espaços... - diz Marcos.

Segundo eles, isso aconteceu entre novembro e dezembro de 2007. Mara, então, começou a pesquisar a legislação do ProUni e outros documentos e descobriu que era possível fazer a transferência de instituição de ensino sem perder o benefício. Naquela época, o programa ainda era nebuloso para as pessoas, quase desconhecido; então, informações como essas não eram divulgadas com frequência.

Mara foi atrás e achou não só isso, mas também uma opção de faculdade que eles poderiam se transferir. O escolhido foi o Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), mas, por enquanto, estava só nos sonhos; era preciso convencer a faculdade a aceitar as transferências.

— Um dia eu acordei desesperada e falei pro Marcos no MSN<sup>14</sup>: “Vamos lá no IESB?”. Aí ele respondeu “Fazer o quê no IESB? Vamos falar com quem?” - reconta Mara.

— Nisso eu já tinha descoberto, pesquisando e ligando pra lá, que a dona do IESB era uma tal de Eda Coutinho... - completa Marcos.

— E aí eu queria porque queria ir lá no IESB falar com a dona Eda... Nesse meio tempo a gente atçou a galera [os prounistas] pra ir pro IESB, mas como ninguém botou fé, fomos só nós dois - diz Mara, se referindo a Marcos.

Então, lá ia a dupla em busca de um “novo lar”. Eles contam que conversaram com a reitora do IESB, Eda Coutinho, e foram muito bem recebidos. Ficaram aliviados; o próximo passo era convencer os outros amigos a toparem a transferência.

Depois de contar para a turma, Mara conseguiu reunir em torno de dez prounistas da Unicesp — entre eles Ana P — para mudar para o IESB. Dani, que também era do grupo,

---

14 A rede social *Windows Live Messenger*, mais conhecida como MSN, despontou na primeira década dos anos 2000 e servia para trocar mensagens instantâneas e, ainda, fazer chamadas de vídeo e áudio.

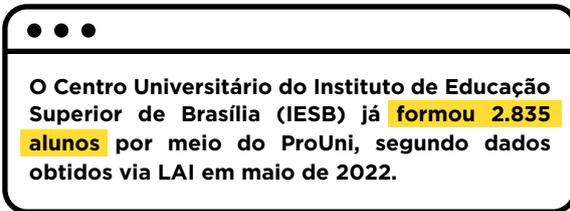
teve um problema pontual na bolsa e não conseguiu ir; se fizesse a transferência, perderia o benefício. Com as portas abertas na nova faculdade, era hora de resolver a burocracia.

Nesse meio tempo, Marcos conta que ficou muito doente e foi internado no hospital com infecção no baço, o que impediria que ele cuidasse da papelada. Quem tomou a frente foi a melhor amiga.

— Fiquei internado por três meses e foi essa doida que resolveu tudo pra mim. Ela ia ao hospital, deixava os papéis e eu assinava. Me marcou muito porque foi bem na mudança de faculdade que eu tive esse problema de saúde bem sério. Então, no fim, ela quem fez a minha transferência - conta Marcos, com feição de alegria ao falar da amiga.

Com a mudança, o trajeto para a faculdade ficou mais curto, já que a Unicesp ficava no Guará, uma das regiões administrativas do Distrito Federal — como São Paulo e Diadema —, e o IESB ficava no Plano Piloto de Brasília. Em compensação, o valor que Mara precisava pagar todo mês aumentou, porque a mensalidade no IESB era mais cara; como estava trabalhando, a estudante não encontrou dificuldade.

— Quando a gente conseguiu a bolsa, em 2005, o IESB ainda não tinha ProUni. Eram pouquíssimas as faculdades em Brasília que tinham ProUni, e a faculdade mais próxima da minha casa era a Unicesp, no Guará, por isso eu entrei nela - explica Mara.



O Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) já **formou 2.835** **alunos** por meio do ProUni, segundo dados obtidos via LAI em maio de 2022.

Respirando aliviados por não terem perdido a bolsa, o curso de Jornalismo voltou aos trilhos. Mas algumas diferenças foram logo percebidas. Em primeiro lugar, a comparação com o ensino e a grade curricular.

— Na época, o coordenador de jornalismo falou: “A grade de vocês [na Unicesp] é muito diferente da nossa”. E realmente, a nossa grade era igual a da UnB - diz Mara.

— A nossa grade era muito melhor que a deles [no IESB]. Tudo que eu aprendi de embasamento teórico de jornalismo foi na Unicesp. Pra mim, no IESB, eu cheguei pra usar os equipamentos deles, porque a estrutura era muito boa, eles tinham grua, tinham câmara que praticamente voava... - descreve Marcos.

Ele aproveita para lembrar um episódio em sala de aula que envolveu a amiga.

— A gente chegou [no IESB] com uma bagagem de teoria muito melhor que a dos alunos. Tanto é que teve uma aula de Ética, que a gente caiu com turmas de semestres anteriores, que os alunos começaram a falar um absurdo. Que quando fossem formados e não quisessem escrever sobre um conteúdo no trabalho, era só falar para os editores que eles não iriam fazer... aí esta pessoa aqui - diz Marcos, apontando para Mara — gritou no meio da sala: “É, fala isso pro seu editor que ele vai te falar uma coisa: rual!”, e aí começou a discussão... - lembra o episódio.

Com a análise curricular, a turma de prounistas transferidos acabou ficando com poucas matérias pendentes, entre elas Ética, Jornalismo Ambiental, Assessoria e Comunicação Interna e Agência de notícias. E, claro, o trabalho de conclusão de curso.

Outra diferença notada pela dupla foi a de classe social que, para eles, ficou mais evidente na nova faculdade do que na anterior.

— A experiência no IESB foi legal, apesar de um pouco traumática, porque foi a primeira vez que vi o quanto as pessoas se dividem por conta de dinheiro, porque lá era notável. Na sala, uma menina virava pra outra e falava: “Passa esse creme que eu comprei na minha viagem pra Orlando”, enquanto eu e a Mara: “Pega o meu ‘Avon’ dentro da mochila que eu comprei na feira”. Era tipo assim... - avalia Marcos.

— Enquanto eu não tinha roupa! Era uma roupa pro estágio e uma pra faculdade, que eu não precisava ir arrumadinha. Mas, pro estágio, eu precisava ir melhor, com uma camiseta sem furo, uma calça jeans mais nova...

— Era tipo um povo muito “cheio da grana” perto da gente, uma realidade completamente diferente da nossa - aponta o jornalista.

Além disso, quando chegaram à faculdade, existiam poucos bolsistas do ProUni na turma de jornalismo. Mara e Marcos associam isso ao fato de, depois de um tempo, começarem a ser chamados de “os prounistas” por alguns professores.

— O nosso coordenador chamava a gente de “turminha de transferidos do ProUni” - diz Marcos.

— Era “os prounistas” pra cá, “o caso dos prounistas” pra lá, e as pessoas achavam que isso era super normal, mas era fod\*, porque a gente tinha chegado na universidade pra concluir a faculdade e ficava com essa marca distintiva. Até que, um dia, um professor falou: “Eu acho um absurdo quando chamam assim”... - desabafa Mara.

Mas nem o preconceito pelo fato de serem bolsistas impediu que concluíssem a graduação — nem mesmo que criassem memórias. Segundo Marcos, Mara era insuportável em alguns momentos na sala de aula, porque sentava bem perto do professor e não parava de fazer perguntas.

— Nossa, eu irritava demais - confessa Mara.

— E ela queria bater no povo da sala, porque quando a gente entrou na faculdade, éramos um grupo que já sabia o que queria, não tava ali pra diversão, a gente levava a sério. E tinha o pessoal que pagava, que devia estar mais interessado, né? E a gente não tava pagando nada, então não tínhamos muita paciência pra quem ficava divagando e falando da vida na hora que o professor tava explicando algo interessante. Um exemplo: o professor falando de Filosofia da Comunicação e alguém fofocando assim “Não, porque quando eu fiquei grávida...”, aí a Mara já pegava a pasta na mão e falava: “Eu vou dar na cara dessa menina” - relembra o amigo, com bom humor.



*Eu não tinha chance de dar errado, eu era bolsista...*

## RETA FINAL

Mara e Marcos já eram chamados de “casal” no trabalho por sempre andarem juntos, mais ainda na faculdade. Para completar a sintonia, fizeram o TCC juntos. Como tema, escolheram falar sobre a entrada do Jornalismo na *Internet* e como ela influenciou o modo de produção e divulgação de notícias. O resultado foi uma reportagem em vídeo, de cerca de dez minutos, com o título “Aconteceu, virou notícia”.

O sucesso do trabalho foi tão grande que, como está publicado no *YouTube*, Mara recebeu, anos depois, um pedido de uso vindo de outro estado.



ASSISTA À  
PRIMEIRA  
PARTE DO  
TCC



ASSISTA À  
SEGUNDA  
PARTE DO  
TCC

— Eu lembro até hoje da Mara me ligando e dizendo: “Querem usar o nosso TCC na Bahia, estão pedindo autorização pra exibir nosso vídeo”. E eu “Tá, pode autorizar”, sem entender muito bem. Eu tinha ficado muito tempo sem assistir ele e, quando fui rever nesse dia, pensei: “Realmente, a gente tá falando de um tema muito interessante aqui” - confessa Marcos.

— Era 2008 e a gente falando de jornalismo *online*, as redes sociais estavam começando a engatinhar no Brasil - completa Mara.

Mas, antes da nota 10, vieram alguns obstáculos.

— A gente brigava pelo *MSN*, olhava um pra cara do outro e falava: “Vamos terminar o TCC logo, para de brigar” - conta Marcos, dando risada - porque a gente brigou muito... Mas o dia que a gente chorou e desistiu do TCC, ele saiu - brinca.

Dificuldades com a professora que orientava o trabalho, preocupação com os entrevistados, correria para gravar as passagens como repórteres e mais uma porção de problemas. Mas, o tempo a mais que passavam juntos, só ajudou a criar mais laços.

Para conciliar a faculdade, o trabalho e as gravações para o TCC, Marcos começou a almoçar vários dias por semana na casa de Mara.

— A avó dela virou minha avó também, porque a gente saía da faculdade, ia pra casa da Mara e a avó dela fazia o almoço pra gente. Tudo isso pra dar tempo de a gente filmar alguma coisa antes do estágio e não ir trabalhar com fome... - conta Marcos.



O "grupo da faculdade". Foto: arquivo pessoal



Foto: arquivo pessoal



Foto: arquivo pessoal



O "grupo da faculdade". Foto: arquivo pessoal



Turma de jornalismo na Unicesp (hoje Icesp). Foto: arquivo pessoal

Marcos e Mara. Foto: arquivo pessoal



Foto: arquivo pessoal





Marcos, Mara, Lais e Juliana no IESB. Foto: arquivo pessoal



Marcos e Mara. Foto: arquivo pessoal

Dia da formatura. Foto: arquivo pessoal



Dia da formatura. Foto: arquivo pessoal



Dia da formatura. Foto: arquivo pessoal



Marcos, Drielly, Mara e ??? na formatura da graduação em jornalismo. Foto: arquivo pessoal



Na época, outro contratempo surgiu na vida de Mara: a descoberta do câncer do avô. Seu Geraldo descobriu o câncer de estômago em abril de 2008 — o último ano de faculdade da neta.

Quando começou a fazer quimioterapia no Hospital Universitário de Brasília, da UnB, era Mara quem o acompanhava durante as sessões, porque a mãe estava grávida de Júlia, a irmã mais nova de Mara.

— Fiquei com ele no hospital pra tudo, então acabei terminando meu TCC na ala oncológica do Hospital Universitário. Nos dias em que não tinha aula, eu ficava com ele e aí levava tudo pro hospital pra fazer o TCC lá - conta.

Do estômago, o câncer passou para o pulmão e depois para o fígado. Em fevereiro de 2010, Geraldo faleceu nos braços de Mara.

Com tantos desafios e histórias vividas na faculdade, a vontade de fazer uma formatura era grande. Logo na primeira conversa que tive com Mara, ela confessou que “fez tudo o que tinha direito” no baile, porque os quatro anos tinham merecido.

— Eu sou a primeira mulher da minha família a ter ensino superior, então aquilo era incrível, né? Foi lindo e muito marcante pra minha família inteira, como é até hoje - conta a jornalista.

Ela brinca que, mesmo depois da formatura, tinha medo de ser cobrada pela bolsa. Todo dia era o mesmo pensamento: “E aí, será que chega a dívida hoje?”. Pergunto onde os amigos da faculdade estão hoje, e ela me faz um resumo.

— Formamos todos, hoje todo mundo vive de jornalismo, menos o Breno, que é - e sempre foi - músico. O Marcos é o cara das redes sociais, trabalha na comunicação da Controladoria-Geral do Distrito Federal. A Dani trabalha direto com o governador de Brasília [Ibaneis Rocha]. A Drielly e

Ana P também trabalham com comunicação. Então, é isso, todos nós vivemos da comunicação - finaliza.

## O QUE APRENDI

Mara Karina considera que, se não fosse o ProUni, e se não tivesse entrado na faculdade em 2005, não teria conseguido um dos melhores — se não o melhor — empregos de sua vida. Ao final de 2009, foi contratada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, na sigla em inglês), órgão da ONU. Hoje, o UNIFEM é o que conhecemos por ONU Mulheres Nações Unidas.

Além da graduação em jornalismo “no tempo certo”, Mara diz que outra coisa que a ajudou a conseguir o emprego foi o curso de inglês, que a mãe insistiu que ela fizesse paralelamente à faculdade.

— Quando entrei na ONU, botei a renda da família lá pra cima, porque eu ganhava em dólar, e convertendo dava 2.200 reais - conta Mara, empolgada.

Ela trabalhava como assistente de comunicação e acabava comparecendo em todos os eventos promovidos pelas Nações Unidas. Por isso, encontrava o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva frequentemente.

— Eu via o Lula todo mês. Teve um evento que, quando terminou, eu fui procurar ele e falei: “Presidente, comprei um carro e parcelei em 60 vezes”, aí ele respondeu “Em 60 vezes? E vai pagar como?”, e eu falei “Trabalhando” - lembra, sorrindo.

Dos aprendizados que teve trabalhando na ONU, Mara destaca um: o de sempre ir trabalhar “arrumada”, faça chuva ou faça sol.

— Lá na ONU era muito necessário ir bem arruma-

## VAGAS ABERTAS

da pro trabalho, então acabei pegando pra mim. Essa coisa da roupa era muito importante lá e eu lidava com mulheres negras [no dia a dia]. Minha chefe me confidenciou que, toda vez que ela tinha que se encontrar com movimentos sociais, ia ainda mais arrumada, maquiada, com o salto mais bonito, a bolsa, por esse lugar de pertencimento, de não reduzir o contexto do movimento social. E eu acho que faz toda diferença, então sempre vou trabalhar bem *girl boss* mesmo... - descreve Mara.

Mara entrevistando a então deputada federal Benedita da Silva (RJ/PT), em julho de 2018, na ONU. Foto: arquivo pessoal



Contudo, na mesma época, a jornalista relata que sofreu assédio de cargos superiores no ambiente de trabalho. Isso a desanimou muito, e a fez pensar que, se tivesse formação na área — especificamente em *advocacy*, área em que trabalhava —, não teria sofrido tanto.

— O assédio faz você achar que não é boa o suficiente... Depois, eu soube que a pessoa assediava todo mundo, e que não era pessoal comigo - expõe.

Episódios traumáticos como esse fazem Mara se lembrar do que viveu na infância. Na escola, até o ensino médio, ela conta que sofreu *bullying* e racismo, por ser negra, magra e até por usar o uniforme da escola um pouco mais desbotado, porque não havia dinheiro para comprar outro. O que Mara viveu na escola fez com que ela criasse uma espécie de armadura, que ela veste até hoje; uma personalidade mais reativa, que está sempre pronta para se defender. Aliás, se defender é o que ela diz que precisou aprender.

— Eu sofria maldade mesmo, uma vez amarraram as minhas tranças nos “ferrinhos” do ônibus, porque eu usava trança na época. Já tentaram “tacar” fogo no meu cabelo, “vish”, um monte de coisa. Só que aí, cara, era o seguinte: ou eu comia, ou era comida. E aí eu comecei a revidar... podia ser três vezes maior que eu, se tentava fazer maldade comigo, eu ia pra cima - relata.

•••

“Eu sou agitada hoje, mas de pequena eu era pior, porque hoje eu já estou cansada”, Mara me diz, enquanto conversamos dentro de seu Ford Ka vermelho, parado em uma rua da Vila Planalto, bairro de Brasília onde cresceu.

— Você aprontava muito? - quis saber.

— Demais, eu era o diabo. Muito ardilosa, sabe? Eu apanhei pouquíssimas vezes na vida, e todas as vezes que meu avô me bateu, que acho que foram umas três, nossa, é porque eu mereci muito! - diz a mulher de 37 anos.

Além da agitação e das traquinagens de criança, Mara desde cedo revelava seu lado líder e solucionador de problemas. Ela diz que, na época, tinha toda a energia do mundo,

inclusive para juntar as amigas — todas da mesma idade, por volta de 10 ou 11 anos — e organizar uma ida ao cinema do *shopping* Conjunto Nacional, o primeiro a ser construído na capital federal.

— Juntei as meninas e falei pra cada uma delas arrumar 10 reais, que daria pra passagem de ida e volta, 5 reais pra entrar no cinema e menos de 5 reais para o lanche do *McDonald's*. Eu organizei e planejei tudo - relembra Mara, com ar de nostalgia de um tempo que não volta mais.

## **SUBINDO (E RECUANDO) DEGRAUS**

Depois da faculdade, em 2011, Mara fez uma especialização *lato sensu* em Assessoria em Comunicação Pública pelo IESB. Dois anos depois, em 2013, estava trabalhando na Fundação Palmares, organização submetida ao governo federal que promove políticas igualitárias e inclusivas com foco na população negra. Com o cargo de coordenadora de comunicação, ficou lá até o ano de 2015.

Nessa época, uma questão ainda preocupava sua mente: “Não dá pra ser só graduada a vida toda”. Depois da ONU, e agora na Palmares, ela tinha certeza que precisava subir um degrau acadêmico e ingressar no mestrado.

Com uma proposta de pesquisa sobre gênero e raça, tentou uma vaga na UnB, seu sonho desde a graduação, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi reprovada nas duas e acabou estacionando o sonho.

A partir de 2016, Mara brinca que sua vida foi assumida pela roteirista norte-americana Shonda Rhimes, famosa por escrever e produzir séries como *Grey's Anatomy*, *How to get away with murder* e *Scandal*, todas com tramas em que acontecem muitas reviravoltas e acontecimentos ruins com os per-

sonagens. Trabalhando na Fundação Assis Chateaubriand, Mara estava empenhada na elaboração de um curso quando o Brasil foi tomado pela discussão do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do PT. Além de manifestações a favor do *impeachment*, todo um caos político se formou em volta de Brasília.

Em agosto daquele ano, Dilma sofreu impeachment e Mara perdeu o emprego. Para ela, o motivo da demissão foi de ordem política, por ela e a organização agora estarem “de lados opostos”.

— Eu sabia do rombo que aquilo ia representar na minha carreira, tinha noção de que, independente de como fosse a saída da Dilma, eu ia ficar sem emprego. E foi exatamente isso, eu fui demitida com a justificativa: “Ah, você não tem mais o perfil”. Eu tinha acabado de entregar um curso inteiro que fiz sozinha, toda a parte teórica e didática que, inclusive, elogiaram. Fui demitida pela posição política, porque uma coisa é você ter posição política e não falar; outra coisa é a política ser a questão da minha vida, não é só questão em quem eu voto... Se você fizer uma fala homofóbica ou racista eu vou pontuar - conta a jornalista.

Além de perder o emprego como analista de comunicação, Mara perdeu amigos. Muitos trabalhavam no governo Dilma e, com a saída da presidente, também foram demitidos e se mudaram de Brasília.

— Foi muito difícil pra mim, perdi amigos a ponto de não ter uma pessoa pra comer um cachorro-quente, tomar um café. Sim, eu perdi amigos nesse nível, porque as pessoas foram embora depois do golpe. Tinha amigos próximos, que via com mais frequência, que foram embora e eu fiquei só... - relembra, com tom triste na fala.

Com muitas emoções e situações para lidar nesse ano, Mara começou a fazer acompanhamento psicológico com

uma terapeuta, hábito que mantém até hoje — inclusive para curar as feridas da infância.

No ano seguinte, em 2017, voltou a trabalhar na ONU, onde ficou até 2018. Num ano marcado pelas eleições presidenciais polarizadas, Mara se viu, mais uma vez, preocupada com o futuro do País; decidiu ajudar na campanha do PSOL como pôde, para ajudar a eleger candidatos que promoviam pautas sociais. Nesse meio tempo, conheceu a então candidata à deputada federal Áurea Carolina, que foi eleita com 162.740 votos<sup>15</sup> pelo estado de Minas Gerais.

Em 2019, foi convidada pela própria Áurea para ser sua assessora parlamentar; é claro que aceitou. Pisaria todos os dias no Congresso Nacional, fazendo parte de um gabinete preocupado com as pautas que também se identificava, como a luta antirracista. Tudo parecia estar se alinhando novamente. Na lista dos sonhos, até o mestrado estava prestes a receber um *check* ao lado, como sinal de tarefa concluída.

## MESTRA E DOUTORANDA

“Sou grata a Exú, pelo dom de comunicar, meu ofício diário, e pela abertura dos caminhos para eu te contar esta história. À Iansã, orixá dos ventos, da força e da coragem, por não me deixar desistir do sonho de construir uma vida acadêmica. A Oxumarê, orixá da organização e da responsabilidade, por me ajudar a cuidar dos meus, enquanto realizo minhas obrigações. Ao Divino Espírito Santo pela inteligência e gosto pelos estudos. A Nossa Senhora Aparecida pela vida”. Assim começam os agradecimentos da tese de mestrado de Mara Karina, concluída e aprovada em 2019.

---

<sup>15</sup> De acordo com matéria do portal Alma Preta, disponível em: <https://almapreta.com/sessao/politica/aurea-carolina-nao-concorrer-a-cargo-politico-nas-eleicoes-de-2022>.

O sonho de entrar na UnB finalmente se realizou em 2017, quando Mara apresentou um projeto de pesquisa diferente ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM/UnB), desta vez sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff e as formas de abordagem nas coberturas feitas, na época, por veículos internacionais. Foi aprovada com a política de cotas do PPG e iniciou a pesquisa oficialmente em 2018.

Depois de passar pela qualificação, Mara desenvolveu boa parte do mestrado enquanto trabalhava no mandato da deputada Áurea Carolina que a ajudou a conciliar os horários de trabalho com os de pesquisadora.

Ainda em 2019, a avó de Mara, dona Geralda, foi diagnosticada com doença renal crônica. Quem ficou aos cuidados da matriarca da família foi a neta mais velha, que precisou se dividir na rotina agitada para cuidar do “grande amor de sua vida”. Dessa forma, Mara diz que escreveu parte da dissertação na enfermaria de renais crônicos do Hospital Regional da Asa Norte. É como se a cena se repetisse: Mara cuidou do avô no hospital enquanto escrevia o TCC da graduação; onze anos depois, cuidava da avó enquanto cursava o mestrado. Em 2021, dona Geralda teve uma parada cardíaca e não resistiu.

De volta a 2019, em dezembro, Mara defendeu a pesquisa e foi aprovada. Tornava-se Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UnB com a tese “Muito além das pedaladas: uma análise dos enquadramentos da cobertura política do site Deutsche Welle Brasil sobre o impeachment de Dilma Rousseff”.

Terminar o mestrado foi como ter um *déjà vu* do que uma professora da graduação falava para Mara. Verenilde Santos Pereira, jornalista e pesquisadora amazonense, dava aulas para Mara na Unicesp e, sempre que podia, dizia à estudante

que ela devia estar na UnB e não ali.

— Ela falava assim pra mim: “Você é muito inteligente, tinha que estar na UnB, o que aconteceu?”. E eu explicava que tinha conseguido a bolsa do ProUni e não ia ter grana pra ficar fazendo cursinho mais um ano. O ProUni veio e resolveu minha vida, não dava pra abrir mão - comenta.

Dez anos depois de formada em Jornalismo, Mara adentrava na UnB como mestrande e realizava, enfim, o sonho de infância. Terminado o mestrado, ela não pensou duas vezes em subir mais um degrau e ir para o doutorado. Foi aprovada em 2020 com a proposta de analisar os editoriais da Folha de S. Paulo, do Estadão e O Globo sobre o governo Bolsonaro.

Por conta da pandemia, só pôde iniciar efetivamente em 2021. O primeiro dia de aula como doutoranda, ainda que *online*, foi um marco.

— Eu já tinha preparado meu quartinho pra assistir aula *online* desde o mestrado, então nesse dia liguei o computador, se não me engano o novo que tinha comprado pra fazer o mestrado, entrei e aí a aula começou. De repente, fiquei pensando comigo mesma: “Cara, você tá fazendo doutorado, você tem noção?”. Eu chorei tanto que, se você perguntar qual era o professor, eu não lembro, porque eu não consegui voltar pra aula, deixei lá rolando - relembra, emocionada.

E a fala da avó, na época, também a marcou muito:

— Minha avó fazia hemodiálise, e aí no dia dessa aula eu tive que buscar ela na hemodiálise. Lembro que, quando cheguei com o olho inchado, minha avó perguntou: “O que foi que você tá chorando?”, porque ela achou que eu estava chorando pelo meu amigo, que tinha falecido há dois meses, na época. Mas eu falei: “Não, vó, hoje eu fiquei emocionada por causa do doutorado”. E ela disse: “É, você é a primeira...” - resgata a doutoranda.

Na sequência de quando me contou isso, Mara aproveitou para explicar um pouco sobre a origem de sua família.

— É incrível e difícil em famílias negras, né? A gente não consegue ir muito longe da nossa herança ancestral, de onde viemos. A minha família começa no João Valo, o primeiro, que deve ter nascido ali já em 1888 mais ou menos, ele foi avô da minha avó Geralda. É uma família muito muito antiga, uma família de escravizados, e João Valo era mascate, como chamavam um escravo de ganho. Então, quando a minha avó fala “Você é a primeira” é muito significativo, não tem ninguém... Tem mais uma mestra que é a minha prima, a que me emprestou o cheque. Mas de doutorado não tem, ninguém nunca se aventurou nessas águas tão profundas e complicadas - conclui.

•••

Para completar, Mara tornou-se representante discente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UnB em março de 2021. No cargo, tem a responsabilidade de participar das reuniões de coordenação defendendo os interesses dos alunos do programa, fazer a ponte entre docentes e discentes, auxiliar em questões administrativas e apoiar os colegas no que for preciso.

Por isso, na banca de qualificação do doutorado, descrita na abertura deste capítulo, Mara estava preocupada com os colegas pesquisadores, sempre perguntando se tinham assinado a lista de presença para garantir horas complementares ao assistir à sua apresentação.



Mara em seu primeiro dia como aluna na Universidade de Brasília, com Juliana Nunes, Ana Flávia Magalhães Pinto e Muhammad Bazila. Foto: arquivo pessoal

Banca de qualificação de mestrado na UnB, em 2019. Foto: arquivo pessoal

## “EU NÃO VOU PARAR”

Fruto do primeiro ano do ProUni, Mara Karina não quer parar. Depois do doutorado, que terminará em 2025, quer continuar estudando; só não decidiu ainda se será na área de Comunicação ou da Ciência Política; nem se será mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Mas sabe que vai continuar estudando.

Com o mandato da deputada Áurea Carolina terminando (2019-2022) — e a opção da parlamentar por não tentar reeleição —, Mara pensa em continuar trabalhando com política, mas prefere aguardar se alguma boa oportunidade virá. Caso não, tem outros projetos em mente que quer tocar, dos quais não me contou.

Se perguntarem a ela onde se vê daqui a dez anos, vai responder que estará se preparando para lançar a candidatura

à governadora de Brasília. Em 20 anos, quer ser presidente da República.

— Essa previsão tá boa, né? Dá tempo de terminar o doutorado - ela me pergunta, dando risada.

Como tudo começou pelo ProUni, outros membros da família de Mara seguiram seu caminho e também chegaram ao ensino superior graças ao programa. A irmã Ana Cláudia, de 28 anos, se formou no curso de Engenharia Civil, em 2016. E a prima de Mara, Evelyn, cursou Pedagogia e hoje trabalha em uma escola de educação infantil da Vila Planalto.

•••

Além da jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação, Mara Karina Sousa Barbosa da Silva, outros tantos jovens e adultos foram formados pela política pública, das mais diversas etnias, idades e origens. Desde que foi criado, o ProUni levantou elogios e críticas de todos os lados. É considerado exitoso pelo impacto na educação superior brasileira, mas questionado pela redução do número de vagas ofertadas e pelas denúncias de fraude. Qual é o saldo de 18 anos de existência? Esse é o foco do próximo capítulo.

***“Você vai parar?”, não, não vou. A minha história é, acima de tudo, uma história do ProUni, sabe? Mais do que uma conquista individual, minha história é uma história de sucesso do ProUni, por ter chegado, formado, continuado estudando...***





CAPÍTULO 3

# **18 ANOS DE PROUNI**



# 3

Dez por cento das matrículas ativas no ensino superior, hoje, vêm de bolsistas do ProUni. De acordo com o Censo da Educação Superior 2021, a edição mais recente, 8.987.120 brasileiros estão matriculados em algum tipo de curso superior. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) pela reportagem deste livro revelam que há 864.715 bolsas do programa ativas, o que, em porcentagem, equivale a cerca de 9,62% do total. Mas, antes de traçar o impacto da política pública na educação superior brasileira, vamos voltar ao início.

Conceder bolsas de estudo em universidades privadas a estudantes de menor poder aquisitivo: de forma simples, essa é a premissa do ProUni. Mas existem tantas outras questões amarradas e seus desdobramentos, que é impossível resumir 18 anos de existência em um capítulo de um livro. Tentarei contar o máximo possível.

Como explicado em detalhes no primeiro capítulo, o ProUni foi instituído por meio de uma Medida Provisória, em setembro de 2004. Mas, só foi oficializado em janeiro de 2005, pela Lei nº 11.096. Por isso, é como se tivesse duas datas de aniversário; há quem calcule os anos de existência do programa a partir de 2004, há quem escolha 2005. Aqui, consideraremos a data em que a política pública foi oficialmente regulamentada, no caso, em 13 de janeiro de 2005.

Cinco meses depois, em 28 de junho, foi publicada a Lei nº 11.128, que tratou com maior atenção os procedimentos que as instituições de ensino superior teriam de fazer para aderir ao ProUni, bem como trouxe o detalhamento sobre a emissão do chamado termo aditivo<sup>16</sup> nos processos seletivos do programa.

Hoje, para guiar as instituições de ensino superior aderidas, existe um manual<sup>17</sup> desenvolvido pelo próprio MEC, com detalhamento sobre o acesso ao sistema SisProUni — onde estão todas as informações da faculdade e das bolsas que serão oferecidas —, cadastro dos alunos, cadastro de cursos, entre outros aspectos.

● ● ●

**Segundo definição do portal oficial do MEC:**

“O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a **concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos**”.



SAIBA  
MAIS

16 Documento que deve ser preenchido a cada processo seletivo pela mantenedora da instituição de ensino constando informações como: nome da faculdade, local de oferta, cursos e turnos.

17 A última edição do Manual do Usuário é datada de 2015. Disponível em: [http://prouni.mec.gov.br/prouni2006/informacoes/inicio/Manual\\_Comprovacao\\_2\\_2015.pdf](http://prouni.mec.gov.br/prouni2006/informacoes/inicio/Manual_Comprovacao_2_2015.pdf)

Num contexto em que faltavam vagas em universidades públicas e só entravam nas universidades privadas as pessoas que tinham alto poder aquisitivo, é que surgem as primeiras políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil — entre elas o ProUni.

No livro “ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários”, a pesquisadora Fabiana Costa relembra a criação do programa Uma Escola do Tamanho do Brasil, em 2002, cujo foco era obter um diagnóstico da educação superior e as metas que deveriam ser traçadas para a educação brasileira em geral. A iniciativa, que aconteceu no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, serviu de base para o que hoje conhecemos como o ProUni.

Duas necessidades foram identificadas no documento do programa: a expansão do número de vagas para atender à demanda da sociedade que queria subir um degrau educacional e a criação de perspectivas para os estudantes adentrarem o ensino superior — naquela época, não se via outra saída a não ser o setor privado, já que as vagas em universidades públicas eram escassas.

Para lidar com esses problemas, o governo federal optou por seguir o caminho do investimento no setor privado. “A saída encontrada pelo Estado, em vez de um maior investimento no setor público, é o de abrir o mercado educacional à iniciativa privada”, explica a doutora em Educação, Fabiana Costa, em seu livro<sup>18</sup>.

Portanto, o cenário do final da década de 1990 e início dos anos 2000 favoreceu a “guinada” do ensino superior privado e, conseqüentemente, as ideias que originariam o ProUni. Redirecionando o foco para a população de menor poder aquisitivo que, à época, estava fora da universidade, Fernan-

---

18 “ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários”, datado de 2008 e fruto da tese de mestrado da pesquisadora Fabiana Costa.

do Haddad e sua esposa Ana Estela Haddad desenharam o ProUni — história de criação explorada no capítulo 1.

## TIPOS DE BOLSAS

Para concorrer às bolsas do ProUni, em primeiro lugar, o estudante deve saber qual é a sua renda familiar per capita. Se tiver uma renda mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio, poderá se candidatar às bolsas integrais, isto é, ficará isento de pagar qualquer quantia à faculdade durante o curso. Se tiver uma renda mensal por pessoa entre um e meio e três salários mínimos, poderá concorrer às bolsas parciais, que concedem o desconto de metade (50%) do valor das mensalidades — deixando ao estudante a responsabilidade de arcar com o restante.

Existiu ainda a bolsa de 25%, modalidade quase nunca comentada na mídia e com pouca aderência entre as instituições e os próprios alunos. Na Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022 — a atualização mais recente —, esse tipo de bolsa foi excluído das opções de oferta.

Em entrevista à reportagem deste livro, em junho de 2022, o criador do ProUni, Fernando Haddad, declarou que, na verdade, a primeira versão do programa incluía somente a bolsa integral, de 100% do valor da mensalidade.

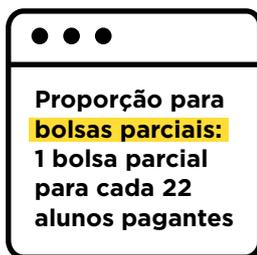
— As bolsas parciais não estavam no projeto original, que virou a MP. Elas entraram na legislação por meio de emendas na Câmara [enquanto o projeto estava tramitando]. Hoje, eu faria uma avaliação para verificar o quão pertinente é a existência da bolsa parcial num programa pra alunos de baixa renda - aponta o ex-ministro.

Com a recente exclusão da modalidade de 25%, permanecem ativas as opções de bolsa de 100% e 50%, destinadas aos candidatos a partir da classificação por nota do Enem.

O advogado Bruno Coimbra, especialista em direito educacional, explica que, quando uma instituição adere ao ProUni, é obrigatório que ofereça bolsas integrais, por serem levadas como prioridade pelo programa. A bolsa parcial entra como um adicional; por isso, encontram-se instituições que ofertam somente bolsas de 100% e outras que ofertam os dois tipos de bolsas.

— Não há como a instituição ter só a bolsa parcial. Ou ela tem só a integral, ou faz a opção de ter a integral e a parcial. Quando a faculdade oferta bolsas integrais, a grosso modo a proporção é de 1 bolsa para cada 10,7 alunos pagantes. Já nas bolsas parciais, a proporção desce de 1 bolsa para cada 22 pagantes - esclarece.

O cálculo das bolsas que uma instituição deve ofertar em cada processo seletivo é feito pelo próprio sistema do programa, o SisProUni, com base nos dados preenchidos pela faculdade. Isso porque é a partir do número de alunos pagantes no ano anterior, junto às proporções exigidas pelo ProUni, além das opções que a instituição deseja adotar, que se chega ao percentual de bolsas. Ao fim dos cálculos e ajustes, a soma da oferta de bolsas deve alcançar<sup>19</sup> 8,5% da receita anual do período letivo na faculdade.



<sup>19</sup> Conforme explicação em matéria da Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/04/medida-provisoria-que-amplia-acesso-ao-prouni-segue-para-sancao>.

**REQUISITOS**

Em 2005, lançado e autorizado a ter seu primeiro voo oficial, o ProUni selecionava o seu primeiro grupo de alunos beneficiários. De acordo com dados obtidos pela LAI, o ano de estreia do programa ofertou 112.275 bolsas a estudantes público-alvo.

E, por falar em público-alvo, desde sempre o perfil do prounista esteve bastante delineado na legislação, com uma série de requisitos para participar. O principal deles, que se mantém até hoje sem qualquer alteração, é o critério de renda.

Na prática, isso significa dizer que, ao somar toda a renda ganha pelos moradores de uma casa e dividir o resultado pelo número de pessoas, o valor não pode ultrapassar o critério dos salários mínimos — cada ano, o limite muda, já que o salário mínimo sofre reajuste.

Em seguida, tem-se os requisitos de procedência escolar, isto é, o histórico de escolas que o estudante frequentou na educação básica. Para o ProUni, o olhar mais importante é onde o candidato esteve durante o ensino médio, fase escolar preparatória e mais próxima do vestibular. Ao longo de 17 anos e meio, para se candidatar ao programa, o estudante deve ter cursado ao menos o ensino médio em escola pública ou em escola particular como bolsista integral, ou seja, sem ter pago mensalidade.

Contudo, a Medida Provisória nº 1075, de 6 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.350, adicionou dois novos grupos de estudantes aos requisitos de procedência escolar. A partir de julho de 2022, passou a poder se candidatar às vagas do ProUni o estudante que tenha cursado o ensino médio em escola particular na condição de bolsista parcial, ou seja, que teve apenas um desconto na mensalidade; e o estudante que não tenha sido bolsista, isto é, tenha pago os três anos

de ensino médio na rede privada — mudanças explicadas em profundidade no capítulo 9.

### Requisitos de procedência escolar (antes da Lei nº 14.350/2022)

- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição.

### Requisitos de procedência escolar (depois da Lei nº 14.350/2022)

- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial ou sem a condição de bolsista;
- ✓ Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista parcial ou sem a condição de bolsista.

Como a seleção do ProUni acontece por meio do Enem, outro requisito para participar do programa é ter realizado a última edição do maior exame do país — salvo exceções, como durante a pandemia, que o governo federal permitiu o uso da nota das duas últimas edições do Enem. A nota do exame é uma média calculada a partir das notas nas provas de ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias, linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, além de redação.

Para se candidatar ao ProUni, o estudante deve ter

uma média no Enem acima de 450 pontos e, ainda, a nota da redação maior que zero.

Outro público-alvo da política são os professores da rede pública de ensino — para cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia. A inclusão desse grupo na lista de beneficiados do programa faz parte de uma tentativa do governo federal de contribuir para a capacitação do professor brasileiro. No caso do professor da rede pública, não é necessário passar pelos requisitos de renda e procedência escolar, nem pelo critério de ser o primeiro diploma universitário.

Por fim, o programa exige como requisitos a nacionalidade brasileira do estudante e a inexistência de diploma universitário anterior, ou seja, o candidato não pode ser formado em curso superior. Dessa forma, constitui-se como uma política pública que busca dar ao estudante o primeiro acesso à faculdade.

### **POLÍTICA DE COTAS**

Além de ser uma política que prioriza o estudante de menor poder aquisitivo, o que por si só é uma medida de inclusão, o ProUni dispõe de políticas afirmativas para a entrada de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência. Na prática, a instituição deve dedicar um percentual das bolsas oferecidas no processo seletivo para esses estudantes.

O percentual, isto é, o número de vagas que será dedicado a cada grupo das políticas afirmativas, deve ser, de acordo com atualização da Lei 14.350/2022: no mínimo, igual à porcentagem desses grupos na população do estado onde a instituição está instalada, de acordo com dados do censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

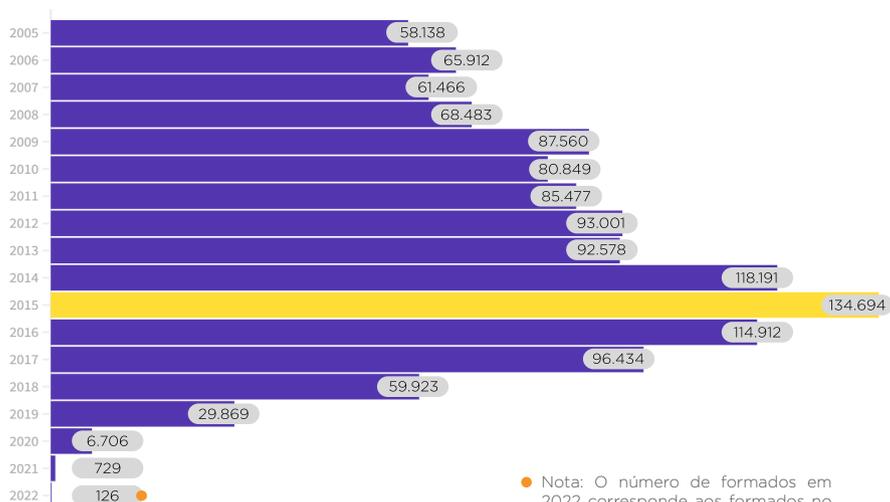
## IMPACTO EM NÚMEROS

Um dos caminhos possíveis para medir a efetividade de uma política pública é observar o impacto sobre os beneficiários. No caso do ProUni, contabilizar os estudantes que concluíram o ensino superior por meio do programa.

Segundo dados obtidos por meio da LAI, em pedido respondido na data de 24 de outubro de 2022, foram formados **1.255.048 brasileiros** graças ao ProUni. O período que corresponde à estatística é de fevereiro de 2005 até o fim do primeiro semestre de 2022.

Por meio da LAI, também foi possível obter o número de estudantes formados pela política pública a cada ano, como pode ser observado no gráfico:

### Formados pelo Programa Universidade para Todos a cada ano (2005-2022)

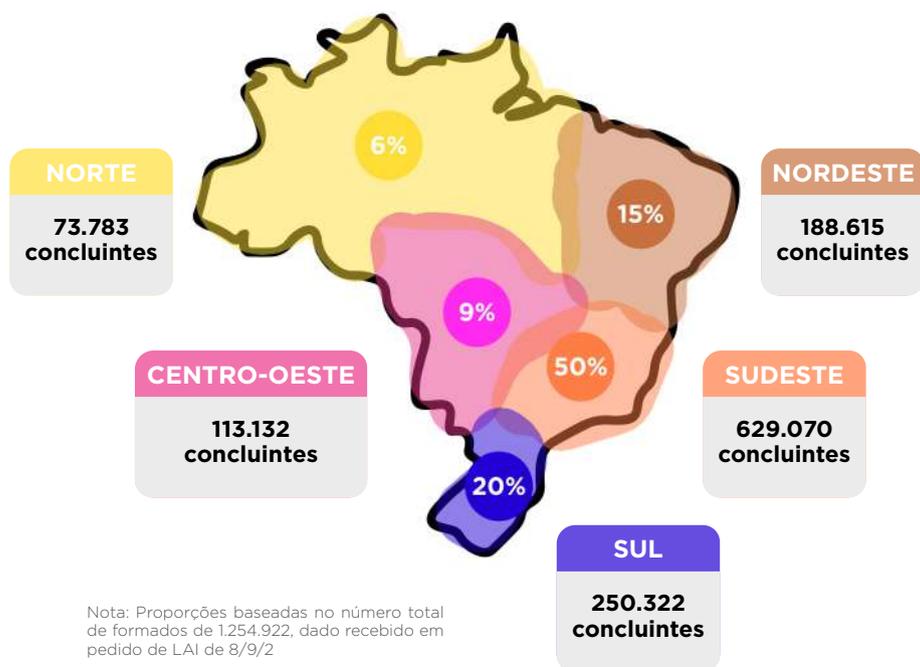


Fonte: SESU-MEC/Lei de Acesso à Informação  
Gráfico: Flourish/Larissa Lopes

## VAGAS ABERTAS

Ao analisarmos a distribuição de formados pelo ProUni pelas cinco regiões brasileiras — norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul —, tem-se que a região sudeste é a que mais se destaca: são 629.070 estudantes, a metade do total de concluintes do ensino superior por meio da política pública em todo o país. Os dados, também recebidos por meio da LAI, são referentes aos anos de 2005 a 2021.

### Formados pelo Programa Universidade para Todos em cada região do Brasil (2005-2021)



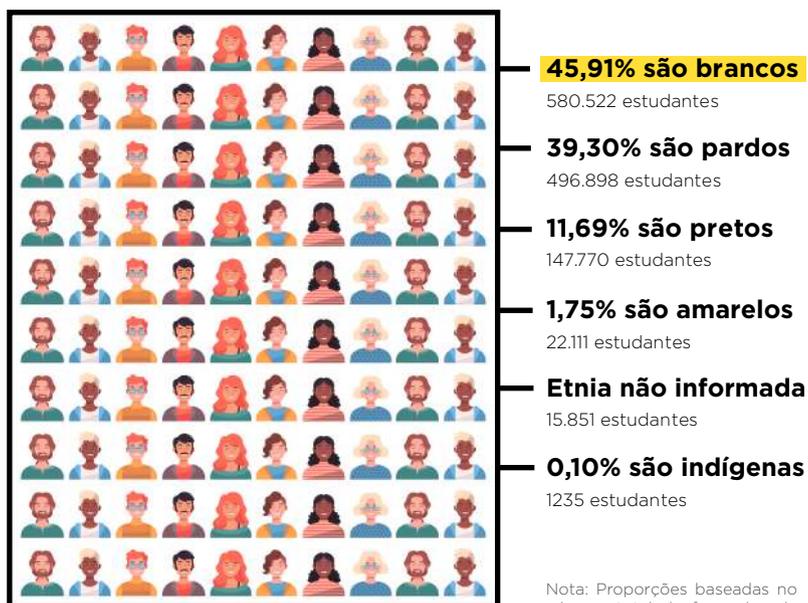
Muito se fala sobre o fato de o ProUni ter mudado a radiografia da universidade. Nesse sentido, uma análise importante é a do perfil dos beneficiários, inclusive para observar o

real impacto das políticas afirmativas para estudantes pretos, pardos e indígenas — definidas desde a criação do programa, em 2005.

A etnia dos formados pelo ProUni, de 2005 a 2022, é ilustrada abaixo, de acordo com as classificações do IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena).

Há ainda o grupo de estudantes que não declararam essa informação no momento do cadastro, que corresponde a 1,25% do total — o que, ainda que pouco, acaba dificultando a análise completa do impacto na ampliação da diversidade no ensino superior.

### Quem são os formados pelo Programa Universidade para Todos (2005-2022)

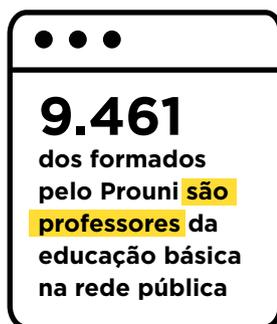


Fonte: SESU-MEC/Lei de Acesso à Informação  
Infográfico: Larissa Lopes

Nota: Proporções baseadas no número total de formados de 1.264.387, dado recebido em pedido de LAI de 2/8/2022

## VAGAS ABERTAS

Vale destacar também a ação de direcionamento de vagas do ProUni para grupos como professores da rede pública e pessoas com deficiência (PCD).



Nota: tendo como base o número de formados de 1.264.387, dado recebido em pedido de LAI de 2/8/2022.

...

Entre o número de formados e o número de bolsas ofertadas ao longo desses 18 anos existe um gargalo. Isso porque, desde 2005, foram oferecidas 5.073.180 bolsas levando o nome do ProUni — contra 1.255.048 de formados.

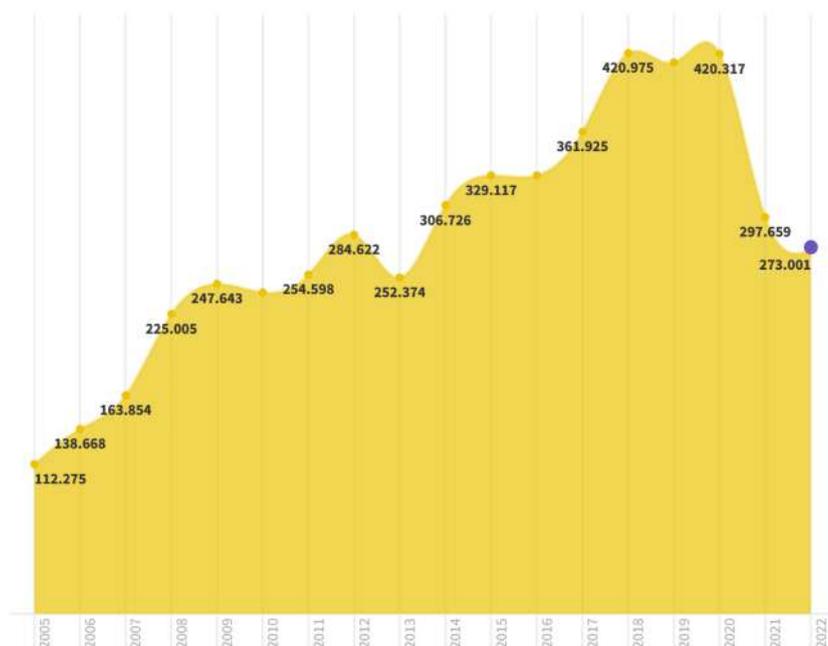
Frequentemente, os dois dados acabam sendo confundidos quando se fala de ProUni — um erro que, certamente, é perigoso, pois tratam-se de dois índices diferentes. Entre o número de bolsas oferecidas e o número de formados há o gargalo quantificado em 3.818.132, número este que pode ter várias justificativas. Bolsas que foram ofertadas mas não foram preenchidas; prounistas que fizeram a matrícula, chegaram a cursar, mas tiveram de trancar — como vamos explorar mais à frente no capítulo 7; estudantes que entraram na faculdade mas não se identificaram com a carreira escolhida e decidiram parar; entre outras tantas razões.

Por isso, o número de estudantes formados é o dado mais sólido para se avaliar o real impacto da política na socie-

## 18 ANOS DE PROUNI

dade. Por outro lado, analisar como se deu a oferta de vagas ao longo dos anos também é importante, principalmente quando olhamos ano por ano.

### **Bolsas ofertadas pelo Programa Universidade para Todos a cada ano (2005-2022)**



Fonte: SESU-MEC/Lei de Acesso à Informação  
Gráfico: Flourish

● Nota: O número de bolsas em 2022 corresponde ao primeiro processo seletivo do ano.

Os números variam também devido a uma série de fatores, como a quantidade de instituições de ensino superior aderidas ao programa e a situação econômica da população

— que, por sua vez, reflete em quantos estudantes pagantes estarão matriculados em faculdades privadas e, portanto, em quantas bolsas serão oferecidas, já que o cálculo é feito com base nos alunos pagantes da instituição.

Vale destacar o ano de 2021, o primeiro a revelar as consequências da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Do ano de 2020 para 2021, houve uma redução de quase 30% no número de vagas disponíveis, segundo levantamento<sup>20</sup> da Frente Parlamentar Mista da Educação, associação formada por deputados federais e senadores que lutam pelo direito à educação de qualidade. Em 2020, nos dois processos seletivos do ano, foram 420,3 mil bolsas ofertadas; enquanto que, em 2021, a oferta caiu para 297,6 mil.

A queda está diretamente ligada à crise econômica do Brasil durante a pandemia de Covid-19, pois, no cenário em que brasileiros perderam o emprego ou tiveram o orçamento mensal apertado, muitos universitários tiveram de trancar o curso de ensino superior que estava em andamento.

De acordo com pesquisa<sup>21</sup> da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), 608 mil alunos desistiram ou trancaram a matrícula da faculdade no primeiro semestre de 2020 — trata-se de uma taxa de evasão de 10,1%. A ligação entre quem paga pelo ensino e quem é prounista já foi explicada, mas vale repetir: quanto menos alunos pagantes, menos bolsas para o programa, já que a quantidade de vagas do ProUni deve ser proporcional ao número de alunos pagantes no ano anterior.

Por outro lado, o ano de 2022 já registrou um recorde: foram ofertadas 273.001 bolsas entre março e abril, o maior

---

20 Levantamento repercutido pelo portal Uol. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/10/mp-prouni-vagas-nao-ofertadas.htm>.

21 Estudo repercutido pelo portal Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/evasao-no-ensino-superior-cresce-durante-a-pandemia-diz-estudo>.

número<sup>22</sup> em um primeiro processo seletivo do ProUni desde o ano de criação do programa, em 2005. Ainda não há explicações concretas para o aumento repentino de oportunidades, visto que o País ainda se recupera dos impactos na economia, sendo necessária uma investigação mais aprofundada para tirar outras conclusões.

## **A TRAJETÓRIA DO ESTUDANTE**

Não existem estatísticas, mas é possível observar por meio de relatos: muitas vezes, o bolsista do ProUni é o primeiro membro da família a entrar no ensino superior, ou o primeiro a ter um diploma universitário.

Pioneira nas pesquisas acadêmicas sobre o programa, Fabiana Costa entrevistou prounistas para desenvolver sua tese de doutorado. A partir de seus estudos e desse contato, Fabiana chegou a algumas conclusões, como: o fato de que o ProUni se consolidou como uma política de atendimento aos jovens, isto é, de 18 a 24 anos, mas que, ocasionalmente, concede o acesso — antes negado — a adultos que tinham o sonho do diploma; a elevação da renda do aluno durante e depois da faculdade, com a inserção no mercado de trabalho; e a expansão de repertório e conhecimento teórico do estudante.

Além disso, a assistente social chegou à conclusão de que, em geral, os egressos do ProUni são os primeiros a acessarem a educação superior; e, ainda, a escolaridade dos pais desse beneficiário, geralmente, vai até o ensino médio.

---

22 Destaque dado em notícia pelo governo federal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/02/oferta-para-o-1o-processo-seletivo-de-2022-do-prouni-e-recorde-sao-mais-de-273-mil-bolsas>.

Para Fabiana, os resultados que obteve em seu estudo<sup>23</sup>, finalizado em 2012, muito se devem ao contexto da época. Ela acredita que, se a mesma investigação fosse feita hoje, as perspectivas seriam diferentes.



Quem faz ProUni evade menos. De acordo com o Censo da Educação Superior 2021, a edição mais recente, quando comparamos um estudante que tem bolsa do Prouni com um estudante que não tem, esse último é o que possui maior taxa de desistência.

Analisando o período de 2012 a 2021, o Censo mostra que, em 2021, a cada 100 estudantes matriculados por meio do programa, 59 finalizam o curso que escolheram. Enquanto que, no mesmo ano, a cada 100 estudantes matriculados sem a bolsa do programa, apenas 36 continuam cursando.

Para o educador Mozart Ramos, o bolsista do ProUni tem a tendência de não evadir muito por causa de sua trajetória até chegar à faculdade.

— Esse aluno sabe o quão difícil foi ingressar no ensino superior. Então, às vezes, ele valoriza muito mais [a faculdade] do que aquele aluno que até teve uma educação de qualidade, numa boa escola particular, mas não consegue medir o valor daquilo. Enquanto que o jovem que não teve acesso a uma educação de boa qualidade, mas se esforçou e complementou os estudos, correu atrás pra poder se preparar, sabe o que representa aquela chance de ingressar no ensino superior.

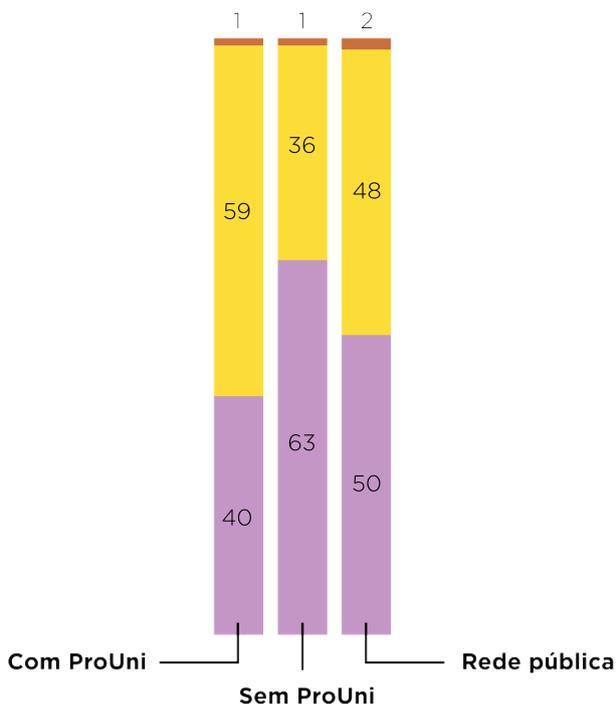
---

23 Tese de doutorado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9684>.



ACESSE O  
CENSO

### Trajetória dos estudantes na rede privada com e sem a bolsa do ProUni (2021)



- Taxa de conclusão acumulada: estudante se forma no curso que ingressou
- Taxa de desistência acumulada: estudante desiste do curso que ingressou ou se transfere
- Taxa de permanência: estudante continua com vínculo ativo no curso que ingressou

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior 2021  
Infográfico: Larissa Lopes

Dados como esses fazem a reflexão do impacto do ProUni chegar a outro rumo: a existência de uma bolsa de estudos, de fato, promove maiores chances de permanência do aluno no ensino superior — e, é claro, de conclusão do curso posteriormente. Apesar de que, nem sempre, uma bolsa resume tudo de que o estudante precisa para se manter.

## VAGAS ABERTAS

Com o passar dos anos da política pública, estudantes começaram a se manifestar em favor da criação de um auxílio estudantil para prounistas, especialmente para aqueles que faziam cursos integrais — com 6 horas ou mais de aula por dia — e não conseguiam trabalhar para ter renda mensal. Afinal, fazer uma faculdade envolve uma série de gastos: alimentação, transporte, materiais, entre outros. Assim foi criado o Programa Bolsa Permanência ProUni (PBP ProUni), que será explicado no capítulo 7.



Além de conquistar a bolsa, o prounista deve mantê-la ao longo do curso. É claro, deve comparecer às aulas e cumprir o currículo, mas existe outra obrigação definida na legislação do programa: de acordo com a Portaria Normativa<sup>24</sup> n° 19, de 20 de novembro de 2008, o estudante deve ter, no mínimo, 75% de aprovação em cada semestre letivo. Caso não atinja e reprove em mais de 25% das disciplinas e atividades, pode perder a bolsa; deixando autorizado, assim, o encerramento da bolsa de estudos pelo coordenador ou representante do ProUni na faculdade.



**Segundo a Portaria n° 19 do MEC:**  
“considera-se rendimento acadêmico insuficiente a aprovação em menos de 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo”.

---

24 Documento oficial disponível em: [http://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2008/portaria\\_normativa\\_19\\_de\\_20112008\\_compilada.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2008/portaria_normativa_19_de_20112008_compilada.pdf).

Em 2015, a Portaria Normativa<sup>25</sup> n° 11 adicionou uma possibilidade à reprovação do estudante, ao invés de seguir direto para o encerramento da bolsa. Segundo a Portaria, depois de atestar o desempenho acadêmico insuficiente do bolsista, o coordenador do ProUni pode procurar os professores das disciplinas em que o aluno reprovou e, mediante reavaliação, autorizar a continuidade da bolsa — podendo fazer esse movimento somente por duas vezes. Esse foi o caso da prounista Juvanize dos Santos, que teve de escrever uma carta justificando as reprovações e cuja história será contada no capítulo 7.

Contudo, de forma geral, o desempenho dos prounistas no curso superior é satisfatório. Em texto publicado<sup>26</sup> no site do MEC ao final de 2005, destaca-se a boa trajetória dos bolsistas com base em um estudo da Universidade Potiguar, localizada em Natal, Rio Grande do Norte. De acordo com a matéria, o levantamento feito pela própria faculdade mostrou que: dos 290 bolsistas, 242 obtiveram médias entre sete e nove pontos, 44 deles superaram a nota nove e só 4 tiveram desempenho abaixo de sete. Inclusive, o mesmo estudo da universidade de Natal revelou que, naquele ano, a maior média da instituição havia sido de um estudante de Direito bolsista do ProUni.

Outra forma de avaliar o desempenho dos alunos da educação superior é pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que também avalia a qualidade dos cursos das instituições de ensino. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada em

---

25 Portaria Normativa n° 11, de 29 de setembro de 2015, disponível em: [https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2015/portaria\\_normativa\\_mec\\_11\\_de\\_29\\_09\\_2015\\_altera\\_a\\_portaria\\_nr\\_19\\_2008\\_e\\_portaria\\_1\\_2015\\_Prouni.pdf](https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2015/portaria_normativa_mec_11_de_29_09_2015_altera_a_portaria_nr_19_2008_e_portaria_1_2015_Prouni.pdf).

26 Matéria do portal do MEC disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/4881-sp-476865137>.

novembro de 2019, e repercutida<sup>27</sup> pela Carta Capital, revela que bolsistas do ProUni tiveram desempenho maior na prova do Enade em comparação a estudantes que não tinham o benefício. Olhando mais a fundo para a pesquisa, o bolsista integral demonstrou ainda mais conhecimento do que o bolsista parcial.

Mais uma vez, para afirmar que o bolsista do ProUni tem um bom desempenho, é preciso também observar relatos de estudantes, como será mostrado neste livro.

## **POINT OF VIEW: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Em troca de bolsas de estudo, ofereço a você isenção fiscal: era o primeiro atrativo do ProUni para fisgar a atenção das instituições de ensino superior privadas — como explorado no capítulo 1. Nesse cenário, universidades<sup>28</sup>, faculdades<sup>29</sup> e centros universitários<sup>30</sup> enxergaram vantagens no programa e resolveram aderir à política. Ao longo dos anos, a oferta de vagas aumentou também à medida que mais instituições aderiram ao programa — que, num primeiro momento, parecia obscuro para todos.

Segundo o Censo da Educação Superior 2021, existem hoje 2.261 instituições de ensino superior privadas no Brasil. Destas, 1807 estão cadastradas no ProUni, de acordo com dados obtidos pela LAI referentes ao mês de maio de 2022.

---

27 Matéria da Carta Capital disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsistas-do-prouni-tem-desempenho-superior-revela-pesquisa>

28 Instituição pluridisciplinar que engloba formação de nível superior, pesquisa, extensão e domínio e cultivo do saber humano. Deve ter, pelo menos, um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço em regime de tempo integral.

29 Instituição focada em uma área específica do conhecimento e que oferta uma quantidade menor de cursos, que só podem ser criados com autorização do MEC.

30 Engloba um ou mais campos do saber e tem autonomia para criar e excluir cursos e programas de ensino superior. Não tem a obrigação de produzir pesquisas ou atividades de extensão.



***O aluno prounista é extraordinário pra instituição em outra perspectiva, que é a da avaliação institucional. É um aluno que chega com nota alta e entrega uma nota mais alta ainda durante a faculdade, então é um grande indutor de bons conceitos no Enade. Por isso, eu sou muito entusiasmado com o ProUni, gosto do papel das instituições e acho extraordinária a mudança que promove para os alunos. Então, o ProUni também serve pra isso: ser mais uma vertente de qualidade de oferta e demonstração dessa qualidade por uma instituição de ensino superior*** — Bruno Coimbra, advogado especialista em direito educacional e assessor jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

A reportagem deste livro solicitou, via LAI, um levantamento de quantos estudantes foram formados por cada uma das faculdades, desde que aderiram ao programa.

Em primeiro lugar, está a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, com o total de 61.617 estudantes formados. Em segundo lugar, ficou a Universidade Paulista (UNIP), com a formação de 54.275 alunos pelo ProUni. E, em terceiro lugar, a Universidade Estácio de Sá, mais conhecida pelo público como Estácio, cujo histórico foi de 26.724 concluintes. O top 3 do *ranking* nacional de IES aderidas ao ProUni

## VAGAS ABERTAS

reflete, sobretudo, o tamanho das instituições, desde o número de alunos — que influencia diretamente na quantidade de bolsas que serão disponibilizadas —, até a estrutura das mantenedoras e grupos associados, que são conhecidos há décadas no Brasil.

Vale destacar, ainda, as outras 7 instituições que, somadas às já citadas, formam o top 10, como pode ser observado no gráfico abaixo.

### 10 instituições que mais formaram estudantes pelo Programa Universidade para Todos (2005-2022)

1	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	61.617 formados
2	Universidade Paulista	54.275 formados
3	Universidade Estácio de Sá	26.724 formados
4	Universidade Anhanguera	25.380 formados
5	Universidade Nove de Julho	23.687 formados
6	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	23.270 formados
7	Centro Universitário Internacional	22.687 formados
8	Centro Universitário Leonardo da Vinci	17.952 formados
9	Universidade São Judas Tadeu	17.361 formados
10	Universidade Luterana do Brasil	14.761 formados

Fonte: SisProUni/Lei de Acesso à Informação  
Infográfico: Larissa Lopes

Nota: Dados recebidos em pedido de LAI de 25/5/2022.

## **POLÍTICA FIXA OU EMERGENCIAL?**

Quando surgiu, em 2005, muitos pensavam que o ProUni seria apenas uma espécie de “curativo”, porque tratava de uma questão emergencial. Isso porque ele surgiu em um contexto de alta demanda por ensino superior no Brasil, vagas escassas nas universidades públicas e estudantes de menor poder aquisitivo fora tanto do setor público quanto do privado.

De tempos em tempos, o debate sobre o ProUni ser uma política “fixa” ou “emergencial” volta à tona na comunidade de educadores e até mesmo nas redes sociais. De um lado, aqueles que acreditam no equilíbrio entre o setor público e privado e defendem os investimentos federais em ambos os setores. De outro, quem prioriza que as universidades federais tenham mais acesso a recursos e atenção do poder público.

Para tentar lidar com o cenário e as necessidades educacionais do início da década dos anos 2000, o ProUni foi a solução mais rápida, como avalia a pesquisadora e assistente social Fabiana Costa.

— O ProUni surge no seguinte sentido: o que é mais ágil pra colocar em prática e mudar esse cenário, enquanto a gente não consegue implementar mudanças nas universidades federais? “Vamos lançar essa MP aqui que a gente já resolve logo”. Então, o pensamento [do governo federal] foi pegar as isenções e as instituições privadas e transformar tudo em bolsa para, a curto e médio prazo, você ter a disponibilização de oportunidades. Paralelo a isso, outras medidas foram trabalhadas, como o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], a criação de mais universidades federais, ampliação do orçamento pra pesquisa, entre outras coisas - descreve a pesquisadora.

Em sua tese de doutorado, publicada em 2012 com

o título “O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude”, Fabiana destaca que, anos depois da execução da política pública, é necessário fazer uma análise quanto ao seu “prazo de validade”.

“Mesmo considerando sua relevância social, o poder público deve estabelecer mecanismos que possam inverter a lógica do caráter privado da educação superior atualmente no Brasil, e garantir a expansão da universidade pública”, escreve a doutora em Educação em sua tese.

Na mesma linha, o ex-presidente da UNE, Gustavo Petta, defende que o foco do governo federal permaneça sendo no setor público, por meio de investimentos.

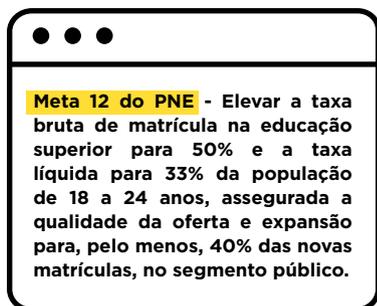
— A gente tem que retomar novamente o processo de ampliação das vagas públicas, que é o melhor caminho, na minha visão, para democratizar o acesso ao ensino superior - declara Gustavo.

Contudo, não descarta a existência do ProUni e defende que o programa seja um complemento à política central do governo de investimento nas universidades públicas.

— Quando lançada, a proposta do ProUni correspondeu a uma reivindicação que a UNE já fazia há muitos anos: a ampliação do acesso ao ensino superior. O ProUni tem, e ainda terá, o seu lugar no Brasil por um bom tempo, porque a gente sabe que a grande maioria da juventude pobre brasileira ainda não está na faculdade. Mas, ainda acredito que a política principal deve ser a democratização do acesso à universidade pública - ressalta o ex-presidente da UNE.

Entusiasmado com o ProUni, como ele mesmo diz, o advogado Bruno Coimbra acredita no impacto que o programa teve para a educação brasileira como um todo e defende que não haja uma polarização entre universidades públicas e privadas — divisão que, inclusive, acredita que nunca houve nos bastidores.

— Se a gente olhar para a meta 12 do PNE [Plano Nacional de Educação], me parece evidente a distância que estamos de atingir aqueles referenciais. Para mim, sem o ProUni, nós jamais teríamos evoluído naquelas metas, porque alcançar nós já não vamos. Só que essa oposição nunca aconteceu, nem por parte das universidades públicas. Historicamente, não vemos as públicas falando: “Olha, tem que diminuir o FIES e o ProUni pra investir na universidade pública”. E, do lado das particulares, em absoluto a gente entende e defende a importância do setor público de educação - aponta o advogado.



A última edição do PNE foi firmada em 2014 pelo governo federal, por meio do que foi instituído pela Lei nº 13.005, e trazia 10 diretrizes e 20 metas educacionais a serem atingidas em uma década, isto é, até o ano de 2024.

Taxa bruta de matrícula: Razão entre o total de alunos matriculados na educação superior e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível, ou seja, a partir dos 18 anos.

Taxa líquida de matrícula: Razão entre o total de matrículas de alunos com a idade prevista para o ensino superior e a população total da mesma faixa etária no país.

Política emergencial ou fixa, o ProUni precisaria de alguns ajustes para sua própria continuidade e efetividade, entre eles a exclusão da bolsa parcial, de 50%. Quem faz essa avaliação é o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, e também um dos criadores do programa.

— Se o senhor pudesse voltar ao comando do ProU-

ni, o que mudaria na política? - pergunto a ele, em entrevista via telefone.

— Acho que a bolsa parcial [de 50%], porque não sei se é uma boa ideia pro estudante de baixa renda. E também essa questão de permitir que alunos pagantes de escolas privadas participem do programa. São duas coisas que eu mudaria, uma original da lei [de 2005] e a outra que foi alterada pelo [então presidente] Bolsonaro - responde Haddad.

— E em que momento o senhor olhou para o programa e pensou: “Agora está como eu imaginei”? Ou sempre foi como imaginou? - questiono.

— Tenho dúvidas a respeito da bolsa parcial... Mas o programa é totalmente o que a gente imaginou, 99,9% do que a gente imaginou. Obviamente que tudo na vida tem que ser avaliado e aprimorado, mas ele nasceu muito forte, nasceu muito robusto... Bom, o ProUni é uma das maiores marcas do governo Lula, né? - ressalta o professor universitário.

# SALDO

*Quando eu digo que o ProUni foi fundamental nesses últimos 18 anos é porque eu olho do ponto de vista do impacto no indivíduo. Você não pode olhar a política pública só do ponto de vista dos números, das estatísticas. “Ah, entraram tantos e formaram tantos”, não, né? A gente precisa olhar também do ponto de vista do impacto na vida das pessoas* — Fabiana Costa, assistente social e Mestre e Doutora em Educação com teses sobre o ProUni

*É perigoso dizer isso, mas me parece que, a cada momento que é atualizado, o ProUni vai ficando cada vez mais acima do bem e do mal, vamos dizer assim, acima de qualquer crítica. Governos já se sucederam: Fernando Henrique tem ali um embrião, depois Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro. Nem o que é muito comum de acontecer, que é mudar o nome da política, aconteceu... o pessoal nem teve coragem de mexer. Então, acredito que todo aperfeiçoamento é muito bem-vindo. Tudo que preserve e amplie o acesso à educação superior, principalmente de alunos carentes, é essencial para o Brasil mudar* — Bruno Coimbra, advogado especialista em direito educacional e assessor jurídico da ABMES



*A rua não me deixa esquecer do ProUni (risos), porque não tem um dia que eu saia da minha casa, pra qualquer atividade pública, e não encontre um prounista agradecendo a oportunidade, contando sua história, contando como sua vida mudou, falando da família. É muito raro ir pra qualquer lugar público sem encontrar um prounista. Qualquer evento com mais de 50 pessoas eu encontro um (risos). E gente que se dirige a mim já chorando, já emocionado, entendeu? Porque quando a pessoa me vê, ela se lembra dela própria chegando à faculdade... são emoções muito fortes que a pessoa viveu, né? É o sonho de um pai, o sonho de um jovem...*

—

Fernando Haddad, criador do ProUni e ex-ministro da Educação (2005-2012)



CAPÍTULO 4

# **PORTAS ABERTAS**



# 4

Dos mais de 1,2 milhão de estudantes formados pelo ProUni, apenas 1.235 são indígenas<sup>31</sup>, o que representa cerca de 0,10%, a menor parcela étnica quando olhamos os dados de beneficiários do programa. A maioria é da população branca, com 46% do total. Há ainda o grupo de não declarados, ou seja, que não preencheram a informação no cadastro do ProUni, somando 15.851 pessoas — entre 1% e 1,5%.

Diversos motivos podem estar associados ao número baixo em relação aos povos originários. Um deles é a dificuldade de sair da aldeia para estudar, já que seria preciso deixar a família e se manter financeiramente no lugar onde a universidade está. Quem avalia é a produtora audiovisual indígena Priscila Tapajowara, de 29 anos, que também usou o ProUni para realizar um sonho.

---

31 Dado obtido via Lei de Acesso à Informação em agosto de 2022.

Natural de Santarém, no estado do Pará, a universidade já era um ambiente comum a ela. Antes mesmo de pensar no ProUni como um caminho, Priscila estava matriculada no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Dois anos tinham se passado desde que entrou na federal, em 2014, com a nota do Enem, mas não estava feliz; queria mudar de carreira.

— Depois que eu comecei a me envolver com fotografia, a participar de umas formações simples que tinha aqui na minha região, fui me interessando pela área. Só depois que eu resolvi seguir... - explica..

Se encontrasse alguma alternativa para cursar fotografia e conseguir se manter sozinha, ela iria. Desde o ensino médio, vinha fazendo a prova do Enem todos os anos para “testar os conhecimentos”, então, em 2015, resolveu usar a nota e participar do processo seletivo do ProUni. Tanto tentou, como passou, só que em uma universidade em Santa Rosa, Rio Grande do Sul, praticamente na outra ponta do país, a 3.679 quilômetros de sua cidade natal.

— Eu não tinha condições financeiras de me manter lá. Minha mãe não me deixou ir, porque também não tinha como me ajudar. Então nem cheguei a fazer a matrícula - relembra.

O sonho permaneceu estacionado. No ano seguinte, em abril de 2016, a indígena recebeu a oferta de uma bolsa para um curso de Produção Cultural em São Paulo, com duração de três meses. Não deu outra: sozinha, com 23 anos e de malas prontas, partiu para a capital paulista. Ela conta que tinha dois ou três conhecidos na cidade, mas, mesmo assim, viveu como nômade por um tempo até se estabilizar.

— Nessa época, assim que cheguei [em São Paulo], eu não tinha casa, ficava transitando na casa das pessoas. Conhecia alguém em um dia e perguntava pra pessoa se eu podia ir

## PORTAS ABERTAS

pra casa dela. E assim fui indo... - relata.

Em outra oportunidade que tive de entrevistar Priscila, há dois anos, ela me contou que sofreu preconceito quando chegou a São Paulo.

— Às vezes, só de eu usar acessórios [como colares e brincos de pena] as pessoas já me olham diferente, mas eu não saio de casa sem eles. Eu quero incomodar, sabe? Não ligo muito para o que as pessoas falam, só que esse olhar é tão involuntário que você se sente acanhado. É o preconceito...  
- aponta a indígena.

Priscila resgata sua identidade ao usar brincos e colares da cultura indígena. Foto: Alice Aedy



Foto: arquivo pessoal

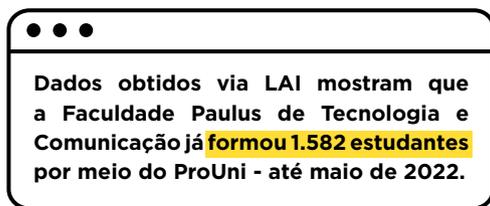
Para ela, foi uma fase muito difícil, sobretudo pela saúde mental, já que estava longe da família, da terra natal e, ainda, passando por episódios de discriminação.

No fim das contas, a bolsa para o curso não deu certo — e o motivo ela diz que não se lembra muito bem. Priscila pensou que, já que estava em São Paulo, tentaria de outro jeito entrar em um curso superior. Foi aí que o ProUni reapareceu em sua trajetória.

Inscrição para o segundo processo seletivo de 2016 feita, duas faculdades, dois cursos e uma decisão para tomar: como o ProUni possibilita escolher duas opções, e Priscila tinha sido aprovada em ambas, ela precisou escolher entre ficar em São Paulo e cursar Produção Audiovisual, ou viver em Campinas e cursar Fotografia, seu primeiro sonho. Começou a pesquisar as diferenças entre as duas graduações e o que trariam de novo para sua bagagem.

— Meu gosto sempre foi mais voltado à fotografia, mas eu já sabia um pouco da área. Então pensei: “Se eu puder aprender uma outra coisa que eu não sei, que é o audiovisual, vai ser melhor”. E foi o que eu fiz! - relata a produtora.

Então, em agosto do mesmo ano, lá estava ela: matriculada na FAPCOM e cursando Produção Audiovisual.



**Dados obtidos via LAI mostram que a Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação já **formou 1.582 estudantes** por meio do ProUni - até maio de 2022.**

Durante o curso, morou com o então namorado e a sogra, no bairro da Fradique Coutinho, na zona oeste da capital paulista. Mas, antes de se estabilizar com eles, precisou

fazer alguns “bicos” para ter renda e dar conta da vida em São Paulo; vendeu brigadeiros na Avenida Paulista, a maior avenida da cidade, e deu aulas de carimbó, uma dança típica do Pará, seu estado natal. Chegou até a trabalhar um tempo em uma loja de roupas como vendedora. Com uma renda todo mês, Priscila conseguiu pagar, durante seis meses, sua estadia em uma república — residência compartilhada entre estudantes — próxima à faculdade, no bairro da Vila Mariana, até se mudar para a casa do namorado.

Comum a todos os prounistas, ela relembra o processo de entrega da documentação na faculdade para, enfim, concretizar a bolsa do ProUni.

— Todos os meus documentos estavam em Santarém, como eu ia fazer? Mas eu levo uma frase comigo que é: “Se for pra ser, será”. Acabei fazendo um post no *Facebook*, na época, perguntando se algum dos meus amigos de Santarém viria pra São Paulo e poderia trazer os documentos. Meu círculo familiar e de amigos sabiam que eu queria muito estudar cinema, então fizeram uma mobilização pra descobrir se alguém viria. Acharam um menino, que eu até conhecia, que viria pro interior de São Paulo. Encontrei com ele no aeroporto de Congonhas e peguei os documentos; minha irmã [mais nova] Adria tinha entregado pra ele.

O detalhe é que a bolsa que Priscila tinha conseguido era parcial, ou seja, apenas metade do valor da mensalidade. Como conseguiria pagar o restante? Foi aí que outra política educacional entrou em jogo: o FIES. Criado em 1999, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa financia as mensalidades para que o estudante consiga concluir a graduação em faculdades privadas. O detalhe é que o valor do financiamento depende da renda familiar mensal bruta do aluno. Além disso, ele deve pagar um valor proporcional a cada semestre e o restante depois de formado,

com juros<sup>32</sup> de 3,4% ao ano para todos os cursos.

Beneficiada pelos dois programas educacionais, a indígena seguiu a graduação normalmente. Segundo ela, a duração de dois anos do curso, que era um tecnólogo, fez com que não houvesse tempo de aprender tudo; mas, ainda assim, dá muito valor ao que a faculdade trouxe.

— Foi ótimo, porque eu aprendi coisas novas e só fui juntando com o que eu já sabia. [Fazer faculdade] me abriu muitas portas, minha vida mudou totalmente depois que me formei - define.

Terminado o curso, em 2018, Priscila abriu sua própria produtora audiovisual, a Tapajowara Filmes. Precisou criá-la por causa de um trabalho que exigia esse tipo de formalidade e, depois, decidiu dar continuidade. Hoje, sua fonte de renda vem da produtora, onde presta serviços em regime de *freelancer* para clientes e empresas.

As portas às quais Priscila se refere vêm desses *freelas*, mas também de outros grandes contratos que teve a oportunidade de assinar. Ela já fez trabalhos para uma das maiores marcas brasileiras de cosméticos, tanto como produtora e roteirista, quanto como modelo. Inclusive, foi contratada como influenciadora digital para representar a empresa na última edição do *Rock in Rio*, festival de música que aconteceu em setembro de 2022.

— Tudo que eu venho trabalhando, só consegui realmente porque fiz faculdade. Hoje, eu tenho reconhecimento aqui na minha região. Quando saí daqui, eu era só uma menina que tinha vontade de fazer essas coisas, mas só fazia fotografia e não tinha tanto conhecimento. Quando voltei, as pessoas começaram a me ver como uma profissional que sabe manusear os equipamentos, que sabe produzir, que sabe criar.

---

32 Informação oficial do FIES. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/perguntas-frequentes-fies>

Agora eu sou uma referência. Inclusive, quando eu tava em São Paulo, foi criado o Instituto Território das Artes; hoje eu sou vice-presidente de lá, e a gente faz um festival de cinema aqui na cidade. Então, pra mim, essas coisas só aconteceram porque eu saí e fui estudar fora - conclui.



"Minha arma, onde posso expressar o meu olhar, meus sentimentos, minha arte e, principalmente, uma ferramenta para dar voz à luta em defesa da nossa floresta Amazônica, rios e mostrar um pouco de nossas culturas", escreve Priscila em um post no *Instagram*. Foto: Matheus Alves

De volta ao número tímido de indígenas formados pelo ProUni, que comentei com Priscila durante nosso papo, ela me diz que não usou a cota racial para entrar no programa. Pergunto o porquê.

— Em nenhuma das vezes que eu entrei na faculdade, entrei por cotas, nem na federal. Prefiro deixar esse espaço para as pessoas que moram na aldeia e tiveram um ensino

muito mais precário do que o meu. Porque eu tive um ensino precário, mas no ensino médio tive oportunidade de estudar numa escola de referência aqui na cidade, então, de certo modo, fui mais preparada pro vestibular - defende.

Eu sigo ouvindo, sem interromper, e ela continua.

— Eu sempre pensei dessa forma, pode ser que seja até um pensamento errado, mas se eu tive o mínimo de acesso pra me preparar, prefiro deixar a cota pra outra pessoa que não teve as mesmas oportunidades. Fora que na UFOPA, e até no ProUni, era muito mais concorrido entrar pela cota - diz.

O que Priscila comentou acontece porque, além de a legislação do ProUni exigir que o número de bolsas ofertadas por uma instituição seja proporcional ao número de alunos pagantes no ano anterior, as vagas destinadas às cotas seguem outra lógica. Candidatos pretos, pardos, indígenas e com deficiência concorrem em uma categoria cujo número de bolsas segue a proporção da quantidade de pessoas desses grupos residentes no estado. Na prática, uma faculdade de São Paulo vai destinar um número 'X' de vagas para as cotas raciais de acordo com o número de pretos, pardos e indígenas que residem na cidade, sempre tendo como referência os dados do censo mais recente do IBGE. Quem decidiu isso foi a Lei nº 13.409, de 2016, que alterou a Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como a Lei de Cotas<sup>33</sup>.

Encerrando nossa conversa, pergunto para Priscila o que ainda falta conquistar, o que ela pensa para o futuro.

— Quero continuar fazendo filmes aqui na minha região [o Pará] falando sobre a cultura, as lutas, os povos. Também seguir dando formação em audiovisual, que eu já venho fazendo... - finaliza a prounista.

---

33 Redação da lei disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)

## CAPÍTULO 5

# **PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES**



# 5

“Caminhando e cantando, e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados ou não”. Assim começa um comercial encomendado pelo MEC para divulgar o ProUni na televisão aberta. O ano era 2006, o programa completava um ano e o conteúdo de um minuto de duração era passado nos intervalos da programação de emissoras brasileiras.

No comercial, jovens caminham juntos passando por ruas e ambientes urbanos e entoando a música “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”, composta por Geraldo Vandré. Depois, um locutor diz que o ProUni já ofereceu mais de 200 mil vagas para jovens entrarem no ensino superior. Quem viu



ASSISTA AO  
COMERCIAL

mais de uma vez, diz que a voz do cantor Lino Krizz — que performou a canção no comercial —, nesses exatos versos da música marcou uma geração, que dependia majoritariamente da televisão para saber das novidades do País. Era o início da aceitação do ProUni a nível nacional.

Para muitos, a música escolhida para o comercial já era um hino de resistência desde a ditadura militar, período da história brasileira marcado por repressões, inclusive contra estudantes. A canção ganhou ainda mais significado para o movimento estudantil quando foi censurada pelos militares, pois, para eles, fazia um chamado para que os jovens lutassem e se rebelassem contra o regime.

A frase “Para não dizer que não falei das flores” também é utilizada como ditado popular por muitas pessoas, geralmente para indicar que não se está excluindo nenhum ponto da discussão. Então, para não dizer que não falei das flores, destrincharemos, a seguir, aspectos e problemáticas do ProUni, acumulados em 18 anos de história.

## **PROPAGANDA É A ALMA DO NEGÓCIO**

Bruno Coimbra, advogado envolvido com o ProUni há 8 anos, acredita que as propagandas eram mais fortes nos primeiros anos do programa. Para ele, a falta de divulgação é um dos principais problemas do ProUni, tanto do número das vagas, quanto dos direitos que um estudante com menor poder aquisitivo tem ao sair do ensino médio.

— Imagina um aluno de 16 anos que tem que colher todas essas informações. Eu tenho amigos da cidade onde eu nasci, no interior de Minas, que tinham o perfil do ProUni mas que não o conheciam. A minha geração entrou na faculdade em 2000, mas tenho amigos que entraram em meados de 2005 [quando o ProUni foi criado] e 2006. Um deles me

falava assim: “Pô, Bruno se eu soubesse não fazia FIES”, porque depois ele teve que pagar o financiamento - exemplifica o advogado.

A pesquisadora Fabiana Costa, mestre e doutora em Educação com teses sobre o ProUni, vai na mesma linha e diz que, para a continuidade e fortalecimento da política, a orientação para os jovens precisa ser melhorada.

— Os primeiros dez anos de ProUni foram muito significativos, tanto na adesão, quanto na divulgação. Essa geração de agora, que tem 18 anos, está pouco informada sobre de fato quais direitos ela tem, sobre como acessar esses direitos. Não adianta só falar que o programa existe - avalia a pesquisadora.

Outras propagandas do ProUni foram feitas ao longo dos anos, mas nunca com o mesmo entusiasmo dos anos iniciais. Fabiana relembra o contexto do primeiro ano da política pública, em 2005.

— Na época, para quem estava na idade ou que tinha condições de acessar a educação superior, houve uma grande campanha. Grandes ações, grande mobilização pra que jovens e nem tão jovens assim acessassem o programa. Você tinha campanhas educativas, propagandas na TV que falavam do ProUni, do FIES - compara.

Para a pesquisadora, a falta de divulgação das opções que o jovem tem para chegar à universidade, associada a outros fatores, tem feito o ensino superior perder a visibilidade.

— A gente precisa resgatar a essência do estudo, da educação como ferramenta para o crescimento. Pra um aluno de periferia, ou de classe média baixa, não é atrativa a escola, nem a universidade - analisa.

Além do governo federal, quem gere o programa, Fabiana defende que outras figuras, como a escola, têm a res-

ponsabilidade de tornar o ProUni mais popular.

— Na época do lançamento [do ProUni], você via o MEC investindo em propagandas e até as próprias instituições privadas faziam mais campanhas. Era toda uma mobilização da sociedade, que falava pro jovem naquela época: “A hora [de entrar] é agora, aproveite essa oportunidade”. Foi um *boom*, diz.

## **BUROCRACIAS E DOCUMENTOS**

Lidar com seres humanos é complexo. Analisar a vida de alguém é um trabalho subjetivo, afinal, um ser humano está avaliando outro, ambos carregados de juízos de valores, crenças, origens e realidades diferentes. Na maioria das vezes, essa análise não é qualquer análise; pode interferir e mudar a vida de uma pessoa e até de uma família.

Depois de realizar a prova do Enem, tirar uma boa nota, candidatar-se a duas opções de curso, turno e faculdade no ProUni e ser selecionado para alguma delas, o estudante ainda precisa passar por uma segunda seleção para, enfim, conquistar a bolsa. Essa seleção envolve provar, a partir de uma série de documentos, que você estudou na escola ‘X’, mora com ‘X’ pessoas, vive com a renda ‘X’ e não teria condições de custear a mensalidade do curso como aluno pagante — em outras palavras, cumprir o chamado critério socioeconômico.

Para decidir se um aluno será ou não beneficiado pelo programa, o assistente social se arma de um bom faro, um olhar atento, a legislação do programa na ponta da língua e a prática de anos examinando e organizando documentos.

Alessandro Tiezzi faz esse trabalho há 13 anos. Formado em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social e especialista em Gestão de Projetos Sociais — com um estudo sobre o ProUni —, ele foi contratado pela Editora

Paulus<sup>34</sup> em 2009 para administrar os projetos de assistência social da mantenedora e, também, auxiliar no processo do ProUni da FAPCOM.

Durante nossa entrevista, brinco que Alessandro chegou “quando tudo era mato”, afinal, começou a se envolver com o programa de bolsas quando esse estava completando apenas 4 anos de existência — haja visto o lançamento do ProUni, em 2005.

— Pois é - diz, enquanto dá risada - Nessa época, a gente atendia o aluno e fazia um parecer em folha de sulfite, escrevendo à mão e usando papel de carbono preto pra fazer cópias... Era tudo arcaico, né? Mas funcionava. Hoje tudo é informatizado, está tudo no sistema - conta.

O sistema do qual ele se refere é o SisProUni, a fonte mais valiosa para a instituição em relação ao programa. É nele em que estão o número de bolsistas que a faculdade tem, os procedimentos de manutenção dessas bolsas e as listas de aprovados em cada processo seletivo — enviadas pelo MEC.

Em 2009, quando Alessandro começou a trabalhar com o ProUni, o sistema já existia, mas boa parte das coisas ainda eram feitas em papel, como a entrega da documentação familiar impressa. Graças à tecnologia, mudanças no processo do ProUni vêm acontecendo nos últimos anos, mas a pandemia acabou marcando-as de vez: em algumas instituições, agora os documentos de comprovação são entregues pelo aluno única e exclusivamente por meio um formulário *online*, com arquivos e mais arquivos escaneados.

E por falar em comprovação, o ProUni exige uma ampla gama de documentos para que você seja aprovado no programa. Certidão de nascimento, identidade, comprovante de residência e carteira de trabalho são alguns exemplos —

---

34 A Paulus é a mantenedora da FAPCOM, instituição onde estudo que também promove ações de assistência social, além de fazer parte do ProUni desde julho de 2006.

que se aplicam ao candidato à bolsa e aos membros de seu grupo familiar, ou seja, às pessoas que residem no mesmo domicílio. Entregues à instituição de ensino, os documentos serão analisados por um assistente social, que também fará uma espécie de entrevista com o candidato.

— O assistente social não é um investigador, né? Mas ele tem um processo quase investigativo, vamos dizer assim. Um olhar muito apurado pra contribuir com o acesso daquela pessoa ao benefício, mas, por outro lado, pra também respaldar a instituição de que tudo está esclarecido - avalia.

Para ele, trata-se de um processo complexo, porque o profissional precisa entender a organização familiar do candidato à bolsa: quem mora na mesma casa, o grau de parentesco, se algo está atrelado à legislação — por exemplo, se uma pessoa recebe pensão.

— Por mais que tenha a legislação [do ProUni] e eu tenha experiência, cada caso é um caso. A gente se depara com cada situação de complexidade da família que chega a pensar “Meu Deus, e agora? O que eu faço?” - diz.

Nesses casos mais complexos, quando a equipe coordenadora do ProUni na faculdade não sabe como proceder na documentação, Alessandro diz que o recomendável é consultar o próprio MEC, para também evitar prejuízos ao aluno.

— O seu escudo é a documentação, você tem que se calçar nela, então a cautela tem que ser grande - avalia o assistente social.

A atenção é ainda maior quando se está diante da análise do critério mais importante do ProUni: o de renda. Para conquistar a bolsa integral do programa, o estudante precisa ter renda mensal familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa — ou per capita. Já para a bolsa parcial, a renda não pode passar de três salários mínimos. A comprovação desses limites é feita pela análise de declarações de imposto de ren-

da, extratos bancários, comprovantes de rendimento, faturas de cartão de crédito entre outros. Somas, subtrações e outras operações matemáticas depois, além de uma última análise do contexto geral, o assistente social e outros profissionais que trabalham nesse processo podem dizer se o candidato se enquadra nos critérios. Acontece que, por vezes, a renda passa muito daquele limite pré-estabelecido; ou, ainda, passa por pouquíssima diferença.

— Já aconteceu de passar por, por exemplo, cem reais?  
- pergunto, para ter uma noção dos casos que ele já viu.

— Já, sim, até por menos... - responde Alessandro.

— Nesse caso, o protocolo é cortar mesmo?

— Sim, o candidato perde o benefício. Com pessoas que trabalham com vendas isso é muito comum. Quando é o processo seletivo do começo do ano, estamos falando de analisar os comprovantes de novembro, dezembro e janeiro. Geralmente esse período é bom, é aquecido, e faz a pessoa perder o benefício porque ganhou “um pouquinho a mais”. No caso de renda variável, a gente faz uma análise dos seis últimos meses, mas, mesmo assim, às vezes causa impacto e passa a renda. E já aconteceu de o mesmo candidato, que foi reprovado, voltar no segundo processo do ano e conseguir a bolsa, porque a diferença era mínima - exemplifica.

Apesar do olhar atento e empático característico do assistente social, é preciso frieza para seguir a legislação que, nesse caso, é bastante rígida quanto à renda. “Não tem jeito, a régua do ProUni é de renda, ou a renda está dentro [do critério] ou não está”, aponta Alessandro.

***É um programa para todos, mas ele passa um ‘facão’, faz um recorte. E, às vezes, esse recorte não é tão justo — diz o assistente social Alessandro Tiezzi***



Entre casos difíceis e exitosos, Alessandro já viu muita coisa acontecer, como os sentimentos de revolta pela recusa da bolsa, ou até a emoção pela conquista.

— Você vê as famílias se emocionarem, tem algumas que choram ali na sua frente... Casos em que é a primeira pessoa do grupo familiar a entrar na faculdade, e elas vão com o pai, a mãe, o avô, a tia. E aí se emocionam, né? É um sonho, uma conquista - define o assistente social.

Outro tipo de caso relacionado à renda é mais raro, mas é previsto na legislação: o de o aluno perder a bolsa durante o curso devido a um aumento de renda. O artigo 10 da Portaria<sup>35</sup> nº 19, de 20 de novembro de 2008, define os casos em que a bolsa do ProUni pode ser encerrada pela instituição, entre eles a “substancial mudança de condição socioeconômica do bolsista”.

A assessora jurídica-administrativa Jaqueline Souza trabalha para duas instituições de ensino do Rio de Janeiro e acredita que esse ponto merece atenção e bom-senso. Ela destaca que, para o aluno perder a bolsa, depois de já conquistada, a mudança financeira tem que ser substancial, como se ele tivesse ganhado na loteria; do contrário, segundo ela, trata-se apenas da transformação social, premissa que o próprio programa prega.

— O objetivo do programa é mudar a conformação inicial daquele estudante que não tinha perspectivas. Então, se ele começa a estudar e arruma um estágio, isso de certa forma vai melhorar a condição social dele naquele momento. Mas como que eu corto a bolsa desse aluno? Como eu posso dizer que ele teve uma mudança substancial, se ele apenas se inseriu no mercado de trabalho, justamente por causa do curso superior? - aponta a assessora.

---

35 Resolução do MEC disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-normativa-19-2008-11-20.pdf>

Jaqueline está envolvida com o programa desde a sua criação, em 2005. Por muitos anos, trabalhou na parte de análise documental, como Alessandro, mas hoje atua na área de suporte institucional; só é acionada pelos colegas da equipe quando alguma documentação em específico precisa de um outro olhar.

— A gente não tem poder de polícia, mas quando a pessoa quer esconder, ela esconde... A gente sente o aluno, vemos quando ele está trazendo uma informação truncada. Então, além do bom-senso, tem o nosso *feeling* também - descreve ela, em relação ao trabalho de análise.

Terminada a graduação, a inserção no mercado de trabalho vira uma expectativa, assim como o aumento de renda. Jaqueline relembra o caso de um candidato ao ProUni que a marcou ao longo dos anos.

— Eu tive um aluno da primeira turma, em 2005, que entrou pra Medicina e hoje é diretor de hospital. Ele tem uma vida completamente diferente da que ele tinha antes da faculdade. Esse menino já entrou casado, era mais maduro e tinha filhas, que inclusive estudaram com o ProUni também. Então, ver ele bem posicionado é uma experiência muito boa. E não só ele, já vi vários alunos de outros cursos... - conta.

## **“NENHUMA POLÍTICA PÚBLICA É PERFEITA”**

“É muito difícil coibir toda a fraude, porque sempre vai ter gente tentando burlar”, disse Fernando Haddad, uma das mentes por trás do ProUni, quando conversamos por telefone, em junho de 2022. Como nem tudo são flores, a comprovação de renda — um dos requisitos de entrada no ProUni — também pode ser fraudada. Assim, pessoas que não teriam acesso à política, por terem uma condição de vida diferente da

que o programa prioriza, acabam entrando e tirando o direito de quem precisa.

Em 2011, seis anos depois da criação do ProUni, passava no Fantástico, programa dominical da Rede Globo, uma reportagem<sup>36</sup> de quase doze minutos sobre fraudes que vinham acontecendo em todo o país. Fraudes relacionadas a faculdades-fantasma foram citadas, mas o foco ficou na fraude de renda. O repórter André Luiz Azevedo mostra o caso de uma estudante de Umuarama, Paraná, que era bolsista do ProUni, mas tinha características de outro estilo de vida: residência em um bairro de classe média e dois carros novos na garagem nos últimos dias. Segundo a reportagem, casos como esse foram levantados na época graças a uma investigação da Procuradoria da República, com apoio da Polícia Federal.

Entrevistado na reportagem, o então procurador da República Robson Mathias disse que, se provada a fraude na comprovação da renda da aluna citada, ela seria processada por estelionato contra a União, além da obrigação de devolver à Justiça o valor das mensalidades utilizadas.

Ainda, quando abordada a necessidade de fiscalização para evitar casos como esse, o gestor da universidade colocou a responsabilidade no MEC por sua autoridade nacional. E, quando o então secretário de ensino superior do MEC, Luis Carlos Costa, foi questionado, a bola recaiu para a universidade que, segundo ele, deve garantir a veracidade dos documentos e análise do contexto do aluno.

Mas não é preciso voltar muito no tempo para encontrar episódios de fraude. Em setembro de 2019, o Jornal da Record, da Rede Record, noticiou<sup>37</sup> um esquema de compra de vagas para o curso de Medicina através do ProUni. Na épo-

---

36 “Reportagem especial desvenda fraudes no ProUni”, datada de maio de 2011. Disponível em: <https://youtu.be/QwYkOFeGtIE>

37 Reportagem da edição de 4 de setembro de 2019 do Jornal da Record. Disponível em: <https://youtu.be/0z4a52AzUNM>

ca, a Polícia Federal cumpriu 22 mandados de prisão em São Paulo e no Mato Grosso, além da apreensão de 250 milhões de reais em dinheiro vivo, resultados da venda dessas vagas — que estavam preenchidas por estudantes com alto poder aquisitivo.

Idealizador do ProUni, o ex-ministro Fernando Haddad acredita que é responsabilidade do Estado estar atento a isso, e que uma fiscalização a nível nacional não é impossível.

— Eu não tenho muita experiência de fiscalização nesse sentido, mas a gente sabe que, hoje, o Estado brasileiro tem mecanismos pra fiscalizar a renda de uma família. Seja pelos gastos no cartão de crédito, pela movimentação financeira, pelo imposto de renda, se a pessoa usa SUS [Sistema Único de Saúde] ou não, se a pessoa tem um plano de saúde... Vários mecanismos indiretos, sinais exteriores de consumo e de riquezas, que você consegue apurar. Então, se o Estado for mobilizado, ele consegue chegar, sim, e fazer uma malha fina - avalia o advogado.

Quase não existem dados para quantificar as fraudes no ProUni, menos ainda dados atuais. De acordo com matéria<sup>38</sup> do portal R7, que pertence ao Grupo Record, publicada em maio de 2014, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as auditorias operacionais do programa mostrou que, em 2011 e 2012, foram indicados 34.921 casos de irregularidades no cadastro de prounistas. Dentro desse número, 15.559 bolsas foram encerradas pelo descobrimento da fraude, sendo que os estudantes tiveram um prazo para se justificarem.

•••

---

38 Matéria disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/exclusao-de-bolsistas-irregulares-do-prouni-gera-economia-de-r-25-milhoes-27062014>

Para concorrer às vagas dentro da política afirmativa para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, também é necessário fazer a comprovação por alguns documentos. No caso de PCDs, o estudante deve apresentar um laudo, emitido por um médico ou órgão do governo, que indique o tipo de deficiência junto ao número da Classificação Internacional de Doença (CID).

Já para estudantes pretos, pardos e indígenas, a “comprovação” é feita por meio da autodeclaração. Tanto no processo do ProUni quanto no do SiSU — programas de seleção de vagas do ensino superior que têm políticas de cotas —, o candidato precisa preencher um documento em que se autodeclare pertencente a determinada etnia.

Como, por exemplo<sup>39</sup>: “Eu, (nome completo), portador(a) do RG n° (número) e CPF n° (número), candidato(a) pré-selecionado(a) para o Programa Universidade Para Todos - ProUni, DECLARO sob pena de configurar crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal Brasileiro), ser da raça (especificar a raça conforme opção efetuada na inscrição)”.

A coordenadora do ProUni na FAPCOM, Rita Souto, afirma que, além da autodeclaração, é protocolo do programa o estudante passar por uma entrevista presencial — com assistente social ou outro profissional responsável pelo programa na faculdade — antes de ter a bolsa concedida, o que considera que diminui os riscos de fraude.

— De fato, é delicado questionar o candidato sobre sua autodeclaração, no entanto, a lei [do programa] não impede que sejam apurados os casos que tiverem denúncias, podendo até ocorrer o encerramento da bolsa - esclarece Rita.

---

39 Cada instituição adota um modelo de declaração de política de cotas. Citado nesta página, está o da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), disponível em: [https://www.umc.br/prouni/arquivos/modelo\\_A.pdf](https://www.umc.br/prouni/arquivos/modelo_A.pdf)

Dessa forma, torna-se mais raro encontrar registros de fraudes nas autodeclarações no processo do ProUni; se acontecem casos, pouco se chega ao conhecimento da mídia e do governo federal.



Outro tipo de fraude comum é a de usar o programa para realizar a segunda graduação. Isso porque está claro na premissa do programa o requisito de o estudante não ter um diploma de ensino superior para concorrer às bolsas. Ele pode, sim, ter entrado na universidade outras vezes, mas sem ter concluído o curso, já que o objetivo do ProUni é levar ao ensino superior quem estava fora dele.

A ex-coordenadora de Bolsas e Financiamentos Celestina Tacchi, que trabalhava numa instituição de ensino mineira, relata que já viu acontecer dois casos desse tipo. No primeiro, o estudante se candidatou ao ProUni, conseguiu a bolsa, mas, quando o MEC notou uma irregularidade, a faculdade em que Celestina atuava foi notificada.

— Era um aluno que já tinha um curso superior na modalidade tecnólogo. O próprio MEC pediu pra gente olhar essa questão e, quando a gente olhou, ele realmente já tinha um diploma. Encerramos a bolsa e ele deu continuidade no curso como um estudante pagante normal - conta.

Já no segundo caso que presenciou, segundo ela os únicos no período de nove anos que está envolvida com o ProUni, o detalhe foi pego durante a análise documental e as conversas do aluno com os profissionais da instituição.

— Descobri perguntando sobre a escolha do curso, e aí ele [o aluno] respondeu: “Inclusive, quero ver se consigo algumas dispensas de disciplinas”. E eu falei assim: “Mas você já estudou? Qual curso?”, aí ele me disse o curso e tudo mais.

Mas eu não tava entendendo que ele já tinha terminado, e foi aí que ele confessou, “Não, eu já concluí”. Nessa hora, eu já encerrei o processo de análise documental, falei que não poderia dar prosseguimento porque ele já tinha um curso superior e encerrei a bolsa - descreve a ex-coordenadora.



*Tem restrições, contradições, problemas, como toda política pública. Mas, do ponto de vista do impacto social, e é isso que eu defendo nos meus dois trabalhos [teses de mestrado e doutorado], essa política é muito revolucionária* — Fabiana Costa, vice-presidente da UNE de 2003 a 2005, época da criação e lançamento do ProUni

CAPÍTULO 6

**PAMELA  
RAMOS**



# 6

— Por que você faz Química na faculdade? - pergunta um aluno do ensino médio durante a aula da matéria em uma escola privada.

— Eu faço porque gosto... - responde a estagiária do curso de Licenciatura, a quem a pergunta foi destinada.

— Mas, por quê? - ele insiste.

— Sei lá, quando você gosta de uma coisa não tem muito o que explicar...

E, depois da pergunta não respondida, seguiu-se a aula de Química na turma de ensino médio do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro, localizada no bairro Sítio Cercado, em Curitiba, estado do Paraná. Pamela Ramos era a estagiária que cumpria o papel de apoio do professor titular da discipli-

na e, assim, tirava as dúvidas de meninos e meninas do ensino médio durante a aula. Era uma rotina cansativa, já que, além das aulas na faculdade, passava cerca de três horas e meia com os alunos, duas vezes por semana. Mas a experiência obrigatória viria a valer a pena no futuro, já que, sem ela, não haveria formação; e, sem formação, não haveria o trabalho dos sonhos.



A 406 quilômetros de São Paulo, Curitiba é o lar de 1.963.726 pessoas, segundo estimativa<sup>40</sup> de 2021 do IBGE. Conhecida pelo clima frio — que, na verdade, trata-se do clima subtropical úmido —, Curitiba não foi diferente ao me receber no mês de agosto. Perto da segunda quinzena, uma frente fria passou pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e parte da Norte e fez com que as temperaturas diminuíssem drasticamente.

Quando cheguei à capital do Paraná, no dia 20 de agosto, os termômetros marcavam 6 graus. Nos dias seguintes, a temperatura variou até 12 graus. São Paulo, minha cidade natal, estava perto de se tornar uma Curitiba nesse período — mas nada superaria os 6 graus da cidade que ocupa o sexto lugar no *ranking*<sup>41</sup> de melhores cidades do Brasil.

Era domingo e eu conheceria Pamela e sua mãe pessoalmente. Chamei um carro pelo aplicativo para fazer uma viagem entre os bairros do Pinheirinho, onde eu estava, e do Sítio Cercado, onde Pamela mora. A motorista me recebeu falante e atenciosa em seu Sedan prata. Como considero os

---

40 Estimativa datada de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>

41 Pesquisa divulgada entre junho e julho de 2022 e produzida pela revista Isto É, em parceria com a Editora Três e a agência *Austin Rating*. Disponível em: <https://istoe.com.br/as-50-melhores-cidades-por-porte>

taxistas, de modo geral, profundos conhecedores da população da cidade onde trabalham, decidi fazer algumas perguntas. Quando ela disse que não era curitibana, mas que morava na cidade há 33 anos, a minha curiosidade só aumentou.

— Matilde, é verdade essa história de que curitibano é frio? - começo o papo.

— Olha, eu acho que tem pontos de verdade, sim... - ela me responde.

— Tem? - insisto.

— Eu nasci perto de Maringá, numa cidadezinha do interior do Paraná. Quando cheguei aqui, eu só chorava. As pessoas não me cumprimentavam no trabalho, eu ficava muito nervosa. Não falavam “bom dia”, não falavam “boa tarde”. Na época, falei pra minha mãe: “o pessoal aqui é muito mal educado”. Sofri com isso no começo, sabe? Até que eu me acostumei e vi que eles são mesmo desconfiados - conta.

A avaliação de Matilde reforça o estereótipo, mas pode, também, ajudar a refletir sobre a cultura de quem vive em Curitiba, sem necessariamente um tom de crítica. Seja pelo fato de ser curitibana, seja por ter alguém, de repente, querendo escrever um perfil sobre a sua vida, Pamela se mostrou desconfiada desde o início. Para que criássemos uma relação de confiança, fizemos duas conversas por videochamada antes que eu viajasse, assim também pude conhecer mais de sua história.

Quando percebi, envolvida no papo de Matilde, havia chegado à rua da casa de Pamela. Era hora de conhecer a fundo uma outra história. Agradei à motorista, desci do carro e me posicionei em frente ao portão da casa. A rua tem casas de muro baixo, com uma atmosfera bastante residencial. Estava nublado e ventando, mas não impediu que três ou quatro meninos empinassem pipa juntos, num vaivém entre as duas calçadas e o meio da rua.

A casa de Pamela tem as paredes externas pintadas de verde. Um quintal grande, com piso frio de cor clara, estava repleto de roupas penduradas no varal; lembrei que Pamela tinha me dito por mensagem que ela e a mãe tinham “feito faxina” juntas no dia anterior. Fui recebida, em primeiro lugar, pelo latido de Vick, a cachorrinha da família, que fica no quintal — desta vez, avisando à dona que tinha gente desconhecida no terreno.

Mandei uma mensagem para Pamela, avisando que cheguei e estava no portão. Escuto uma porta abrir e tento ver o que está acontecendo, mas, com a multidão de roupas no varal, não tenho sucesso. Me agacho e meus olhos encontram os de uma menina, que também estava agachada no quintal tentando me ver. Era Pamela. Ela volta para dentro, bate a porta e volta um minuto depois com a chave, abrindo o portão de sua casa.

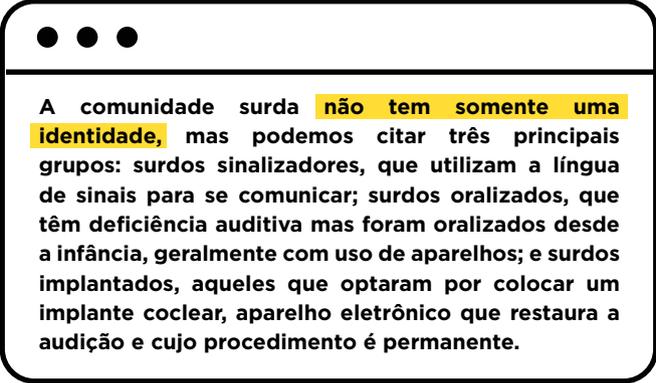
## A BUSCA

Pamela tem 28 anos e é uma mulher reservada e tímida, à primeira vista. Ela é branca, tem cabelo castanho médio, olhos pretos que parecem jabuticabas, estatura mediana e corpo magro; na maior parte do tempo, usa óculos de grau, mas, em fotos nas redes sociais, prefere aparecer sem ele — e com o charme de um delineado preto nas pálpebras.

Se perguntar de que coisas ela mais gosta, vai ouvir: música pop internacional — com destaque para o *K-pop* —, a série de TV e de livros *Bridgerton*, jogos de computador e o universo de *games* no geral, além de memes.

Pamela tem deficiência auditiva e usa aparelho auditivo desde os 5 anos de idade. Cresceu sendo oralizada, isto é, aprendendo a se comunicar pela linguagem oral — e não pela língua de sinais. Desde então, usa também a leitura labial para

compreender as pessoas à sua volta; por isso, busca sempre estar de frente para quem está conversando, a fim de que as percepções visuais e auditivas se complementem.



**A comunidade surda não tem somente uma identidade, mas podemos citar três principais grupos: surdos sinalizadores, que utilizam a língua de sinais para se comunicar; surdos oralizados, que têm deficiência auditiva mas foram oralizados desde a infância, geralmente com uso de aparelhos; e surdos implantados, aqueles que optaram por colocar um implante coclear, aparelho eletrônico que restaura a audição e cujo procedimento é permanente.**

Conheci Pamela no *Twitter*, ao procurar pelas palavras-chave “ProUni” e “PCD” na barra de pesquisa. Desde o início deste projeto, meu plano era encontrar uma pessoa que tivesse algum tipo de deficiência e fosse beneficiária do ProUni, porque esse tópico está nas raízes do programa: destinar bolsas a estudantes com deficiência, independentemente de ele ou ela ter cursado o ensino médio em escolas públicas ou privadas. Mesmo com as recentes mudanças na legislação, a medida resistiu e permanece em vigor como política de cota dentro do ProUni.

Depois de alguns meses de apuração, ainda não tinha encontrado alguém nesse perfil; resolvi apelar para uma pesquisa óbvia na rede social, que me levaria a usuários que tivessem usado essas palavras em alguma postagem. *Scrollings* e *scrollings* pela tela do celular e, enfim, encontrei um *tweet* datado de 23 de fevereiro de 2022. Quando li, resolvi visitar o perfil dela para ver se descobria mais alguma informação; o uso do *emoji* que mostra uma orelha com aparelho auditivo me

diz que ela tem deficiência auditiva, mas precisava saber mais. Decidi enviar uma mensagem.



Pamela me respondeu no mesmo dia. Acho que isso se deve, principalmente, ao fato de ela acessar a rede várias vezes ao dia, o que tornou maiores as minhas chances. Algumas perguntas e respostas depois, combinamos a primeira entrevista por videochamada, em 9 de junho de 2022.

— Pamela, você pensava em ser professora? - perguntou, em dado momento da nossa conversa.

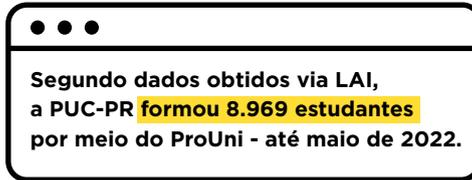
— Na verdade, não... - ela confessa.

Acontece que, em fevereiro de 2014, Pamela entrava no curso de Licenciatura em Química na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Três anos e meio mais tarde, em junho de 2017, estava formada e apta a dar aulas de química, ciências ou biologia. Mas, também, estava preparada para seguir por outras áreas.

— Quando fui escolher o curso no ProUni, vi que era o único de Química que tinha na PUC - explica, revelando sua preferência pela faculdade. — Uma pessoa que cursa bacharelado e quer dar aula, não consegue. Agora, quando cursa química “licenciatura”, que tem disciplinas de bacharelado e da área de educação, consegue dar aula e trabalhar em laboratório.

E Química não foi nem a primeira opção de Pamela:

como o programa permite escolher duas opções de cursos, instituições e turnos para concorrer a uma bolsa, ela deixou o curso de Biologia em primeiro lugar, seguido pelo de Química; ambos seriam na PUC-PR.



**Segundo dados obtidos via LAI,  
a PUC-PR formou 8.969 estudantes  
por meio do ProUni - até maio de 2022.**

— Não passei na primeira chamada pra Biologia, mas passei na segunda opção, que era Química. Depois que fiz a matrícula, passei em Biologia. Aí pensei “agora já tô aprovada, vai assim mesmo”. Bateu aquele sentimento de derrota, mas tentei aceitar o mais rápido possível. Quem sabe se eu me transferisse depois para outro curso...mas acabei nem mudando, gostei e fiquei até o final - conta.

Foi seguir o caminho da Química que deu a Pamela uma oportunidade maior anos depois. Em nossa segunda entrevista, no dia 4 de agosto de 2022, ela me contou mais um passo que deu na carreira. Comecei perguntando quais eram as novidades.

— Mudei de setor! - ela me diz, prontamente.

— E onde você está agora? - pergunto.

— No setor de Pesquisa e Desenvolvimento [P&D].

— Era o que você queria, não é?

— Sim! - diz, tímida, mas estampando um sorriso de orelha a orelha.

Pamela trabalha em uma das maiores empresas brasileiras de cosméticos há mais de um ano, desde julho de 2021. Começou como auxiliar do setor de qualidade na fábrica, fazendo o controle de lotes de retenção. Em outras palavras,

## VAGAS ABERTAS

checava e organizava as unidades de produtos como cremes, perfumes e sabonetes que a marca costuma armazenar, para o caso de haver erro em um lote de produção, reação negativa do público ou outras razões de segurança. Um trabalho que envolvia mais organização e atenção, e que não era o sonho de Pamela; mas ela esperava uma oportunidade para mudar.

Em junho de 2022, viu uma vaga para o setor de P&D num aplicativo que a empresa usa para se comunicar com os funcionários; a área de Recursos Humanos (RH) tinha divulgado há pouco tempo e ela resolveu se candidatar. “Ah, vou tentar, né? Não tô perdendo nada”, relembra. Foi entrevistada poucos dias depois e aprovada ainda no mesmo mês. No dia 12 de julho, começou oficialmente no novo cargo.

Agora, a rotina de Pamela tem como sede os laboratórios, onde envasa as embalagens de produtos que serão enviados para testes internos com voluntários, e externos, em outras cidades, como São Paulo.

— Eu envaso os granéis numa bisnaga branca, com a ajuda da envasadora que temos lá, coloco a etiqueta do que

Pamela passa o dia na fábrica de uma das maiores empresas de cosméticos do Brasil. Foto: arquivo pessoal



se trata o produto e entrego pra eles passarem aos testes. Na embalagem não vai rótulo nem logo da marca, só o número da fórmula, que geralmente é nova, e a data de envase - descreve a química.

Pergunto mais detalhes da rotina de trabalho, que começa às 8h, quando sai de casa para pegar o ônibus fretado e cedido pela empresa, e termina às 17h, quando retorna para casa.

— O trabalho exige rapidez? - quis saber.

— Dependendo da demanda é bem rapidinho... são vários tamanhos de bisnaga - responde.

— E em qual dos dois cargos acontecem mais problemas? - continuo.

— Ah, com certeza na qualidade era pior, tinha muito “B.O.”. Agora, no P&D, a única coisa é que tem bastante trabalho, porque sempre tem novas formulações, mas como eu tenho formação em Química... - ela diz, exibindo uma falsa modéstia no rosto e na fala - Aí consigo dar uma “mãozinha” pra eles na fórmula também, pesar a matéria-prima, essas coisas... - conta.

Ao longo da nossa conversa sobre o assunto, fica claro que Pamela está gostando do novo cargo. Ela me conta que, assim como a primeira, essa vaga que agora ocupa é destinada a PCDs. No Brasil, esse é um direito garantido desde 1991 pela Lei 8213/1991, que diz que uma empresa com 100 funcionários ou mais deve ter um percentual<sup>42</sup> de pessoas com deficiência em sua equipe. O objetivo, desde então, é incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho, já que costumavam — e ainda são, por vezes — excluídas. Antes dela, a profissional que ocupava o cargo tinha deficiência visual e não

---

42 De acordo com a lei, o percentual de vagas destinadas a PCDs é proporcional ao número de funcionários da empresa, por exemplo: 2% em empresas com 100 a 200 colaboradores; 3% em empresas com 201 a 500 colaboradores; e assim por diante.

era formada em Química; segundo Pamela, a mulher pediu demissão para trabalhar na área de Sistema de Dados, que era sua formação de base.

— Depois que ela saiu, a chefe do setor já optou por procurar alguém com experiência e conhecimento em química, justamente pra dar essa mãozinha no laboratório, ainda que minha principal função seja o envase - diz.

Nessa empresa, Pamela recebe, além do salário, o direito a um plano de assistência médica, vale alimentação, vale refeição, *gympass* — um vale para praticar atividade física —, refeição no restaurante da fábrica e participação sobre os lucros.

Entre fórmulas e bisnagas, já aconteceu de Pamela auxiliar na formulação de um produto e errar em um componente. “No início deu errado, mas depois deu certo”, ela ri enquanto me conta, “normal, gente, coisas normais da vida”, completa. Apesar de gostar de onde está agora, Pamela ainda tem a ambição de alcançar outros cargos e ficar cada vez mais envolvida em funções dentro do laboratório.

### **“SEMPRE FUI EU E ELA”**

Sentada em um dos dois sofás da sala de sua casa, em Curitiba, comecei a conversar com Pamela e a mãe, Vanderléia, mais conhecida como Vanda. Queria reconstruir a história da Pamela com o máximo de detalhes possível e expliquei isso a ela. Com sua ajuda, ficou ainda mais fácil. Ela tem 53 anos, estatura mediana, pele clara, cabelo meio loiro, meio preto e abertura para falar de sua vida. Neste dia, estava sentada no sofá ao lado do meu, com o cabelo preso num rabo de cavalo mais solto, roupas de frio reforçadas e um cobertor cobrindo as pernas e o colo. Pamela sentou-se ao seu lado, dividindo o cobertor e olhando para mim. Ela estava com

um roupão felpudo cor verde esmeralda por cima do pijama, meias e chinelo.

Vanda começa a me contar quando, junto com o ex-marido Amélio, pai de Pamela, descobriram a deficiência da filha. Em poucos minutos de conversa, entendi que ela se tornou uma “mãe coruja”, sempre alerta e preocupada, dessas que não deixa passar nada — e registra tudo.

Por volta de 1999, quando Pamela tinha 5 anos de idade, a família começou a notar que ela não era como as outras crianças. “Eu falava tudo errado, porque a gente aprende a falar ouvindo, né? Como eu ouvia menos, eu falava o que ouvia... e eu ouvia tudo errado”, relembra Pamela, dando uma leve risada. Vanda, Amélio e a avó paterna da menina partiram em busca de ajuda médica para encontrar “o que estava errado”. A primeira decisão foi procurar o pediatra.

— Olhando e examinando a Pamela, ele disse “olha, fisicamente ela não tem nada, está normal”. Ela nunca chegou no gráfico dela [de peso e estatura] certinho porque sempre foi pequenininha. Sempre foi magrinha e tal. Então, ele indicou que a gente fosse ao neuro - relembra.

Já no segundo passo, desta vez com o neurologista, a estratégia foi fazer alguns exames, entre eles a tomografia. No dia em que Pamela fez o exame, Vanda estava em Mato Grosso do Sul cuidando da mãe, que tinha adoecido. Era o segundo exame que a menina fazia a pedido do médico. Vanda não queria se afastar, mas precisou viajar pela mãe; mal sabia ela que dessa vez viria uma resposta.

— Liguei para o pai dela e perguntei: “E aí, o que deu o exame?”. O Amélio falou “Ah, deu que a Pamela tem uma perda [auditiva] e vai ter que pôr aparelho”. Nossa, na hora... Falei: “Mas como assim? Não tem como reverter, fazer alguma coisa”? E ele respondia: “Não, porque é no nervo, vai ter que usar aparelho” - resgata.

## VAGAS ABERTAS

Segundo Vanda, imediatamente após o diagnóstico, o neurologista sugeriu o uso de aparelho auditivo como solução.

— Ele falou que pra ela o melhor seria o aparelho. Porque ela teria capacidade de aprender, apesar de [a perda] ser cinquenta por cento... - diz.

Diagnóstico e indicação em mãos, iniciou-se a maratona para correr atrás dos aparelhos. Mas antes, pergunto como a família lidou com a notícia na época.

— Ah, eu fiquei muito ruim, sabe? Porque, como mãe, imagina... a Pamela já ia fazer 5 anos, né? Então eu pensava, “Nossa, como eu demorei muito pra descobrir”. Fiquei muito mal. Na nossa família, tanto na minha quanto na dele, ninguém tinha nenhum tipo de deficiência. Mas daí eu falei, “Bom, se ela tem que usar [aparelho] né, melhor pra ela” - conta.

Somos interrompidas por uma senhora que abre a porta dos fundos da casa, entra com um prato na mão e diz: “Querem bolinho de chuva?”. É Dona Alice, avó paterna de Pamela, a mesma que esteve presente nos exames que a meni-

A mãe, Vanda, a avó paterna, Alice, Pamela e o pai, Amêlio. Foto: arquivo pessoal



na fez quando pequena. Alice tem 75 anos, estatura baixa, pele marcada pela vida e um ar doce e receptivo. Mora na casa dos fundos com Amélio, pai de Pamela, fazendo com que os quatro integrantes da família tenham convivência diária, só não no mesmo teto. A senhora, de 75 anos, tinha preparado bolinhos de chuva para o café da tarde e fez questão de me oferecer também.

Quando ela saiu, voltamos à reconstrução das memórias. Vanda aproveita que acabei de conhecer Dona Alice e explica que foi ela quem conseguiu o primeiro aparelho auditivo para Pamela.

— Como o neuro tinha falado que o aparelho poderia melhorar a vida da Pamela, a gente começou a ver como é que ia fazer pra comprar esse aparelho, porque é muito caro. Aí a vó dela escreveu - ou ligou - para o programa do Alborghetti pedindo...era um programa que dava essas coisas se você pedia. Aí um dia ela pediu e a Pamela ganhou. Inclusive, foi até a Telesom [empresa] que deu pra gente - relata.

O programa ao qual Vanda se refere é o Cadeia que, na época, pertencia à CNT/Gazeta e misturava jornalismo, teor policial e denúncia de crimes. O apresentador era Luis Carlos Alborghetti, jornalista, radialista e deputado estadual no Paraná pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Se o programa existisse hoje, seria facilmente comparado com o Brasil Urgente, de José Luiz Datena, e Cidade Alerta, de Luiz Bacci. Alborghetti foi responsável por popularizar, inclusive, a frase “Bandido bom é bandido morto”. Certo ou errado, o programa recebia pedidos da audiência e acabou viabilizando o aparelho auditivo de Pamela.

Mas, só um dos aparelhos estava garantido. Para suprir os ouvidos esquerdo e direito, a família precisou recorrer ao SUS, inclusive para fazer as manutenções. Então, aos 5 anos, Pamela teve o primeiro conjunto de aparelhos auditivos — o

primeiro de muitos.

— Como saber quando o aparelho precisa de manutenção? - pergunto para Pamela e Vanda.

— Quando começa a chiar, ou quando o som começa a ficar muito abafado com frequência - Pamela responde.

— É, quando ela reclama de barulho, de chiado, é porque está falhando mesmo... - exemplifica Vanda.

Para Pamela, ter um bom aparelho significa qualidade de vida. Por isso, dentro do possível, os pais nunca pouparam esforços para garantir que a filha estivesse confortável. Quando Pamela passou na faculdade, decidiram comprar um novo aparelho, para que ela pudesse “acompanhar melhor as aulas”, segundo Vanda. Daquela vez, o investimento foi de dez mil reais no dispositivo, fazendo com que precisassem parcelar a compra.

Seis anos depois, em maio deste ano, Pamela liga para a mãe para falar de um aparelho com uma tecnologia mais atualizada. Ela estava pesquisando e queria investir em um novo.

— Eu falei “Ai, Pamela, será?” - lembra Vanda, que sentiu medo por causa do valor do aparelho - Mas ela falou “Mãe, a gente faz parcelamento, eu pago tanto e você me ajuda com tanto”. E aí ela comprou...

— É porque, de acordo com a fonoaudióloga, tem que fazer a troca a cada quatro anos. Para melhorar a qualidade de vida e também porque, durante esse período, costuma ter muita mudança tecnológica, que vale a pena investir... - explica Pamela.

Segundo elas, outra coisa que faz o produto ficar ainda mais caro, além do tipo de tecnologia, é o tamanho. Hoje, Pamela usa um aparelho pequeno, do tamanho aproximado de um flaconete de perfume, como ela mesmo diz.

Além da fonoaudióloga, assim que Pamela começou a usar aparelho, passou também a ter acompanhamento com

uma reeducadora auditiva. Toda quinta-feira pela manhã, durante quatro anos, Vanda levava Pamela a um centro especializado do SUS para fazer uma espécie de reabilitação auditiva, método escolhido para desenvolver a fala e a escuta e, conseqüentemente, a linguagem.

— Foi nessa reeducadora auditiva que a Pamela se desenvolveu, sabe? Junto com a fonoaudióloga, que ela fazia um pouco pelo SUS e um pouco eu pagava - avalia Vanda.

Depois de cerca de uma hora com a reeducadora, Pamela ia para a escola. Quando o assunto chega ao aspecto escolar, pergunto em quais lugares Pamela estudou depois que descobriu a deficiência. É aí que Vanda me conta que a família chegou a pensar em matriculá-la numa escola especial, dedicada a crianças surdas.

— A diretora da escola falou que não era o caso da Pamela [de estudar na escola especial], porque a Pamela conversava, né? Ela lia o lábio, essas coisas, então pra ela o melhor mesmo seria estudar numa escola regular e usar o aparelho - relembra a mãe.

— Você acha que teria gostado de ir pra lá, Pamela? - coloco a protagonista na conversa.

— Ah, não sei... Hoje, eu defendo que pessoas com deficiência estudem em escolas regulares, porque acho que a inclusão faz as pessoas que não têm deficiência terem contato com pessoas com deficiência. Pra estimular a empatia, a interação, pra criança ter noção de como a pessoa com deficiência lida com as coisas...e aí, provavelmente, quando essa pessoa crescer, não será preconceituosa. Então, eu acredito na inclusão por um bem maior... - defende Pamela.

Decidido que ela estudaria em uma escola regular, ou seja, sem ser dedicada a um grupo específico de alunos, Vanda foi atrás de uma escola particular que desse para pagar e fosse próxima ao bairro. Segundo ela, a opção pela escola privada

foi estratégica, pois assim ela e Amélio teriam o “direito a cobrar os professores”, caso alguma coisa acontecesse, ou a escola não desse atenção à filha.

— Na hora que me matricularam na escola, minha mãe explicou a minha situação pra diretora, que deu a segurança de que eu iria aprender. Falou com os professores, pra que eles tivessem uma atenção especial comigo, não pra eles monopolizarem a atenção pra mim, mas só pra terem alguns cuidados, como falar mais alto e claro, virar na minha direção quando falar comigo pra eu fazer leitura labial, essas coisas... tudo pra que eu não me perdesse durante a escola - conta Pamela.

E, assim, Pamela “seguiu bem” na escola, na avaliação de Vanda. Tinha o compromisso semanal com a reeducadora auditiva, algumas sessões com a fonoaudióloga e medidas de acessibilidade na escola. A mãe lembra que comparecia às reuniões de pais e nunca escutava reclamações de Pamela, nem quanto ao comportamento, muito menos quanto ao boletim. Ela conta um episódio em que chegou a duvidar de Pamela e, logo em seguida, sentir-se mal pelo que pensou.

— “Essa nota é da Pamela mesmo?”, eu perguntei pra professora dela. A nota era muito alta. Aí a professora falou “É dela, sim, não tem nada aí que ela não tira”. Eu fiquei morrendo de vergonha, que absurdo... porque ela sempre foi muito bem... - resgata o episódio.

Eu ainda estava curiosa para saber se Pamela tinha vivido algum tipo de preconceito na escola. Questiono as duas sobre isso e ambas balançam a cabeça; tanto com os professores, quanto com os alunos, garantem que Pamela nunca sofreu *bullying* por ter uma deficiência. “Se alguém falou alguma coisa pra ela ou se alguém riu dela, ela não deve ter percebido. Nunca me falou nada”, diz Vanda. Mas faz questão de lembrar alguns episódios que foram desagradáveis.

— Pamela, teve aquela vez que você derrubou o suco e

a menina fez você sentar em cima do molhado, lembra? Que você me contou... - tenta resgatar a mãe.

A filha diz que não lembra. O que tem memória é de ser chamada de “metida” pelos colegas.

— Eu não sei se me interpretaram mal, mas me chamavam de metida...às vezes, eu não ouço o que a pessoa fala e acham que estou esnobando, mas geralmente é porque não ouvi - explica, com ênfase, como se estivesse esclarecendo para as pessoas que a fizeram se sentir mal.

— Ou, também, porque a professora às vezes dava um pouco mais de atenção pra ela e eles ficavam com ciúmes... - sugere Vanda.

Seja por acharem Pamela metida ou não, o fato é que os colegas não se aproximavam facilmente dela — e vice-versa. Logo em nossa primeira conversa, Pamela me contou como se sente hoje em relação ao que viveu durante a escola.

— Como eu vou te dizer isso...eu tinha um pouco de receio de conversar com as pessoas. Às vezes, no dia a dia, as pessoas falam baixinho, ou muito rápido, e eu teria que pedir pra elas repetirem, mas ficava com receio de perderem a paciência comigo, sabe? Então, a minha vida social na escola não foi muito bem trabalhada - e eu queria que tivesse sido. Foi melhorar um pouco no ensino médio... - confessa a jovem de 28 anos.

•••

Ao todo, Pamela passou por quatro escolas até terminar o ensino médio. Foi nos últimos três anos de escola da filha que Vanda tomou uma decisão.

— Logo no primeiro ano do ensino médio eu deixei um pouco mais a Pamela, sabe? Comecei a trabalhar, ela já tinha 15 anos... Eu já tinha feito tudo que dava até ali, o que era possível, né? - relata.

Desde que Pamela nasceu, Vanda não trabalhava fora de casa. Por um tempo, morou em uma cidade do estado do Mato Grosso, onde seu pai tinha um supermercado; até se casar e mudar para o estado do Paraná, trabalhou no negócio da família. Quando se casou com Amélio, logo engravidou de Pamela; com a bebê nos braços, assumiu os cuidados da filha e da casa, enquanto o marido mantinha um emprego assalariado.

— Eu falo que foi um choque [descobrir a deficiência de Pamela] porque eu era muito cuidadosa, parecia uma “galinha de choque” em cima da criança. Era eu e ela, juntas, todos os dias. O pai dela era gerente administrativo de uma imobiliária, trabalhava o dia todo e chegava mais à noite. Então, assim, o pai também não percebeu muito, né? - relembra.

Quando descobriram a deficiência, surgiram os compromissos médicos e uma série de cuidados. Vanda não pôde deixar a responsabilidade da filha com outra pessoa, apesar de assumir ter tido muita ajuda da sogra, Dona Alice.

— E quando a senhora decidiu que queria trabalhar? - questiono.

— Em 2009, quando ela já tinha 15 anos, tinha crescido, estava estudando, estava no caminho certo. Aí fiz um curso técnico em enfermagem e trabalhei dez anos em um hospital particular - ela explica.

A opção pela enfermagem veio por influência da avó de Vanda, que foi enfermeira, e por sua própria experiência como cuidadora, já que assumiu essa função para a mãe por todo o período que esteve doente.

Em 2011, Vanda e Amélio decidiram se separar como casal. Na segunda vez que conversei com Pamela por videochamada, perguntei como foi para ela ver a separação dos pais.

— Foi tranquilo, eu meio que já esperava... Quando

## PAMELA RAMOS

“você tem meio que uma noção da vida, você já espera. Eles são “de boa” até hoje, ninguém se mete na vida de ninguém e é isso - simplifica Pamela.

Depois da separação, Vanda começou a trabalhar em dois empregos, numa rotina cansativa, mas necessária para manter a casa e a filha. Tirou a carta de motorista para “se virar” e ir para os dois trabalhos com mais comodidade.

Hoje, Vanda é funcionária pública — concursada em 2019 — e trabalha oito horas por dia em um hospital de Araucária, região metropolitana de Curitiba. No dia anterior ao que nos conhecemos, Vanda tinha trabalhado no Dia D de vacinação contra a poliomielite, numa ação organizada pela prefeitura para atingir crianças de 0 a 15 anos que ainda não tinham se vacinado.

Com a mãe alçando o próprio voo, Pamela também trilhou seu caminho até chegar à faculdade — o que vamos descobrir a seguir.

Pamela e Vanda são “carne e unha” desde que a jovem nasceu. Foto: arquivo pessoal



**PRIMEIRA TENTATIVA**

Terminado o ensino médio, Pamela assinou o contrato de um cursinho popular de Curitiba por um ano. Seria um “intensivão” para reforçar os conteúdos cobrados no vestibular. Em seis meses, a estudante cancelou a matrícula: tinha passado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pelo SiSU para cursar o Tecnólogo em Processos Químicos.

Como o campus da UTFPR para esse curso era na cidade de Toledo, do outro lado do Paraná — cerca de 540 quilômetros de distância —, Pamela precisaria mudar também de residência para manter os estudos. Em 2012, foi morar em Toledo com uma tia da família paterna.

— Eu fui pra testar, porque queria estudar. Não queria ficar parada fazendo cursinho eternamente, sabe? Depois que dei uma pesquisada na *Internet*, vi que Processos Químicos era um curso parecido com Química, então eu fui - confessa.

Nessa época, a mãe Vanda trabalhava em dois empregos para conseguir enviar dinheiro à filha, que agora morava em outra cidade. Contudo, em meados do segundo semestre do curso, Pamela teve alguns problemas pessoais — que preferiu não comentar — com a tia e acabou desistindo da faculdade, já que não conseguiria se manter por lá sem morar com a parente.

— Se tivesse outra opção de ter ficado lá [em Toledo], eu teria terminado o curso. E acho que teria até começado a trabalhar mais cedo, né? Mas fazer o quê, não adianta ficar remoendo... - resgata a jovem de 28 anos.

Em uma de nossas conversas a distância, perguntei por que não havia dado certo; Pamela me disse que foi um “problema familiar”, sem demonstrar vontade de aprofundarmos esse tema, o que eu respeitei. Vanda chegou a comentar, quan-

do nos conhecemos pessoalmente, que foi algo relacionado ao namorado de Pamela, mas logo mudou de assunto.

— Quando você convive com uma pessoa diferente, às vezes algumas coisas não batem, sabe? Eu tive que voltar para não desgastar... - explica, se referindo à relação com a tia.

## NASCE UMA QUÍMICA

Bancada, béquer, jaleco, laboratório; aulas nesse ambiente eram as favoritas de Pamela. Além de ela ter me contado isso, vejo o interesse no olhar dela enquanto passeamos pelos corredores da PUC e ela faz questão de ir até as janelinhas dos laboratórios.

— Ai, que nostalgia! Dá até vontade de voltar a estudar - diz pra mim, depois dá uma risadinha.

É segunda-feira de manhã, o dia está frio e nublado. O prédio onde estamos é chamado de “usina”, pois é onde ficam os laboratórios de química e biologia. Andar pelos corredores da usina tem uma atmosfera de frigorífico: paredes brancas, luzes brancas, chão de cor clara e clima fresco beirando ao frio. Ela está me levando para conhecer os lugares em que teve aula durante os anos de 2014 e 2017, quando cursava Licenciatura em Química graças ao ProUni.

Pamela caminha por um dos corredores dos laboratórios (esq.). Entrada da usina (dir.). Fotos: Larissa Lopes



Ao final do corredor de laboratórios, fica uma sala pequena que guarda itens usados pelos alunos, como tubos de ensaio e béqueres de vidro.

Saindo da usina, Pamela vai me apresentando à infraestrutura da PUC, que foi sua segunda casa por um bom tempo. O campus tem cerca de 10.500 metros quadrados<sup>43</sup> e parece um grande parque: arborizado, colorido e asfaltado. Cada prédio tem uma cor e é dedicado a cursos específicos. Pamela vai me contando que o prédio vermelho é do curso de Direito; mas, antes de ser só dos futuros advogados, foi lá onde ela cursou as aulas do primeiro ano. O prédio verde é dedicado às Ciências Biológicas. Já o azul, para as Engenharias e áreas correlatas. E, por fim, o prédio amarelo, dedicado aos cursos de Licenciatura, onde Pamela e seus colegas passaram a maior parte do curso.

Entramos e passamos com maior atenção pelo prédio amarelo; nos outros, demos apenas uma olhada. Conforme a cor, a estrutura segue a mesma paleta: nas paredes, lixeiras, quadros de aviso e portas de sala de aula.

Com toda malandragem de quem conhece onde está pisando, Pamela também comenta o que é bom — e barato — de comer em cada praça de alimentação, já que cada prédio tem uma para chamar de sua.

Se for para destacar uma dificuldade durante a trajetória na faculdade, Pamela diz que foi a financeira. Aluguel ela e a mãe não pagavam, pois moram no terreno de Dona Alice. Mas os gastos se dividiam entre alimentação, transporte público para ir às aulas, xerox, gasolina no carro da mãe. O que trouxe certo alívio foi quando Pamela entrou no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

---

43 Segundo estimativa do site: <https://www.pontosbr.com/cultura-e-educacao/universidades-e-faculdades/campus-curitiba-puc-pr-pontificia-universidade-catolica-do-parana-curitiba-pr>

Criado em 1988, durante o governo de José Sarney, o PIBIC é um programa de incentivo à pesquisa científica para estudantes de graduação. Orientados por um professor-pesquisador, os graduandos podem desenvolver uma pesquisa<sup>44</sup> durante 12 meses, recebendo o auxílio financeiro de 400 reais mensais. Pamela participou de duas edições do PIBIC durante sua trajetória acadêmica, ou seja, produziu duas pesquisas científicas.

A primeira teve como objetivo a produção de membranas a partir do sabugo de milho, e foi realizada de agosto de 2014 a julho de 2015 — logo no início do curso. Já a segunda foi focada na área de licenciatura, com a proposta de produzir vídeos educativos sobre os instrumentos usados em um laboratório; Pamela começou esse último projeto em agosto de 2016 e terminou em julho de 2017, junto com a graduação.

Segundo o governo federal, mais de 35 mil<sup>45</sup> estudantes participam, todos os anos, de programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo o PIBIC o mais antigo deles.



Horas complementares. De uma obrigação para concluir o curso superior, Pamela descobriu uma atividade que, segundo ela, trouxe um “quentinho no coração”. À certa altura da graduação, faltando dois semestres para o término, os alunos precisavam escolher uma forma de ativismo e trabalho

---

44 Para fazer parte do PIBIC, o tema da pesquisa deve se enquadrar nas áreas listadas no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <http://www.inpe.br/bolsas>

45 Número retirado de notícia do site do CNPq. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-divulga-o-resultado-final-da-chamada-pibic-com-a-concessao-de-27-100-bolsas-em-nivel-nacional>

voluntário para praticar.

— Tinham opções lá no site da PUC e eu escolhi cuidar de uma brinquedoteca num hospital público aqui em Curitiba, um hospital infantil. Passei quase três meses, entre sábados e domingos, indo nessa brinquedoteca e interagindo com as crianças lá no hospital - relembra, dando um sorriso discreto - Tinham desde bebezinhos até crianças de 7 anos, eu ficava olhando as crianças e os brinquedos, cuidando pra elas não colocarem na boca.

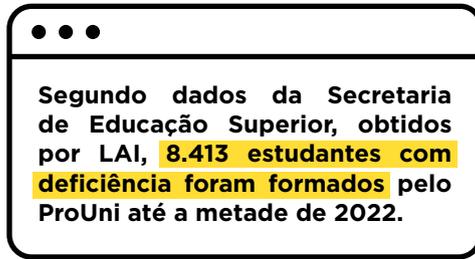
Depois, no último ano da faculdade, toda a atenção se voltou para o trabalho de conclusão de curso.

— Esse TCC foi um sofrimento... - diz a mãe Vanda, tentando “resumir a ópera” quando pergunto - A Pamela ficou muito estressada, eu nunca tinha visto ela tão estressada. Eu falava “Acaba logo esse negócio que nem eu tô aguentando mais” - relembra, dando risada.

— Ah, é? O que te deixou mais estressada? - quero saber mais.

— Porque tinha que fazer, refazer, levar pro professor... E era um trabalho que eu não estava gostando de fazer também, porque tinha que ser focado em licenciatura, sendo que eu não queria ficar na licenciatura - responde Pamela.

— Nos meses finais foi bem estressante... - continua Vanda, ajudando a lembrar a época - Mas, no dia da apresentação, eu também fiquei nervosa. Achei que ela [Pamela] falou muito bonitinho, sabe? Mas os professores não paravam de fazer perguntas, ficavam pressionando pra ver se ela tinha mesmo o domínio do assunto. Eu tinha vontade de levantar lá e falar pra todo mundo ficar quieto, “para de pressionar minha filha” - conta, não aguentando a risada, já que sabe que a chuva de perguntas faz parte da liturgia de uma banca avaliadora.



## SEGUNDA PROFISSÃO: *STREAMER*

— Demorei, mas voltei, galera! - diz Pamela ao iniciar uma *live*.

Em uma janela no canto superior direito da tela, ela aparece sentada em uma cadeira preta estilo *gamer*, quase sempre vestida com roupão ou pijama, e um fone de ouvido rosa cobrindo parte da cabeça e orelhas. Na *live*, ela transmite em tempo real um jogo que está jogando, ao mesmo tempo em que interage com as pessoas que escolheram seguir seu canal.

O palco dessas transmissões tem origem em 2005, quando o empresário e investidor americano Justin Kan criou uma plataforma de transmissões ao vivo chamada *Justin.tv*. Ele queria que a rede caísse no gosto do público e passasse a ser uma espécie de *reality show*, uma vez que as pessoas transmitiriam suas vidas nela. No início, a novidade não pegou, mas alguns usuários experimentaram a transmissão de jogos, que viria a ser febre anos mais tarde.

Em 2011, a *Justin.tv* virou *Twitch*, mas foi só em 2014 que a plataforma decolou, quando foi comprada pela multinacional norte-americana *Amazon*. Há oito anos, a *Twitch* já

contava com 55 milhões<sup>46</sup> de usuários e 15 bilhões de minutos de vídeo publicados, fazendo concorrência principalmente ao *YouTube*.

De lá para cá, a rede foi conquistando o Brasil e o mundo, já que oferece conteúdo para o espectador e fonte de renda para o produtor de conteúdo. Quem faz *lives*, precisa de seguidores e inscritos para ter ganho financeiro; a opção de “seguir” é gratuita, mas, para ser inscrito, o usuário deve pagar uma “mensalidade” ao *streamer*, como forma de apoiar seu trabalho e ter benefícios extras durante as transmissões. Sob a mesma lógica do *YouTube*, a *Twitch* recompensa o produtor de conteúdo com uma porcentagem dessa mensalidade paga pelos usuários; então, quanto mais inscritos você tiver, mais renda terá.

Em 2020, com a pandemia e a rotina enclausurada em casa, mais pessoas descobriram o site e passaram a acompanhar *lives*. Hoje, a *Twitch* é uma das principais plataformas de streaming de jogos do mundo, mas também de conteúdos literários, humorísticos e de outros tipos de entretenimento. Segundo levantamento<sup>47</sup> da empresa *Visuals by Impulse*, em março de 2021 o Brasil registrou quase 17 milhões de usuários ativos.

Quando descobri que Pamela fazia lives, logo após encontrá-la pelo *Twitter*, comecei a seguir seu canal na *Twitch*. Um dia — provavelmente sábado ou domingo —, recebi uma notificação em meu celular que dizia “Sua compra de 300,00 foi aprovada”. O estado de alerta não chegou a durar mais que alguns segundos, pois logo ao lado da mensagem estava o logotipo da *Twitch*; era a notificação do aplicativo para avisar o início de uma *live*. Cliquei no *pop-up*. Era a *live* de Pamela

---

46 Dado retirado de matéria do site Tech Tudo. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/06/o-que-significa-twitch-entenda-nome-da-plataforma-de-streaming-esports.ghml>

47 Disponível em: <https://visualsbyimpulse.com/countries-most-twitch-viewers-top-15>



Em todas as transmissões que faz na *Twitch*, Pamela aparece com um *headphone* cor de rosa. Foto: arquivo pessoal

começando. “Tomei um susto com a notificação”, lê a *streamer* no *chat* enquanto gargalha. “Gente, eu escrevi aquilo mesmo pra chamar atenção”, Pamela responde ao seguidor que fez o comentário. Ela explica que edita essa mensagem como estratégia para fazer os seguidores clicarem e acompanharem a live. Eu também caí no *clickbait*<sup>48</sup>.

Por causa da rotina cansativa nos dias úteis, Pamela costuma jogar e fazer *lives* apenas no final de semana, aos sábados e domingos, quando tem tempo de sobra. Mas, de vez em quando, fura a semana e faz uma *live* extra. *Magic: The Gathering Arena*, *Genshin Impact*, *Tower of Fantasy*, *Apex Legends* e *Valorant* são alguns dos jogos que ela mais gosta de transmitir na *Twitch*.

Quem também tem um canal na *Twitch* é Joe Diniz, namorado de Pamela. O ano era 2013 e os dois acessavam o *MSN Messenger*, programa de mensagens criado em 1999, onde também era possível fazer chamadas de vídeo.

---

48 De acordo com a plataforma Rock Content, *clickbait* é “uma tática usada na Internet para gerar tráfego online por meio de conteúdos enganosos ou sensacionalistas”. Em resumo, é o uso de palavras ou elementos visuais como “caça-clique”, fisgando o usuário e fazendo-o acessar o conteúdo. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/clickbait>

Quando se conheceram, o *MSN* dava seus últimos suspiros, mas não antes de formar um casal, mesmo com a distância: Pamela mora em Curitiba e Joe em São Paulo. Ainda em 2013, eles decidiram se conhecer pessoalmente. De malas prontas, a jovem e os pais voaram cerca de uma hora até São Paulo. Eles tinham marcado de se encontrar num ambiente que seria confortável e divertido para os dois: a famosa feira *Anime Friends*, um dos maiores eventos de cultura oriental do Brasil, realizado na capital paulista desde 2003.

— Eu sou muito protetora, então, até quando ela foi conhecer o Joe, a gente foi junto, eu e o pai dela. Eles se conheceram pela *Internet*, mas a gente escuta tanto caso [de crime] na Internet... - revela a mãe, sobre o medo de ser alguma pegadinha ou cilada com a filha.

Pamela e Joe estão juntos há nove anos e mantêm o relacionamento mesmo a distância, já que estão sempre em contato, seja pelo *Whatsapp* ou pela *Twitch*. Ela conta que, quando os dois começaram a trabalhar em um emprego estável — o que aconteceu no último ano —, passaram a ter mais dinheiro para viajar e se verem com mais frequência. De 4 a 6 meses, o período de saudade foi reduzido para, no máximo, 3 meses. “Ou ele vem pra cá, ou eu vou pra lá”, explica Pamela.

Logo em nossa primeira videochamada, ela me conta que Joe cursa a graduação de Jogos Digitais na Universidade Anhembi Morumbi. Percebo que, para além disso, dificilmente Pamela vai me contar mais sobre Joe; ela parece querer manter essa parte de sua vida mais distante de mim, e eu respeito.

Como *streamer*, Joe prefere *Minecraft*, *Terraria*, *Castlevania*, *Yu-Gi-Oh! Master Duel*, como pude observar em seu canal na *Twitch*, que soma mais de 550 seguidores. Na descrição do perfil, ele se identifica como “vtuber brasileiro” e “professor de game design”.

Depois de quase três anos fazendo *lives* — Pamela disse que começou em 2019 —, ela conta que está chegando a 50 dólares arrecadados na conta, desde as recompensas dadas pela *Twitch* com base no número de inscritos, até os “mimos” que recebe dos próprios seguidores. O detalhe é que só é possível ter acesso à renda quando o ganho atingir 100 dólares; então, ela segue esperando a meta ser alcançada.

— Faço live porque gosto de interagir, conversar com as pessoas, jogar conversa fora...falam que a gente tem que encarar como um trabalho, mas eu gosto e considero mais como uma renda à parte, uma renda extra - explica a *streamer*.

Passado o TCC e a formatura, era hora de começar a

## DEPOIS DA FACULDADE

atuar na área. Pamela demorou pouco mais de um ano para conseguir o primeiro emprego, que foi em uma empresa terceirizada de cosméticos. Ela era responsável por fazer análises físico-químicas de produtos, assim como executar as correções necessárias, fazer o atendimento ao cliente e ao fornecedor. “Fiquei por três meses só e não fui efetivada”, conta.

De novembro de 2018 a setembro de 2019, ficou desempregada. Decidiu começar a fazer uma pós-graduação em Nanotecnologia. Escolheu a PUC-PR, onde tinha cursado a graduação, por já gostar da faculdade e por ter desconto na mensalidade, já que era ex-aluna. No meio de cálculos e mais cálculos — que envolvem a área de nanotecnologia —, Pamela finalizou a especialização com um artigo sobre a regulamentação na área, feito em dupla com a amiga Bianca.

Quanto ao mercado de trabalho, só em outubro daquele ano foi contratada como assistente de farmácia no Hospital Universitário Cajuru, pertencente à PUC.

— Lá, eu pegava a prescrição de medicamentos de cada paciente, cortava os comprimidos, colocava num pacotinho e separava em cada posto e em cada horário - descreve a função.

— E você gostava de lá? - pergunto em nossa segunda entrevista.

— Comecei a trabalhar lá pra ver se eu gostava da área de saúde, mas não gostei tanto assim, então só fiquei lá até ir pra onde estou hoje - declara.

•••

Assim como o ProUni abriu as portas para Pamela, abriu também para Vanda. Fez o Enem 2019, última edição antes da pandemia, e em julho de 2021 entrou para o curso de Serviço Social na modalidade EAD (Educação a Distância) do Centro Universitário UniDomBosco.

Vanda diz que escolheu esse curso porque era um dos únicos que sua nota bastava para passar. Fez matérias como Libras e Literatura e estava animada em cursar o ensino superior; mas, com o trabalho como enfermeira e os cuidados com a casa, a rotina se tornou muito cansativa e decidiu trancar a matrícula. “Ainda quero voltar, preciso me organizar e planejar com calma”, declara Vanda, que adota uma postura muito prática na vida.

Num *flashback*, acaba me contando que, quando morava no Mato Grosso do Sul, cursou um ano e meio de Administração. Era numa faculdade privada da cidade vizinha e seu pai pagava a mensalidade para ela. Como logo decidiu se casar, os planos mudaram e precisou trancar o curso.

— Eu sempre pensei em fazer faculdade. Mas daí eu casei, tive a Pamela e fui adiando esse sonho, né? Hoje, sei que o que me falta é fazer uma faculdade - explica a técnica em enfermagem.

•••

## PAMELA RAMOS

A história de Vanda é um lembrete de que, além de oportunidade, a vida do universitário precisa estar encaixada no objetivo de cursar uma faculdade. E esse encaixe, é claro, não depende só do estudante. A história de Pamela traz à tona a pauta das pessoas com deficiência e de como a trajetória na escola influencia diretamente a chegada no ensino superior.



Formatura de Pamela na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 2017. Fotos: arquivo pessoal





CAPÍTULO 7

# **ALÉM DA BOLSA**



# 7

Ao entrar na faculdade, um tempo da rotina e, conseqüentemente, da vida do estudante será destinado ao estudo de um novo campo do saber, que posteriormente virará uma profissão. Esse estudo exige tempo e dedicação, assim como uma base sólida ao redor do aluno, para que sua trajetória na universidade seja a melhor possível.

Nessa base, estão a alimentação, o transporte, a moradia, o trabalho e o lazer, direitos sociais amparados pelo artigo 6 da Constituição Federal de 1988, além dos materiais didáticos específicos de cada curso superior. Ou seja, além do custo da mensalidade, fazer uma faculdade envolve uma série de gastos para o estudante.

**BOLSA PERMANÊNCIA**

Quando o ProUni foi instituído, em 2005, a bolsa de estudo era o grande destaque. À medida que o tempo passou, os estudantes prounistas começaram a encontrar dificuldades para se manter na universidade. Alguns porque já viviam com o orçamento mensal apertado, afinal, estamos falando de estudantes que têm renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio — em caso de bolsa integral. Outros porque, fazendo cursos integrais como os da área da Saúde, não sobrava tempo para se dedicar ao trabalho e ter renda própria.

Frente a essas realidades, em 2006, ano seguinte à criação do programa, saía no Diário Oficial da União o primeiro embrião de auxílio financeiro para prounistas. Tratava-se da Portaria nº 569, de 23 de fevereiro de 2006, que abria a possibilidade de o estudante se candidatar a receber uma “bolsa-permanência no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, destinada exclusivamente ao custeio de suas próprias despesas educacionais” — segundo a redação oficial<sup>49</sup>.

Além do valor de 300 reais, a Portaria determinava que o auxílio só seria pago aos estudantes dos cursos de Agronomia, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina, Odontologia e Veterinária, que tivessem no mínimo seis semestres de duração e seis ou mais horas de aula, em média, por dia — ou seja, um curso integral. O processo de seleção dos beneficiados aconteceria todo semestre, sendo oficializado com a assinatura do estudante em um termo de concessão.

Na época, o então secretário executivo do MEC, Jairo

---

49 Documento oficial disponível em: [https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2006/Portaria\\_569\\_2006.pdf](https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2006/Portaria_569_2006.pdf)

Jorge, declarou, em entrevista à matéria<sup>50</sup> publicada no próprio site do ministério, o motivo do recorte dos estudantes. “Mais importante do que o acesso é garantir a permanência. Por isso, nos preocupamos com aqueles jovens que não podem conciliar o trabalho com o estudo em razão dos cursos, que exigem dedicação integral”, justificou o secretário.

Dois meses depois, uma pequena mudança era divulgada. A Portaria nº 925, de 19 de abril de 2006, retirou os nomes dos cursos como requisito para a bolsa-permanência e deixou apenas a regra de seis horas diárias de aula. Dessa forma, outros cursos foram contemplados.

Mas foi só em 2011, seis anos depois do nascimento do ProUni, que o auxílio financeiro ganhou caráter de programa: por meio da Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011, surgia o PBP ProUni, mais robusto e com valor atualizado. Agora, os estudantes receberiam 400 reais por mês e, além do requisito de estar em um curso integral, a renda familiar do aluno deveria ser de até um salário mínimo e meio por pessoa — em teoria, excluindo os bolsistas parciais e priorizando os integrais.

Gustavo Petta, que foi presidente da UNE entre os anos de 2003 e 2007, acompanhou de perto as principais reivindicações do movimento estudantil, inclusive do ProUni. Uma delas foi a bolsa permanência que, segundo ele, foi percebida como necessária tão logo o programa foi aprovado.

— Depois da aprovação do ProUni, nossa briga na UNE foi conseguir a bolsa permanência. A gente começou a perceber que muita gente estava entrando [na faculdade] e não conseguia terminar, aí acabava no meio do caminho. Aqueles que, mesmo com a bolsa, não tinham condição de perma-

---

50 Conteúdo escrito pelo repórter Sandro Santos e disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/40-perguntas-frequentes-9111936531/prouni-1484253965/5644-sp-1419703356>

necer na universidade, principalmente nos cursos integrais - relembra. Conquistado mais um direito, parte dos prounistas pôde garantir melhor qualidade de vida durante a trajetória na universidade. Uma “parte” deles, pois somente os estudantes em tempo integral eram aptos a receber o auxílio. E quantos aos alunos de cursos com menor carga horária diária, de outras áreas do conhecimento?

A pesquisadora Fabiana Costa, que acompanhou a criação do programa como vice-presidente da UNE à época, analisa que, como toda política pública, a bolsa-permanência não consegue atender a todas as pessoas. “Do ponto de vista crítico, políticas públicas vêm atenuar desigualdades. A política de cotas e as ações afirmativas são um exemplo”, explica. Segundo Fabiana, um dos motivos pelos quais não é possível atender mais prounistas é porque, enquanto as bolsas de estudo são uma concessão pública e vêm dos impostos que as universidades deixam de pagar, a bolsa-permanência é um recurso público, ou seja, mexe no orçamento do governo.

Na mesma linha, Gustavo Petta volta a defender o perfil de prounista que mais precisa do auxílio. “Já que não tem como dar bolsas pra todo mundo, quem vai ser o foco? Quem está em educação integral, quem tem mais dificuldade pra ter essa renda”, resgata, traduzindo a estratégia utilizada pela pasta de Educação na época de lançamento do programa.

Com a pandemia, talvez seja necessário levantar discussões sobre o grupo do ProUni “que mais precisa” da bolsa-permanência: além dos números de evasão no ensino superior, manter-se na faculdade ficou mais difícil para a maioria dos estudantes, seja pela perda de renda e de emprego, seja pela condição geral de saúde no país devido a Covid-19, seja pela saúde mental. Diante da nova realidade, Fabiana Costa defende uma revisão nos critérios de concessão da bolsa.

— Talvez fazer uma revisão sobre esse critério seja a

melhor leitura na atualidade. O aluno de curso integral tem que abrir mão de trabalhar? Tem. E isso eu acho justo, é legítimo. Mas, e os alunos de regiões carentes [que não necessariamente fazem cursos integrais]?, questiona a pesquisadora.

Ela dá o exemplo da universidade onde leciona, a Universidade Federal do Sul da Bahia, localizada na cidade de Itabuna, Bahia.

— É uma universidade federal que está numa região muito carente, onde a renda per capita é muito baixa, perto de um salário mínimo e meio. E aí, na hora em que a gente vê que não tem bolsa pra todo mundo, o que fazemos? Reduzimos o critério pra alunos de um salário mínimo, ou meio salário mínimo, pra tentar fechar a conta - diz - Para mim, tinha que combinar a carga horária do curso com o recorte social. Mas entendo que é muito difícil administrar esse critério, porque quem entra no ProUni já são alunos de baixa renda - completa.

Em paralelo, o valor instituído no ano de 2011 está desatualizado. Em matéria<sup>51</sup> publicada pelo Portal G1, em 10 de setembro de 2022, a jornalista Luiza Tenente apurou o cenário da bolsa-permanência e apontou que, se ajustado conforme a inflação, o auxílio teria de ser de 753,52 reais em agosto de 2022. O fato é que a diferença de pouco mais de 350 reais para o valor original, que segue congelado há dez anos, faz diferença para um estudante com menor poder aquisitivo.

•••

De responsabilidade da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior (Dippes), junto à Coordenação

---

51 Matéria do Portal G1, de autoria de Luiza Tenente, disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/09/10/prouni-perde-60percent-da-verba-para-assistencia-estudantil-bolsa-auxilio-esta-congelada-ha-10-anos.ghtml>

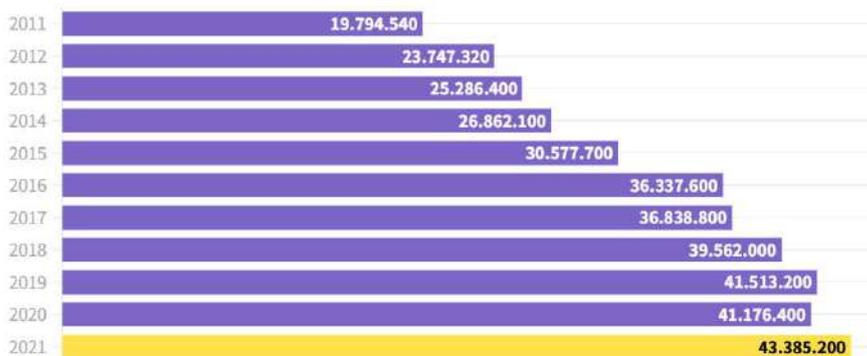
## VAGAS ABERTAS

-Geral de Políticas de Educação Superior (CGPOL), o PBP ProUni atendeu 27.468 bolsistas<sup>52</sup> desde a sua criação. Em uma década, portanto entre os anos de 2011 a 2021, foram investidos mais de 365 milhões<sup>53</sup> de reais para reforçar a permanência de prounistas na universidade.

Para o criador do ProUni, Fernando Haddad, garantir assistência estudantil é fundamental, tanto pelo o governo, quanto pelas próprias instituições de ensino. “Acho que, além da bolsa, a faculdade deveria dar condições para os alunos estudarem. Boas bibliotecas a gente já garantiu, mas talvez algum auxílio pra alimentação. Quanto ao transporte, em algumas cidades brasileiras como em São Paulo, a gente garantiu o Passe Livre, que também ajuda muito. Mas ainda tem muitas coisas a serem feitas...”, pontua o ex-ministro da Educação.

### Investimentos do governo federal no Programa Bolsa Permanência Prouni (2011-2021)

(em milhões de reais)



Fonte: SESU-MEC/Lei de Acesso à Informação  
Gráfico: Flourish

52 Dado obtido via LAI referente ao período de 2011 a setembro de 2022, mês em que o dado foi solicitado pela reportagem.

53 Dado obtido via LAI. Quanto aos números de 2022, o MEC informou não estarem consolidados até a escrita desta reportagem.

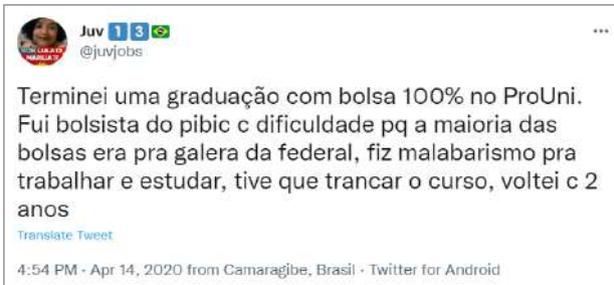
## EXPECTATIVAS TRANCADAS

Imagine que você finalmente está vivendo um sonho: estudando, se capacitando profissionalmente e feliz com a área que escolheu. Mas, por dificuldades financeiras, precisa interromper a graduação. Ou, como dizem os universitários, “trancar o curso”.

Além disso, outras questões estão em jogo. Você faz um curso da área da Saúde, mas ele não tem mais de 6 horas de aula por dia, o que te impede de pleitear o benefício da bolsa permanência do ProUni. Você tem bolsa integral e não paga um centavo à instituição de ensino, mas, para fazer uma faculdade, basta uma bolsa de estudos?

Esse cenário é um recorte da trajetória acadêmica de Juvanize França dos Santos, de 29 anos, natural de Recife, Pernambuco. Ela é formada em Fisioterapia graças ao ProUni, mas o caminho até o diploma não foi uma linha reta.

Conheci Juvanize pelo *Twitter*. A rede social foi minha solução para encontrar um estudante que tivesse trancado a faculdade mesmo tendo uma bolsa do ProUni, perfil que até então eu não tinha encontrado ninguém que se encaixasse. Encontrei um *tweet* dela que tinha continuações, uma espécie de série de *tweets* em sequência — conhecida como *thread* —, em que ela contava algumas etapas de sua jornada.



Entrei em contato no mesmo dia, e obtive uma resposta horas depois. Juvanize descreveu os caminhos que percorreu desde a entrada na universidade — que não foram poucos.

Aos 17 anos, em 2010, a jovem recém-formada no ensino médio tinha passado na Universidade de Pernambuco (UPE) para cursar Direito. O campus ficava na cidade de Arcoverde, a cerca de 256 quilômetros de Recife, onde ela não conseguiria se manter financeiramente. Desistiu da vaga.

Ainda em 2010, resolveu se inscrever no ProUni para o segundo processo seletivo do ano. E é aí que começa sua saga como beneficiária do programa. Passou em Publicidade e Propaganda na Faculdade Boa Viagem (FBV), mas, frustrada pelo cenário que experienciou em sala de aula, só cursou dois semestres.

— Eu me sentia bem desconfortável porque era a única pessoa preta da sala, a única bolsista do ProUni da sala. A maioria tinha carro, então era muito discrepante o que eu passei nesse curso. No primeiro período, não me aproximei de ninguém, o pessoal era bem... hoje consigo te dizer que era bem racista mesmo, sabe? Eu fui muito discriminada, então me trazia uma frustração estar ali, relembra.

Depois de sair de Publicidade e Propaganda, Juvanize não desistiu do campo da Comunicação. Na metade de 2011, conseguiu mais uma bolsa do ProUni, desta vez para o curso de Jornalismo na Uninabuco. Não se identificou com a área e saiu no mesmo semestre. Ainda deu tempo de fazer o Enem 2011 e renovar as esperanças de que encontraria seu caminho.

— Tirei uma nota muito alta [no Enem], acho que foi a mais alta que eu já tirei. Só na redação foram 980 pontos - conta.

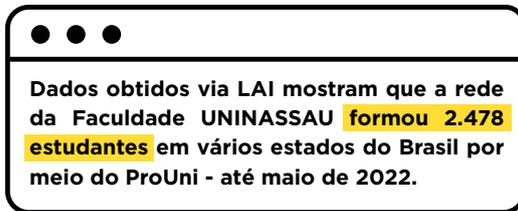
Na época, Juvanize teve alguns empregos na área de *call center* em diferentes empresas, todos com a carga horária

de seis horas, que dava para conciliar com a faculdade. Um desses trabalhos oferecia a ajuda de custo de 60% do curso que ela quisesse fazer. Então, a jovem guardou o “notão” do Enem e recorreu a esse benefício para cursar *Marketing*; com a empresa, ela só precisava pagar os outros 40% da mensalidade, que dava em torno de 200 reais na época.

Ainda assim, precisava de uma bolsa. A metade do ano de 2012 chegou, e com ela o segundo processo seletivo do ProUni. Juvanize escolheu Gestão e *Marketing* como primeira opção, para continuar na área que já estava, e Fisioterapia como segunda. O curso de Saúde veio da inspiração de uma amiga, que tinha acabado de passar no curso em uma federal.

— Acabou que o curso de *Marketing* não formou turma suficiente e eu acabei sendo selecionada pra Fisioterapia. Eram três vagas e eu fui a primeira colocada. E assim foi a minha história de ingresso - conta a recifense, que hoje é feliz com a opção que fez.

Em agosto de 2012, Juvanize estava matriculada em Fisioterapia no Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), unidade de Recife. Logo no primeiro semestre, sentiu a diferença no ritmo e no ensino dos conteúdos, já que tinha saído do campo da Comunicação para a Saúde. Acabou reprovando em quase todas as matérias e precisou escrever uma “cartinha”, protocolo da própria faculdade, para continuar no curso e renovar a matrícula.



**Dados obtidos via LAI mostram que a rede da Faculdade UNINASSAU formou 2.478 estudantes em vários estados do Brasil por meio do ProUni - até maio de 2022.**

Já do segundo ao quinto semestre, o turbilhão pareceu se acalmar, e ela seguiu normalmente o desenrolar do curso. A nova rotina era: faculdade pela manhã, trabalho à tarde e estudos complementares ao curso à noite. Os problemas voltaram a aparecer quando Juvanize soube que teria uma realidade diferente a partir do sexto semestre, pois precisaria fazer estágios obrigatórios; em cursos de Saúde, ela explica, muita energia e tempo são exigidos do aluno. O estágio teria de ser feito à tarde, mas e quanto ao trabalho? Quando a situação ficou insustentável, precisou trancar o curso.

— Tentei até a metade do semestre, mas já não dava mais pra conciliar. Aconteceu de terminar o mês devendo quase três dias de trabalho, porque eu faltava pra ir pro estágio. E aí o problema é que afetava tudo, eu não conseguia estudar e trabalhar. Do quinto período pra frente ficou bem pesado, bem difícil - relata.

Em meados do segundo semestre de 2015, Juvanize interrompeu os estudos por causa do trabalho, sua única fonte de renda. Ela morava sozinha e precisava se virar, mas seu curso exigia mais do que ela poderia oferecer. Na época, seu pensamento foi o de dar uma pausa, trabalhar para juntar dinheiro e voltar depois numa situação um pouco melhor.



***Com muita dor no coração,  
abri um chamado para trancar  
o curso. Eu não tinha a opção  
de não trabalhar...***

A surpresa veio em 2016 quando, decidida a retomar o curso, descobriu que o chamado de trancamento — solicitado por ela meses antes — não havia sido aceito. Mas, desde

## ALÉM DA BOLSA

então, ela não tinha sido avisada pela faculdade.

— Ficou como se eu tivesse abandonado o curso, e aí me reprovaram em todas as disciplinas do sexto semestre. Me falaram que o ProUni tinha matrícula automática e não aceitaram a minha solicitação de cancelamento - diz.

Para contornar a situação e voltar como bolsista, Juvanize precisou preencher uma carta, que dizia mais ou menos o seguinte:

— “Eu, ‘fulano de tal’, reprovei mais de 25% das disciplinas do semestre por tal motivo, e solicito uma nova chance pra continuar com o curso”, era algo bem genérico desse jeito - relembra.

A fisioterapeuta diz que essa carta tinha um modelo padrão, com os campos a preencher, e era destinada ao MEC como forma de justificativa e pedido. Já para a instituição, ela precisou escrever uma outra, de próprio punho, contando o que tinha acontecido para a reprovação.

De volta ao curso, em 2016, Juvanize precisou ir direto para o sétimo semestre, pulando o sexto. Segundo ela, a política do programa não a deixou voltar para o sexto sem perder a bolsa. Então, para não perder o benefício, a estudante foi encaixando as disciplinas do sexto ao longo dos sétimo e oitavo semestres.

Juvanize trabalhando como fisioterapeuta depois de formada. Fotos: arquivo pessoal



## VAGAS ABERTAS

Para ela, os períodos e grades ficaram um pouco bagunçados, mas conseguiu encaixar também os estágios obrigatórios, que antes não eram possíveis. Como estava trabalhando em uma igreja, tinha mais liberdade para conciliar a rotina; o trabalho, finalmente, não atrapalhava mais os estudos.

Quando voltou, Juvanize ficou sabendo do PIBIC e resolveu se inscrever. Seu tema foi aprovado e, de 2016 a 2017, pesquisou como a saúde e as doenças são vistas na religião. Durante um ano como membro do programa de iniciação científica, recebeu 300 reais mensais.

— O PIBIC levantou essa minha volta. Eu usava o dinheiro pra almoçar e assim ficar o dia todo na faculdade, fazendo pesquisa e monitoria - conta Juvanize, que ainda conciliava a rotina com o trabalho, que era mais flexível.

Apresentação de pesquisa científica (esq.) e formatura de Juvanize na Uninassau (dir.). Fotos: arquivo pessoal



Com tudo parecendo se encaixar novamente, Juvanize seguiu o restante do curso. Só “colou grau” mesmo na metade de 2018, porque precisou dedicar um semestre inteiro ao

maior estágio que o curso de Fisioterapia exigia.

Depois de formada, fez especialização em saúde coletiva, tornando-se fisioterapeuta sanitária. Chegou a atuar também na área clínica, atendendo pacientes na especialidade de traumatologia-ortopedia.

Hoje, é professora na pós-graduação no Grupo Ser Educacional, Tutora em Saúde do curso de Fisioterapia e Tutora Multidisciplinar em Saúde — sendo esses últimos cargos relacionados ao ensino a distância da UNINASSAU, instituição em que se formou. Para o futuro, ela conta que não quer ficar parada, por isso segue em busca de oportunidades para crescer financeiramente e pessoalmente.

— Graças a Deus, recebo um bom salário, consigo pagar meu apartamento, ajudar minha família e viajar com frequência - declara a fisioterapeuta.

***Tive apoio de muitas pessoas, sou fruto de muitas mãos que me apoiaram na vida e na faculdade.***

...

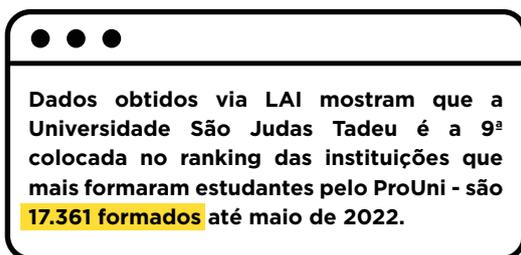
Ter uma bolsa do ProUni para cursar Rádio e Televisão não foi o suficiente para Alexia Borges, de 25 anos. Isso porque, em 2017, ela entrou na Universidade São Judas Tadeu com uma bolsa parcial (50%), em que ainda precisaria custear metade da mensalidade.

— Escolhi Rádio e TV porque eu sou e sempre fui apaixonada por comunicação. Quando fiz um semestre de Direito, percebi que não era isso. Eu gostava mesmo era de entender as coisas e falar para as pessoas - explica sobre ter

escolhido a área.

Na verdade, Alexia queria cursar Cinema. Mas, observando o mercado, logo entendeu que era muito fechado e concorrido; e ela precisava de uma área que desse muitas possibilidades, já que queria trabalhar e ajudar a família. Por isso, escolheu Rádio e TV. Contudo, logo no segundo semestre precisou trancar a matrícula.

— O que mais dificultava era que, ainda com o desconto [da bolsa parcial], ficava um valor alto pra pagar, e eu fiquei desempregada. Meus pais pagariam pra mim, mas pesou um pouco pra eles na época. Eu preferi, digamos, trancar o curso do que exigir deles um valor muito pesado - explica Alexia.



A estudante se viu triste por precisar pausar o curso que tanto gostava; e mais ainda pelos medos que ocuparam sua mente.

— Trancar foi bem ruim. Foi uma época que eu pensei que as coisas não dariam mais certo, que seria difícil voltar. Tive medo de não voltar a estudar, de desanimar mesmo, sabe? E foi difícil quando eu voltei, porque as pessoas faziam piadinhas meio sem pensar, do tipo: “A Alexia só vem um semestre sim, um semestre não”. E pra turma era engraçado, mas ninguém parava pra pensar que era por problemas financeiros - conta.

Alexia diz que, em sua sala, percebeu que não havia

ninguém “muito rico”, a não ser quando estudou no período matutino. Mas, quando se transferiu para o noturno — onde ficou por mais tempo —, os colegas tinham um estilo de vida parecido com o dela ou, no máximo, eram de classe média — já que o campus era no bairro da Mooca, em São Paulo, e eles residiam na região.

Por isso, ela acredita que as brincadeiras devem ter vindo devido ao momento de polarização política que o Brasil vivia em 2018: ou você era de esquerda, ou você apoiava o então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro. Além disso, foi um momento em que se discutiu muito as pautas de democracia, liberdade de expressão e declarações de ódio.

— Pra mim foi bem difícil de entender... eles [colegas de sala] realmente achavam que tinham uma grana e podiam expor esses preconceitos abertamente. Eles falavam mal das cotas [lei de cotas], era uma coisa bem doida. Mas acredito que se intensificou por conta da política, porque ninguém tinha coragem de falar esse tipo de coisa numa sala de aula antes - avalia a estudante.

Depois, precisou trancar o curso mais uma vez. Encontrei Alexia pelo *Twitter*, quando pesquisava pelas palavras-chave “trancar” e “ProUni” na barra de busca. No *tweet* que me fez encontrá-la, Alexia dizia que era a primeira vez em cinco anos que iniciaria um semestre “em dia” com a faculdade.



## VAGAS ABERTAS

Quando já estávamos em contato, e ela havia topado me contar sua história, me explicou melhor o que acontecia com os atrasos.

— Infelizmente, todo mês eu pago a mensalidade com atraso. Já tiveram semestres que não paguei duas ou três mensalidades e só quitei no final pra poder fazer a rematrícula. Aí eu fui fazendo assim: toda vez que tinha que fazer rematrícula, meus pais corriam pra me ajudar, porque tinham dois ou três atrasadas e aí a gente pagava de uma vez. Era até mais fácil pra eles, porque de vez em quando entrava uma continha um pouco maior pro meu pai, que é metalúrgico. Então, quando ele tinha um bônus um pouco maior, a gente aproveitava pra pagar e eu não trancar de novo.

O pai de Alexia é metalúrgico e a mãe é dona de casa. Quando foi possível, o pai a ajudou a pagar o restante do valor da mensalidade que a bolsa do ProUni não cobria. Quando não, a estudante tinha de trancar.

A situação melhorou quando Alexia começou a receber uma bolsa auxílio da empresa em que trabalha, uma das maiores do ramo de bebidas. Lá, entrou como estagiária de comunicação institucional e, depois de dois anos, foi efetivada como Coordenadora de Gente e Gestão — cargo que está há pouco mais de oito meses.

No trabalho, Alexia conheceu o ator Lázaro Ramos (esq.) e foi a jantares de comemoração (dir.). Fotos: arquivo pessoal.



— Entrei em um programa de estágio voltado pra pessoas pretas, é a minha primeira grande oportunidade de carreira e acho que por isso tem dado bastante certo até hoje - conta.

Além do salário, que Alexia diz ser bom, há um ano e meio a empresa lhe dá uma bolsa auxílio específica para pagar a faculdade e, assim, incentivar os estudos.

— É um estágio social, então eles selecionaram apenas alguns dos estagiários pra receber. Claro, preciso ter um bom desempenho pra manter a bolsa: não posso ter mais de uma DP [matéria reprovada] até o final do curso, porque eles pagam pra que eu continue me desenvolvendo dentro da própria empresa. Mas, desde que eu consegui a bolsa, nunca mais precisei trancar e os atrasos ficaram menos frequentes - explica a estudante.

Quando Alexia precisa trabalhar presencialmente no escritório da empresa, faz o seguinte trajeto: sai de Poá, município do estado de São Paulo onde mora, e vai para a zona oeste da capital paulista de transporte público. Passa o horário comercial trabalhando e, depois, se dirige ao campus da faculdade, que fica na zona leste. Terminada a aula, retorna para casa, em Poá. Ela relata que, quando seu salário era menor, e não estava trabalhando em *home office*, em algum momento do dia sentiu fome e não tinha algo à sua disposição para comer.

— Hoje não acontece mais, graças a Deus, porque consegui evoluir dentro do trabalho, mas já fiquei com fome muitos dias na faculdade. Almoçava ao meio dia e só comia em casa de novo à meia noite. Já tiveram muitos dias em que fui pra faculdade com zero reais, só o meu passe livre e mais nada. Passava fome mesmo. As pessoas ofereciam alguma coisa, eu fingia que não queria, ou então pegava pra dar aquela forrada no estômago - relembra.

Alexia mora com o noivo e, com ele, divide as contas

## VAGAS ABERTAS

de casa e o aluguel. Para fazer as compras do mês, ela usa o vale-refeição que recebe da empresa. Quando passou por esses momentos, a mãe começou a ajudar comprando “lan-chinhos” — como bolo e suco —, para que a filha levasse para a faculdade.

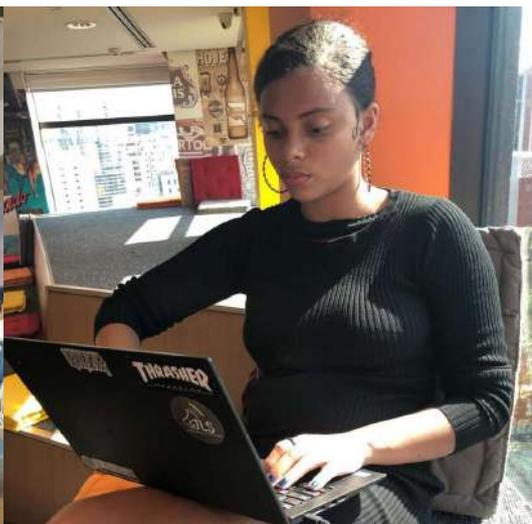
— Eu nunca transpareço pra dentro do trabalho esses problemas, sempre estou à disposição, mas sei que tenho uma outra realidade de vida. Eu moro longe, preciso me locomover, preciso comer duas ou três vezes por dia porque eu passo o dia na rua, mas eles não imaginam que você passa por essas coisas - confessa a poaense.

Se tivesse seguido uma trajetória acadêmica linear, Ale-xia teria se formado em julho de 2020. Hoje, ela espera se formar em breve, assim que concluir as disciplinas restantes, e continuar evoluindo na empresa em que trabalha.



***Ninguém quer trancar a faculdade.  
Se você tranca, é por necessidade,  
não porque é bacana.***

Alexa desfila em um dos trabalhos da faculdade (esq.) e edita as produções audiovisuais (dir.). Fotos: arquivo pessoal



CAPÍTULO 8

# **JOSIAS GOMES**



# 8

— Qual questão você vai fazer, Josias? - pergunta a líder do grupo.

— Ah, pode ser a 3... - responde o estudante.

Os cinco colegas estão sentados em uma mesa retangular, três de um lado e dois do outro, e se dividem para que cada um fique responsável por uma questão da atividade de Farmacologia.

— Puxa, peguei a mais difícil... é gigantesca, cara - desabafa Josias, dois minutos depois da divisão.

O grupo segue resolvendo as questões. Vez ou outra, comentam pontos em voz alta e consultam detalhes de tratamentos de doenças, por exemplo, em resumos e mapas mentais já prontos.

— Vê se tem a resposta da 3, aí! Tratamento relacionado à hipoglicemia oral... - pede Josias a uma das amigas, apontando para os resumos.

— Aqui, achei! - diz a estudante, depois de poucos segundos procurando - “Elabore um protocolo de tratamento para a paciente enfocando as interações medicamentosas entre os medicamentos de antituberculose e hipoglicemia oral” - termina de ler o enunciado.

— Já era, é isso aí... - diz outro amigo.

— Ah, gente, mas será que é legal copiar? A gente deveria buscar conhecimento... - questiona Josias, rindo imediatamente depois de terminar a frase.

— Ah, Josias... - dizem as duas amigas em uníssono, como se ele estivesse sendo caxias.

— E desde quando pesquisar e estudar pelo resumo não é conhecimento? - provoca o outro amigo.

A expressão “ser caxias” surgiu por causa do jeito que o duque de Caxias<sup>54</sup>, o marechal Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), levava o trabalho no Comando do Exército da Guerra do Paraguai, sempre muito correto e minucioso; por isso, até hoje, a expressão é usada para identificar alguém que é “certinho”, que não sai da linha.

De forma caxias ou não, Josias leva a faculdade de Medicina à risca desde que entrou como bolsista integral do ProUni, em agosto de 2020. Não que seus amigos não levem o curso a sério, pelo contrário, estamos diante de um dos grupos mais dedicados da turma. Mas, para Josias, a faculdade tem um tom diferente: é a esperança de um futuro próspero e a materialização de que ele pode, sim, dar conta de uma carreira desafiadora como a de médico.

•••

---

54 Segundo matéria da revista Super Interessante, disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/as-vezes-alguem-tem-que-ser-realmente-durao>

Em 25 de março de 2022, recebi um texto de 2.513 caracteres no *Messenger*, rede social de mensagens associada ao *Facebook*. O texto era de Josias Junior dos Santos Gomes, estudante de Medicina. Seguido do texto, que respondia às perguntas que eu tinha feito sobre sua história, me mandou a mensagem “desculpa, foi muita coisa, né?”, porque havia escrito o que hoje chamamos de “textão”.

Foi ali, vendo que ele tinha muito a falar, e eu muito a perguntar, que soube que a história de Josias precisava ser retratada neste livro. Quando topou fazer uma entrevista por videochamada, comemorei; ele era o meu primeiro personagem confirmado.

Encontrei-o porque, quando comecei o processo de apuração, em março de 2022, minha estratégia foi entrar em diversos grupos de *Facebook* para encontrar prounistas que topassem contar suas histórias. A princípio, eu ainda não tinha definido os perfis que queria encontrar; precisava começar a circular no meio e mapear as primeiras histórias. Eu me tornei membro de oito grupos entre março e abril. De um deles, o “Medicina ProUni”<sup>55</sup>, Josias também participava e acabou respondendo à mensagem que postei no mural, perguntando se algum dos estudantes toparia falar comigo. Por isso, enviei uma mensagem privada para ele, ou *inbox*, como se diz na linguagem da *Internet*; e a saga de conhecer sua história começou.

Nossa primeira entrevista aconteceu por videochamada, em maio de 2022; a segunda, em agosto. Logo em seguida, acertamos os detalhes para que o próximo contato fosse presencial.

---

55 O grupo do Facebook “Medicina ProUni” tem 5 mil membros (dado referente a 12 de novembro de 2022). Disponível em: <https://web.facebook.com/groups/285232728193833>

## ORIGENS

No documento de identidade, Josias Gomes é valadarense, isto é, natural de Governador Valadares, cidade do interior do estado de Minas Gerais que fica a 320 quilômetros da capital, Belo Horizonte. Mas, na verdade, cresceu e viveu a infância e a adolescência em Periquito, município mineiro que, segundo estimativa<sup>56</sup> do IBGE, é o lar de 6.738 pessoas. Periquito abriga, também, parte de uma das maiores bacias hidrográficas de Minas Gerais: o Rio Doce.

Nascido em 1999, Josias morou até os 5 anos de idade em uma casa de madeira, descrita por ele como um “barracão”, com sua mãe Elisângela, seu pai José e suas irmãs mais velhas Eliza e Tamires.

— É até meio vergonhoso falar, mas, como não tínhamos rede de esgoto, a gente cavava o terreno, fazia as necessidades e enterrava... eu lembro disso muito forte. Como a casa ficava bem na beira do barranco, em época que chovia sempre desmoronava um pouco de terra, não caía em cima da casa, mas era bem complicado - descreve Josias.

Por essas dificuldades, os pais resolveram sair dessa casa, cujo terreno era deles, para morar em uma residência cedida pelo tio de Josias, irmão de seu pai. O jovem descreve a casa como simples, com dois ou três cômodos, mas bem melhor do que aquela que moravam antes. Nela, a família se tornou parte da “população ribeirinha”, pois morava muito próximo ao Rio Doce, que tem extensão estimada em 879 quilômetros<sup>57</sup> e banha os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O rio passou a ser a subsistência da família: às suas mar-

---

56 Estimativa do ano de 2021, segundo o IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/periquito/panorama>

57 De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Disponível em: <https://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>



Registros da infância de Josias em Periquito. Fotos: arquivo pessoal

gens, cultivava frutas, verduras e legumes nas ilhas<sup>58</sup> e pescava peixes, tanto para consumo próprio, quanto para gerar renda. Enquanto me contava sua história, Josias disse que costumavam vender os peixes na BR 381, a famosa “rodovia da morte”, chamada assim por causa do alto índice de acidentes.

De acordo com estudo do Painel CNT de Consultas Dinâmicas dos Acidentes, da Confederação Nacional do Transporte, em 2021 foram registrados 2.483 acidentes com vítimas na rodovia que liga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Ao longo dos últimos anos, dados como esse fizeram com que se tornasse uma das estradas mais perigosas do Brasil.

O fato é que, por muito tempo, o Rio Doce sustentou diversas famílias, como a de Josias, por meio do plantio e da pesca. Ele explica como se organizavam nas atividades:

— Minha família é de “ilheiros de roça”, então a gente

---

58 As chamadas “ilhas produtivas” do Rio Doce, como explica o artigo de Zenilton Custódio, disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/333482>

plantava vários alimentos pra subsistência. Feijão, por exemplo, a gente tinha costume de plantar, nunca compramos. Mandioca, banana, abóbora, a maioria dos legumes e hortaliças a gente costumava plantar na ilha. Pescador mesmo era o meu pai, registrado com carteirinha e tudo, mas eu e minha irmã ajudávamos a vender.

Josias também ajudava o pai na pesca e na preparação dos peixes. Quando escolhiam pescar à noite, a rotina era mais ou menos assim: saíam de casa por volta de cinco ou seis da tarde, iam para o Rio Doce e começavam a pescar, de fato, lá pelas sete; ficavam horas a fio na atividade, voltando para casa quando já era uma ou duas horas da madrugada.

— A gente chegava em casa, dormia, ajeitava o que tinha pescado e, de manhã, tentávamos vender. Podia ser na BR, na rua, ou em casa mesmo, porque, como as pessoas já sabiam que a gente era pescador, às vezes iam buscar os peixes na nossa casa também - relata o jovem mineiro.

A atividade de pesca não era diária, pelo menos não para Josias. Ele conta que o pai sempre preferiu que se dedicasse à escola do que ao “trabalho”, mas aceitava a ajuda do filho algumas vezes no mês.

— Meu pai falava: “Estude e foque bastante nos seus estudos”. Isso foi um ponto positivo dele - diz.

Mas, quando não ia pescar, Josias acompanhava a família em outra atividade: a venda dos alimentos que plantavam nas ilhas.

— Nossa, quanto quiabo eu vendi! Abóbora, melancia, banana, batata doce e mandioca também... Cresci vivendo isso, foi me acompanhando pelo ensino fundamental e médio - conta.

Entre 2008 e 2009, a família precisou mudar de casa por forças maiores: a Usina Hidrelétrica Baguari estava sendo construída no leito do Rio Doce, e a população ribeirinha

não poderia mais ficar ali. Para desocuparem aquele terreno, a empresa responsável pela hidrelétrica ofereceu para as famílias duas opções: receber uma indenização em dinheiro ou uma casa nova para morar em outro lugar; os pais de Josias escolheram a casa. O jovem conta que, mesmo sua família morando ali de favor, também tiveram direito ao benefício, assim como o tio, que era oficialmente o dono da casa; cada um recebeu uma nova residência, que ficava mais afastada do Rio Doce, mas ainda na cidade de Periquito.

Nessa nova casa, cedida pela hidrelétrica, a vida da família melhorou: era uma residência nova com dois quartos — Josias dividia um com as irmãs —, uma sala, uma cozinha e uma área de serviço.



Josias estudou a vida toda nas escolas públicas de Periquito. Na época, existiam somente duas: uma municipal, onde cursou até o 5º ano do ensino fundamental, e uma estadual, onde fez do 6º ano ao ensino médio. Com a experiência do ensino na rede pública, o estudante reconhece que houve lacunas.

— Os professores de matemática, por exemplo, ensinavam quase nada. Saí do ensino médio sem saber fazer MMC<sup>59</sup> e MDC<sup>60</sup>, coisa básica mesmo que eu não sabia. A matéria de Artes eu nunca tive, por exemplo, porque não tinha professora. No inglês, nunca passou do verbo *to be*... - descreve.

Ele era o aluno que sentava nas carteiras da frente na sala de aula, mas não se via como um *nerd*. Tinha um pensa-

---

59 Mínimo múltiplo comum: cálculo matemático em que se busca chegar ao menor valor múltiplo de dois ou mais números.

60 Máximo divisor comum: cálculo matemático em que se busca chegar ao maior número divisor de dois ou mais números simultaneamente.

mento crítico em relação ao meio em que vivia e, principalmente, a ambição de imaginar cenários melhores.



Outra mudança viria na vida do menino em 2015, quando seus pais decidiram se separar. O pai, José, foi passar um tempo na casa da mãe, a avó paterna de Josias, e depois se mudou para São Paulo. O menino continuou morando com a mãe em Periquito, sendo que, a essa altura, as irmãs também já tinham se mudado.

Com a saída do pai, a pesca deixou de fazer parte da vida de Josias, restando somente a venda de legumes e verduras, que o menino continuou fazendo. Nessa época, as irmãs já tinham atingido a maioridade e saído de casa. Agora, era só Josias e a mãe, Elisangela, que começou a trabalhar como doméstica para manter os dois.

Mais tarde, em novembro daquele ano, o Brasil assistiria a uma das maiores tragédias ambientais do País, que também afetaria a vida de Josias.

## **PERDAS E SAÍDAS**

Para que a extração de minério de ferro seja possível, é preciso separar o que é importante do que não terá utilidade, neste caso, separar o minério do rejeito. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) e as leis ambientais, empresas e organizações que fazem esse tipo de atividade precisam armazenar os rejeitos em algum tipo de reservatório, como as barragens — reservatórios de terra compactada<sup>61</sup>.

---

61 Descrição retirada do site do Ministério Público Federal, disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>.

No dia 5 de novembro de 2015, por volta das 15h30<sup>62</sup>, a barragem de Fundão se rompeu. Localizada no Complexo Industrial de Germano, em Mariana, Minas Gerais, a barragem estava em seu limite e, imediatamente após o rompimento, 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos escoaram no subdistrito de Bento Rodrigues e além. Uma onda de lama ia se formando e atingindo tudo que via pela frente, como um monstro, chegando até a barragem Santarém, localizada no mesmo distrito, provocando o vazamento de mais rejeitos. A administração das barragens ficava à cargo da Samarco Mineração S.A, empresa controlada pela Vale S/A e pela BHP Billiton.

Não só o distrito de Bento Rodrigues foi afetado, mas também outros. O Rio do Carmo, um dos formadores do Rio Doce, foi atingido pela lama primeiro; conseqüentemente, o Rio Doce sentiu as conseqüências. No decorrer dos dias de novembro, a população mineira veria a onda de rejeitos atingir mais locais: no dia 21, a lama desaguou no Oceano Atlântico pelo distrito de Regência, em Linhares, Espírito Santo.

Josias tinha 16 anos quando a notícia do rompimento da barragem tomou os noticiários. O caso ficou conhecido como “a tragédia de Mariana”, lembrado assim até hoje de forma popular, já que causou danos irreparáveis: segundo o MPF, 19 pessoas morreram, 41 cidades de Minas Gerais e do Espírito Santos foram afetadas e cerca de 240 hectares de Mata Atlântica sofreram degradação. Com o comprometimento do Rio Doce, que agora estava tomado por lama e rejeitos, a pesca como subsistência e fonte de renda não era mais uma opção; muito menos o cultivo de alimentos nas ilhas do rio, que agora eram inférteis. Ainda segundo o MPF, a estimativa é de que 14 toneladas de peixes tenham morrido.

A família de Josias, assim como outras que dependiam

---

62 Idem

da pesca e da plantação no Rio Doce, se viu impedida de continuar a vida que tinha antes. Em março de 2016, como plano de contingência, as mineradoras criaram a Fundação Renova, que ficaria responsável por gerir programas de reparação de danos causados pela tragédia, como a assistência à população afetada. Logo, foi criado o Programa de Indenização Mediada (PIM), que passou a pagar quantias às pessoas que comprovassem prejuízo nas atividades econômicas, desabastecimento de água potável, danos morais e materiais.

Como pescador registrado e atuante no Rio Doce, o pai de Josias logo começou a receber a indenização da Fundação Renova. Só no final de 2018 que a mãe também passou a ser beneficiada, já que Elisângela foi identificada como trabalhadora indireta, pois ajudava o ex-marido nas atividades de pesca e cultivo.

— O processo pra minha mãe foi bem lento... pra quem era pescador profissional, como o meu pai que tinha carteirinha, foi mais fácil. A minha mãe era só ajudante do meu pai, a gente não tinha carteirinha, então demorou mais - explica Josias.



Por pouco mais de dois anos, a mãe de Josias recebeu o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), pago pela Fundação Renova. Contudo, em maio de 2021, a empresa comunicou que a quantia paga mensalmente aos afetados seria cortada. Segundo Josias, a Fundação queria que os beneficiados assinassem um acordo de quitação final para, assim, receber um montante de dinheiro — ao invés do auxílio mensal.

— Minha mãe acabou assinando e recebeu essa quitação final. Foi um valor bem considerável: acho que foram 92 mil reais, mas, tirando a parte do advogado, ficou em torno de 84 mil. E aí ela parou de receber esse mensal - conta.

Nessa época, Josias estava alçando outros voos, e a quantia recebida pela mãe o ajudaria a manter os estudos, como veremos mais à frente.

Ainda sobre os acordos de quitação final, as irmãs de Josias entraram com pedidos para receberem a indenização; ambas foram beneficiadas com o montante de mesmo valor da mãe. O único que ainda não tinha sido contemplado era Josias que, depois, também entrou com um pedido. Mas, ele explica que seu processo foi diferente:

— Quando cadastraram a minha mãe no programa [de indenização], me colocaram como dependente dela, então acabaram não considerando que eu tinha atividade de pesca. Pelo que eu soube depois, pra ter direito à indenização tinha que ser maior de 16 anos, e eu era. Mas, por causa desse erro no cadastro, não tive direito - aponta.

Josias entrou com o pedido há pouco mais de um ano e ainda não teve respostas. Ele diz que não está contando com o dinheiro, mas, se receber, parte de sua trajetória estará respaldada financeiramente.

## **QUEM NÃO ARRISCA, NÃO PETISCA**

*Uma coisa era certa, eu ia sair  
daquela cidade minúscula...*

A frase acima foi o que Josias me disse em uma de nossas conversas, quando voltamos à época em que ele morava em Periquito. Aos 18 anos, a vontade de sair de casa era grande, tanto pela ambição de conhecer outras oportunidades, quanto pelo caminho que as irmãs já tinham aberto: Eliza, sua

irmã mais velha, saiu de casa assim que atingiu a maioridade; e Tamires, quando fez 18 anos, escolheu se casar e também mudar de casa.



Josias e a mãe, Elisângela, com quem tem mais contato hoje. Foto: arquivo pessoal

Pergunto a ele como era sua relação com a família:

— A gente gosta um do outro, mas nunca foi uma ligação forte emocionalmente. Acho que a minha criação teve muitos problemas, minha mãe saía de casa muitas vezes, aí depois voltava, e quem ficava com a gente [ele e as irmãs] era meu pai. Quando eles se separaram, quem saiu foi meu pai, mas eles nunca foram casados no papel - explica Josias.

Como suas irmãs já tinham encaminhado as próprias vidas e o pai estava prestes a se casar novamente com outra pessoa, Josias estava morando somente com a mãe. O que o impedia de se mudar também era a questão financeira.

Desde a separação, a relação de Josias com o pai é dis-

tante. Em 2020, os dois ficaram próximos por alguns dias porque José teve um acidente vascular cerebral (AVC) e precisou de cuidados, dos quais o filho tratou de garantir: Josias viajou para São Paulo para assistir o pai até que se recuperasse. Hoje, quem Josias tem mais o hábito de conversar por mensagens — e às vezes, por ligação — é a mãe, Elisângela.

Voltando às metas de Josias, entrar na faculdade também era uma delas. Arquitetura, Biologia e Medicina eram áreas que rondavam sua mente. Terminado o ensino médio em 2016, sentiu na pele a defasagem que teve no ensino básico e, por isso, não viu outra alternativa a não ser dedicar o ano de 2017 para se preparar melhor. Estudou por conta própria e com a ajuda de cursos *online*, como os do professor Ferretto<sup>63</sup>, de matemática, e os do Jubilut<sup>64</sup> de biologia — famosos por dar aulas gratuitas no *YouTube* e também terem seus próprios cursos pagos.

Empenhado em tirar uma boa nota no Enem, não deu outra. Com o resultado, que saiu no início de 2018, ele teria sua primeira experiência com o ProUni ao conquistar uma bolsa integral para o curso de Fisioterapia. Era em uma faculdade de Governador Valadares, a mais ou menos 50 quilômetros, o que fazia com que tivesse de viajar de ônibus todos os dias por cerca de uma hora — usava um transporte cedido pela prefeitura.

Em uma de nossas entrevistas, pergunto a ele como foi que conheceu o ProUni:

— Minha família é pobre e eu sabia que, pra mudar de vida, teria que ser pelos estudos. Na minha escola, nunca falaram nada a respeito de Enem, SiSU, ProUni... então eu descobri pesquisando, vendo as oportunidades que eu tinha e

---

63 O canal no YouTube do professor Ferretto foi criado em 2014 e tem mais de 235 milhões de inscritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/professorferretto>.

64 Já o canal no Youtube do professor Jubilut foi criado em 2006 e soma mais de 206 de milhões de inscritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/biologiatotalbrjubilut>

correndo atrás - relata.

Ainda em 2018, Josias arrumou um emprego — formalmente o seu primeiro — como mobilizador social na empresa Seja Digital. Dessa forma, sua rotina virou trabalhar durante o dia e se dedicar à faculdade à noite.

— Basicamente, eu ficava no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] mexendo no sistema do pessoal de Periquito e verificando quem ainda tinha sinal de TV analógico, então eu dava “antena digital” pro pessoal.

De uma hora para outra, recebeu uma proposta no trabalho. A empresa disse que a conversão do sinal analógico em Periquito já estava praticamente completa, e que agora era necessária em Governador Valadares, para onde o convidaram a trabalhar. Seria um trabalho temporário e seu salário iria de um salário mínimo para cerca de 2 mil reais; mas, para isso, ele precisaria morar em Valadares. Aceitou a proposta.

Dava-se início ao plano de sair de Periquito. Na nova cidade, começou a morar em uma república. Em alguns meses, o trabalho temporário acabou; apesar de ter ficado mais fácil para ir à faculdade, pois estava mais perto, a rotina como universitário também iria acabar, pois decidiu trancar o curso de Fisioterapia.

— Eu nunca pensei de fato em fazer Fisio, mas, quando o processo seletivo do ProUni tava aberto, eu pesquisei e vi que era uma área legal, por isso acabei me inscrevendo. Na faculdade, o que me desestimulou mesmo foi a remuneração, que é muito baixa, então eu pensei que não ia valer a pena continuar - diz.

Quem voltou a pairar nos seus objetivos foi a carreira de Medicina:

— Acho que entrei em Fisioterapia porque já tava muito tempo “parado”, queria começar alguma coisa. E não me arrependo, mas eu ainda queria Medicina. Percebi que de todo

jeito eu ia ficar velho, passando em Medicina ou não, então seria melhor ficar velho estudando pra passar em Medicina, que era uma coisa que eu queria. Ia demorar pra caramba, mas tinha certeza que uma hora eu ia passar... - ressalta o então vestibulando.



Comemorando o aniversário na república em que morava, em Governador Valadares. Foto: arquivo pessoal

Depois de trancar a bolsa do ProUni, ainda deu tempo de fazer o Enem 2018, cujo resultado saiu no início de 2019. Josias conta que sua nota superou a casa dos 700 pontos, mas, para passar em Medicina ainda não era o suficiente.

— Sabe quando você sente que a coisa vai dar certo? Eu tava com esse sentimento. Então pensei: “Se eu conseguir me esforçar mais um pouquinho, vai dar certo!” - relembra.

Com os objetivos redefinidos, o ano de 2019 foi dedicado única e exclusivamente à sua preparação. A essa altura, a mãe de Josias já vinha recebendo a indenização da Fundação Renova, tinha se casado novamente — com o seu atual padrasto — e ido morar em Porto Seguro, na Bahia.

Para ajudar o filho a se manter financeiramente em

## VAGAS ABERTAS

Governador Valadares, Elisângela passou a mandar para ele, todo mês, metade da indenização que recebia. Assim, Josias conseguia pagar o aluguel em uma república e custear sua alimentação e outras despesas pessoais. Mas ainda faltava o cursinho pré-vestibular.

Josias, então, teve uma ideia: prestaria provas para bolsa em dois cursinhos da cidade. Em um deles, conseguiu desconto de 50% no valor da mensalidade, mas ainda não poderia pagar. Resolveu conversar com o diretor e a coordenação do cursinho que, segundo ele, davam abertura para o diálogo com os alunos; explicando sua situação, ganhou uma bolsa de 100%.

Das 7h30 às 17h, passava o dia estudando no tal cursinho. Como estratégia para subir a nota no Enem, focou só nas matérias que eram seu “calcanhar de Aquiles”, como herança do ensino defasado na escola: matemática e redação. Durante as outras aulas, se refugiava numa das salas de estudos que o cursinho tinha, que eram silenciosas, organizadas e aconchegantes para estudar.

— A cidade era muito quente, então eu gostava mesmo de ir pro cursinho pra poder usar essas salas, que tinham ar condicionado - confessa.

A turma do cursinho (esq.) e Josias como “garoto propaganda” da instituição (dir.). Fotos: arquivo pessoal



Quando o diretor, que havia lhe dado a bolsa, descobriu que Josias “matava” praticamente todas as aulas e só ficava nas salas de estudo, foi conversar com o vestibulando.

— “Uai, mas você me pediu a bolsa pra ficar na sala de estudos?”, ele me falou. E aí me proibiu de ir pra essa sala, só me deixava ir quando eu não tivesse aula normal. Então, eu comecei a frequentar a biblioteca da cidade - conta Josias, enquanto gargalha, lembrando das saídas que ia encontrando.

Veio o primeiro simulado que todos os alunos teriam de fazer. Ficou decidido que aqueles que tirassem as maiores notas, ou seja, ficassem entre os primeiros colocados num *ranking*, ganhariam o direito a usar um armário colegial, no estilo de escolas norte-americanas.

— Fiz o simulado, fui um dos primeiros classificados e ganhei, além do armário, a autorização do diretor pra voltar a usar as salas - conta Josias.

Mas nem tudo foram flores: nessa época, Josias diz que sua saúde mental estava afetada com a pressão de melhorar nos estudos e o sentimento de solidão.

— Eu tava bem solitário, me sentindo sozinho. O cursinho me ajudou a ter pessoas pra conversar, porque eu fiz muitas amizades nesse ano de 2019. Por isso, foi muito bom ter entrado - declara.

Em novembro de 2019, era chegada a hora do Enem. Depois de dois meses de agonia pela espera, descobriu, no início de 2020, que tinha tirado algo como 720 pontos de média. O sentimento de tristeza e impotência foram imediatos, seguidos de pensamentos como “Pelo jeito não vai dar, vou ter que estudar mais um ano”. Chegou a pedir bolsa novamente, no mesmo cursinho, mas a pandemia veio e tudo precisou ser fechado. Continuou estudando pelas aulas *online* do cursinho até julho de 2020, quando um novo processo seletivo do ProUni foi aberto.

## VAGAS ABERTAS

Começou a procura pelas possibilidades que teria de passar em alguma faculdade a partir da nota que tinha. Lembrou de quando, em março, estava navegando por um dos grupos de estudantes que era membro no *Facebook* e resolveu pedir um conselho aos outros usuários.

— Na época, fiz um *post* lá perguntando se o pessoal sabia de alguém que passou em Medicina com uma nota parecida com a minha. Aí uma menina mandou um *print* de uma nota de corte da Unoeste [Universidade do Oeste Paulista], e eu nunca tinha ouvido falar dessa faculdade, mas guardei o *print* - relembra.

Com o processo do ProUni aberto, entre os dias 14 e 17 de julho, seguiu a sugestão da menina e colocou a tal Unoeste como primeira opção.

— A faculdade tem três campi, e ela tinha me mandado as notas de corte de dois deles, inclusive o de Presidente Prudente. Pensei: “Ah, vou jogar na sorte, se der certo, deu! Se não der, não deu” - conta.

Então, a sorte estava lançada. Quando o resultado saiu, quase não acreditou: tinha passado. Na verdade, estava pré-selecionado na segunda chamada, cuja lista saiu no dia 4 de agosto de 2020. Para conquistar a bolsa oficialmente, teria de passar pelas próximas seleções.

*Print* de quando Josias recebeu a aprovação no SisProUni.  
Foto: arquivo pessoal

### **Medicina(6496) - Bolsa Integral**

**Valor da mensalidade bruta: R\$**

**10.108,00**

**Valor da mensalidade c/ Desconto:**

**R\$ 9.939,00**

**Bacharelado| Turno Integral| Modalidade de  
concorrência: Cotas**

**Seu resultado: Aprovado**

**Sua classificação: 12 Bolsasofertadasna  
chamada regular: 6**

União Paulista

## TRAVESSIA

Para ir de São Paulo a Presidente Prudente leva-se mais ou menos nove horas, contando com as paradas tradicionais de uma viagem de ônibus. Foi o trajeto que fiz para conhecer Josias, sua cidade, sua rotina, seus amigos e sua nova vida como estudante de Medicina.

Quando combinamos as datas de minha ida a Presidente Prudente, ele me disse para esperar um clima quente de mais de 30 graus. Mas, quando cheguei, em um domingo de setembro, parecia ter errado o destino: fazia cerca de 22 graus — um tempo que não é frio, mas certamente anormal à cidade.

Mandei mensagem para Josias perguntando se poderíamos nos conhecer pessoalmente naquele domingo, mas, quando soube que ele estava empenhado no início de seu projeto de trabalho de conclusão de curso, preferi não atrapalhar. Sim, Josias está só no 5º semestre — também chamado de período ou termo — do total de 12 do curso e já está pensando no TCC.

Na segunda-feira de manhã, por volta das nove horas, pedi um carro de aplicativo com destino à sua casa. De onde eu estava hospedada, levaria apenas dez minutos. Quando chego, toco a campainha e aperto a tecla '12', que é o número de seu apartamento.

Josias mora em cima de uma mercearia, em um mini prédio de vários apartamentos; no mesmo terreno, mais atrás, há outro mini prédio e uma garagem. Ele desce para me buscar. Passando o portão preto, a escada que logo se vê é a que dá para o seu prédio. Chegando ao apartamento, no primeiro andar, Josias já se desculpa pela bagunça que, na verdade, não existe, porque ele diz que arrumou a casa para me receber.

Passando pela porta, fica a sala, que tem dois sofás

pequenos, um móvel baixo com uma televisão e uma portinha para uma sacada também pequena. À esquerda da visão de quem entra está a cozinha, que dá para a lavanderia. Logo ao lado da entrada da cozinha, fica o quarto de Odin, com quem Josias divide o apartamento — e uma amizade. Os dois são estudantes de Medicina e quase caíram na mesma sala. Quase porque, quando as aulas foram do formato *online* para o presencial, a faculdade dividiu a turma de cerca de 140 estudantes em duas de 70, gerando a turma A e a turma B, onde Odin ficou.

Depois do quarto do amigo, fica o banheiro; e, imediatamente ao lado, o quarto de Josias; é como se os quartos fizessem o banheiro de sanduíche. O apartamento é simples, mas confortável para abrigar dois estudantes homens de 20 e poucos anos.

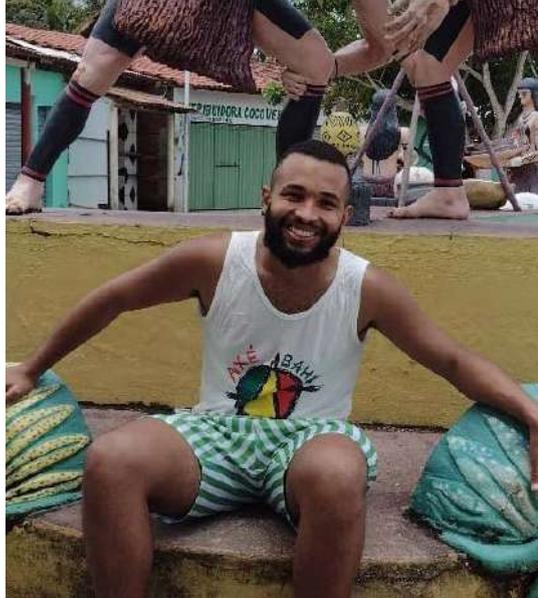
Além da minha visita, a arrumação que Josias tinha feito antes de eu chegar tinha outro motivo: era segunda-feira, dia de lavar roupa e preparar as marmitas do mês. Assim que entramos na cozinha, o barulho da máquina de lavar funcionando invade os meus ouvidos e até atrapalha um pouco a nossa comunicação. Ele me oferece café e me sento à mesa, que é retangular e branca.

Josias é negro, tem barba que vai das costeletas até o queixo e usa óculos de grau com armação fina. Está vestido como alguém que está em casa e tem o direito de se sentir à vontade: moletom verde de mangas cinzas com o escrito “fisioterapia” na frente, bermuda branca e pés descalços.

Enquanto ele dobra as roupas que retira do varal da lavanderia, começamos a conversar sobre a faculdade, tema mais latente de sua vida no momento, e de como ele chegou a Presidente Prudente pela primeira vez.

Depois que viu pelo sistema do ProUni que tinha sido pré-selecionado para o curso de Medicina, em tempo integral,

Josias tem a risada como marca registrada e se considera um tanto “palestrinha” ao falar com os colegas, característica que, segundo ele, melhorou após o cursinho pré-vestibular. Foto: arquivo pessoal.



na Unoeste, Josias começou a se preparar.

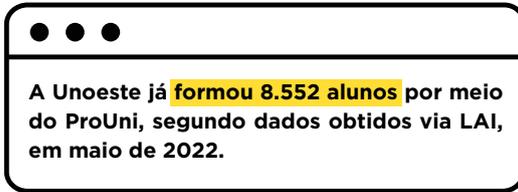
— Quem me avisou que eu tinha passado foi um amigo meu, que mandou mensagem no *Instagram* falando: “Você viu que saiu o resultado do ProUni?”, e eu não tinha visto. E aí ele: “Eu pensei que você não queria falar porque não tinha passado, mas olha aí!”. E eu tinha passado - lembra Josias, selecionado na segunda lista de chamada.

Pelo que se lembra, eram 12 vagas na ampla concorrência e 6 vagas dedicadas às políticas afirmativas de cotas, por onde entrou. O primeiro passo era separar os documentos de comprovação, etapa que já conhecia, porque era sua segunda vez no ProUni; mas, ainda assim, preferiu ligar para a secretaria da faculdade e confirmar.

O segundo passo era levar tudo para a faculdade e fazer as etapas de seleção presenciais, que incluem a entrevista com assistente social ou gestor da instituição, e a própria matrícula. Então, munido dos documentos e de malas prontas, embarcou sozinho para Presidente Prudente no mesmo dia em que saiu o resultado. Chegou só no dia seguinte, em 5 de agosto

de 2020, porque a viagem de ônibus durou mais de 24 horas: de Governador Valadares foi para São Paulo e, da capital paulista, seguiu para o destino.

Acabou que, quando chegou à faculdade, foi avisado que o processo de entrega da documentação poderia ser feito de forma *online*, devido à pandemia; mas, na verdade, tinha recebido uma informação entrecortada da própria faculdade quando fez contato por telefone. O fato é que já estava ali; foi aprovado oficialmente para receber a bolsa e, terminado o processo, retornou a Governador Valadares.



As aulas começaram na semana seguinte, no dia 10. No primeiro momento, de maneira remota, o que permitiu que Josias acompanhasse a semana inicial de aulas ainda morando em Governador Valadares. O dia da mudança oficial para Presidente Prudente aconteceu em 16 de agosto. Assim que chegou, foi para seu novo lar: a casa que dividiria com uma menina que conheceu pelo *Facebook* e a mãe dela.

O processo todo aconteceu antes de ele viajar. Conheceu a garota em um grupo da rede social, por meio de um anúncio em que ela dizia estar alugando um dos quartos da casa. Combinaram tudo e ficou decidido que ele moraria com as duas mulheres. Mas, com o passar dos dias, não gostou nada da experiência.

— Elas eram insuportáveis comigo, ficavam implicando com tudo. Durante a semana, a mãe da menina mudava os

móveis de lugar todos os dias. Todos os dias! Eu não podia deixar a garrafinha de água na sala, por exemplo, que ela ficava enchendo o saco. Só aguentei isso por um mês - relata o estudante.

Antes de começar a morar com Odin, hoje seu fiel escudeiro, Josias ainda passou por outra casa, que foi um pouco melhor, mas ficava mais afastada da faculdade. Quando o companheiro de apartamento chegou, na segunda-feira de agosto em que visitei Josias, aproveitei para perguntar aos dois como se conheceram; e, claro, como foi a decisão de morarem juntos.

Odin tem 26 anos, é branco, ligeiramente mais alto que o amigo e tem bigode. É natural de Paraguaçu Paulista, município do estado de São Paulo, e Medicina é sua segunda graduação, pois a primeira foi em Engenharia Agrônômica, na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Enquanto o amigo conta com o ProUni para cursar Medicina, Odin é beneficiário do Fies.

— Acho que eu fui conhecer o Josias mesmo por amigos em comum das turmas A e B - responde Odin.

— É, foi um negócio assim, aí a gente começou a conversar e “trocar ideia”. Quando o quarto - que hoje é meu - ficou vago, porque quem morava com ele foi pro apartamento da frente, o Odin me falou: “Josias, tô com vaga aqui, cê não quer vir pra cá?”. E não é que aqui é um lugarzinho *oké* pra morar? - diz Josias, enquanto gargalha, fazendo o amigo rir também.

— E aí o Odin me ajudou a fazer a mudança, porque eu tinha muita coisa... acho que deram várias viagens pra trazer tudo - completa.

— E o que você achou do Josias quando conheceu ele? - direciono a Odin.

— De primeira, achei ele muito engraçado. Todo

mundo acha isso por causa da risada dele, ele dá risada de tudo... - responde.

— Sim, cara, eu tenho riso frouxo - diz Josias, concordando com a avaliação do amigo.

— Riso frouxo e alto - diz Odin.

— “De bem com a vida”? - pergunto.

— De bem com a vida - responde o amigo.

— Tentando, né... - finaliza Josias.

•••

Durante o primeiro ano da faculdade, as aulas foram combinadas de forma híbrida, até que a situação da pandemia fosse minimizada. Nas aulas presenciais, para segurança pessoal e coletiva, Josias conta que todos precisavam se vestir com máscara estilo *face shield* e todo um equipamento de proteção ao corpo. Na metade de 2021, as aulas praticamente tinham voltado ao modelo presencial.

Mesmo com todo o aparato de proteção, já dava para sentir a emoção de estar cursando o que queria. Quando passou na faculdade, Josias não chorou. Só aconteceu quando completou um mês como estudante de Medicina, em um momento em que sua ficha finalmente caiu.



*Do nada, veio essa sensação de felicidade e eu comecei a chorar. O que passava pela minha cabeça era: “Nossa, cara, eu tô aqui, deu certo!”, e também que eu nunca mais ia precisar prestar o Enem. Mas logo voltei a estudar, porque eu tinha matéria atrasada de **Histologia** — conta, gargalhando.*

## A VIDA COMO “MEDICINER”

Três minutos. Cento e oitenta segundos. É o tempo que Josias leva para sair de casa e chegar à universidade em que estuda: tranca a porta do apartamento que divide com o amigo, fecha o portão do mini prédio e anda exatamente 190 metros até chegar aos muros verdes do campus I da Unoeste, em Presidente Prudente.

Na segunda-feira, 5 de setembro, teve aula de Farmacologia: disciplina da grade do curso de Medicina que fala sobre drogas, ou melhor, remédios e medicamentos, e seus usos e impactos no corpo humano.

A metodologia aplicada em muitos cursos da área médica, inclusive na faculdade de Josias, é a *problem-based learning* (PBL). Nela, o aprendizado acontece a partir da apresentação de um problema e as discussões resultantes dele. Por exemplo, como tratar um paciente que tem a doença ‘X’, com as comorbidades ‘Y’, e o histórico ‘Z’? O educador lança o problema em sala de aula e ensina conceitos importantes da área com base na resolução do caso.

Na faculdade de Josias, os semestres são organizados por semanas, com base nessa metodologia. Pelo período de duas semanas do mês, os alunos têm contato com um “caso disparador”<sup>65</sup>, que será discutido em todas as disciplinas sob diferentes pontos de vista. Depois, entra o “caso PBL”, que vai mudando a cada semana — e é aplicado à metodologia.

Naquela segunda-feira que fui acompanhar a rotina de Josias como universitário, era a semana do caso disparador de número três — a contagem tinha começado no início do semestre. Quando chegamos ao campus da Unoeste, Josias usou o crachá de aluno para passar pelas catracas e logo subir

---

65 Relato de caso clínico com todas as suas especificidades, que guiará a aprendizagem e as discussões dos alunos em determinado período.

para a sala. Fiquei aguardando a autorização de entrada no prédio, que me foi dada pela coordenadora do curso de Medicina, a médica Nilva Galli.

Autorizada oficialmente, subi de escada até a sala de tutoria onde Josias estava com outros quatro colegas. Era uma sala diferente das tradicionais: menor em tamanho, com uma mesa retangular que tomava quase toda a extensão da sala, cadeiras dispostas à mesa e três *banners* informativos pregados na parede. Estávamos no bloco H, um dos dez que compõem o campus — que vai de A a J, incluindo a secretaria acadêmica.



*Banners da sala de tutoria (esq.) e muro com pintura do Campus I da Unoeste, onde Josias estuda (dir). Fotos: Larissa Lopes*

Quando entrei, conheci seus amigos e senti-me na cadeira da ponta da mesa, mais ao fundo da sala; meu objetivo era observar a discussão de caso e a dinâmica do grupo. Thaís, Isabela e Leonardo estavam à minha esquerda; e Josias e Otávio à minha direita. Exceto Leonardo, cuja presença no grupo é mais variável, esse é o desenho da “trupe” de Josias, com quem ele convive a maior parte do tempo na faculdade.

Carlos, Júlia Abraão, Júlia Galdino e Ana Heloísa são outros nomes que, segundo ele, valem ser citados como parte de seu círculo.

Thaís e Isabela também são prounistas, ou seja, cursam Medicina com uma bolsa integral, como Josias. Por coincidência, seu grupo na faculdade acabou sendo formado com outras pessoas beneficiadas pelo programa.

Quando cheguei à sala, os cinco discutiam as questões da atividade passada pela professora de Farmacologia — episódio contado na abertura deste capítulo. Para realizar a tarefa, ela pediu que a turma se dividisse em grupos; por isso eu estava diante dessa configuração.

Durante a discussão dos casos, percebo que Thaís é assertiva e acaba liderando o grupo, mesmo que involuntariamente; é ela quem começa a preencher a folha que depois será entregue à professora. Isabela é organizada e sorridente, e resolve a questão destinada a ela sem maiores problemas. Leonardo, que já é formado em Direito, aparenta ser prático e habilidoso com números. Josias fica com a questão mais complexa da tarefa e, mais de uma vez, tenta organizar com os amigos a maneira como vão responder às perguntas em sala de aula. Já Otávio é o “paizão” do grupo, faz a sua parte e, sempre que pode, ajuda e apoia as ideias dos colegas; além de ter pinta de professor e uma bolsa estilo maleta.

Conversa vai, conversa vem, e já se passaram duas horas de discussão. É hora de retornar à sala de aula. Sento-me com o grupo ao fundo da sala e as duas professoras presentes, uma titular e a outra de apoio, começam a ler os enunciados em voz alta. Aleatoriamente, vão pedindo que os grupos comentem cada uma das questões, explicando o quê e por quê deram aquelas respostas. Na vez do grupo de Josias, é ele quem responde; a professora aceita a resposta, mas faz alguns apontamentos.

A sala de Josias é majoritariamente formada por pessoas brancas — e de classes média a alta. O curso de Medicina por si só já é bastante elitizado, principalmente em uma faculdade privada, haja visto o valor da mensalidade. Na Unoeste, o estudante pagante precisa desembolsar 10.800 reais<sup>66</sup> por mês.

— Aqui [na faculdade] é a alta elite prudentina, inclusive porque várias pessoas da minha sala moram em condomínios, como aqueles que têm em São Paulo. E esse pessoal já entrou se conhecendo, porque fizeram cursinho juntos para passar aqui. Eu entrei meio que como um intruso, um penetra... - dispara Josias.

— Você tem a sensação de ser penetra? - questiono.

— Tenho... principalmente porque sou um dos únicos pretos da minha sala que, juntando com a turma B, dá em torno de 140 pessoas - aponta.

De volta à aula de Farmacologia, cria-se um clima invisível, mas palpável, de que ninguém quer responder errado à professora, apesar de estarem em uma discussão de caso. Uma sala de aula de faculdade — não essa em específico, mas o ensino superior de forma geral — pode ser um ambiente predatório, de competição, de egos, de disputa sobre quem será o melhor para conquistar o mercado de trabalho. Não à toa, casos de saúde mental afetada são comuns entre universitários.

Passando das quatro da tarde, com o céu nublado indicando chuva, a professora finaliza a aula e dispensa os alunos. Josias me leva para um *tour* pelo campus e, depois, continuamos o dia de entrevista em sua casa.

•••

Cursar Medicina, por si só, já é um desafio. Isso

---

66 Valor consultado em outubro de 2022.

porque, além da carga horária integral, que exige dedicação durante o dia todo, estudar o corpo humano, seus cuidados e desdobramentos adiciona ainda mais complexidade à carreira.

A dificuldade já começa na chegada ao ensino superior: a concorrência do curso é implacável e, em geral, sobram candidatos em relação ao número de vagas. No vestibular da Unesp de 2023, por exemplo, 67.657 vestibulandos disputaram<sup>67</sup> 7.680 vagas que serão ofertadas no curso de Medicina, o que gera a média de 239 candidatos lutando por cada uma das vagas.

Outra dificuldade que um estudante de Medicina encontra é a de se manter ao longo do curso. Josias tem aulas de segunda a sexta, das 7h30 às 11h30, com intervalo para o almoço, e das 13h30 às 17h. No meio das aulas e dos semestres, misturam-se as aulas teóricas, práticas e estágios, que levam os alunos para o dia a dia da profissão de médico.

Mas, apesar do estágio, quase não sobra tempo para trabalhar. Quando sobram algumas horas do dia, em geral, são dedicadas a estudos complementares e até mesmo ao descanso. Nesse cenário, é preciso ter uma situação financeira confortável para se manter financeiramente.

Como parte da política de assistência estudantil do ProUni, em 2011, o governo federal criou o PBP ProUni, que concede 400 reais mensais a estudantes de cursos superiores com carga horária de 6 horas ou mais, como o de Medicina — o benefício é explicado com profundidade no capítulo 7 deste livro. Desde que entrou na faculdade, em 2020, Josias é beneficiado com a bolsa permanência. Como não há tempo para trabalhar, sua renda vem desse auxílio do governo e do dinheiro que sua mãe envia todos os meses.

---

67 Dados retirados de matéria do Guia do Estudante. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/medicina-na-unesp-tem-239-candidatos-por-vaga-veja-todos-os-cursos>

A ajuda vem do auxílio mensal da Fundação Renova, que Elisângela voltou a receber recentemente, mesmo depois de ter assinado o acordo de quitação final. Tratou-se de uma decisão do Tribunal Regional Federal de Minas Gerais que, em 28 de junho de 2022, ordenou a volta do pagamento do valor mensal aos “pescadores e agricultores de subsistência”<sup>68</sup> que já tinham assinado o acordo anterior. Então, dos 1800 reais que agora Elisângela recebe, 900 são enviados ao filho, para ajudar a mantê-lo na cidade universitária.

Na prática, Josias vive o mês com 1300 reais: 400 da bolsa permanência e 900 do auxílio da mãe. Pagando o aluguel do apartamento, que divide com Odin, sobram 750 reais. Para a alimentação, vão outros 400 reais. A academia, que Josias frequenta diariamente, custa 100 reais. Para ter *internet* móvel no celular, assina um plano da operadora no valor de 15 reais que, segundo ele, oferece um *gigabyte* de dados por dia, quantidade mais do que suficiente para viver. O que sobra vai para gastos eventuais, ou para pagar passeios — que têm se tornado cada vez mais raros — com os amigos da faculdade.



Ainda na graduação, Josias já experimenta a prática médica graças à grade do curso, que mistura teoria à vivências na profissão. Do primeiro ao quinto semestre, a matéria do Programa de Aproximação à Prática Profissional (PAPP) fez parte de sua rotina. Neste período, o PAPP acontece às terças-feiras, quando parte da turma passa a manhã na ESF Vila Marcondes, posto de saúde de estratégia de saúde da família — daí que vem a sigla “ESF” —, localizado no bairro da Vila Marcondes, em Presidente Prudente. Como estava na cidade,

---

68 Resolução publicada no site da Fundação Renova. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/renova-informa-3>

fui acompanhar Josias nas atividades no dia 6 de setembro de 2022.

Chegamos ao posto lá pelas oito horas da manhã. Jaleco, máscara e crachá: vi a turma de sete alunos se arrumar e aguardar as orientações da professora Mariana, enfermeira por formação e responsável pelo PAPP naquela unidade de saúde.

Chovendo e fazendo frio, a professora decidiu que não haveria visita domiciliar aos pacientes da ESF, como fariam naquele dia, mas sim, uma discussão sobre a ação que estavam preparando para o mês seguinte, em outubro. Os alunos fariam um dia de conscientização para a população sobre o “pé diabético”, uma complicação dos pacientes que têm *diabetes mellitus*, a fim de passar orientações e cuidados importantes ao público leigo. Então, naquela terça-feira, dedicaram a manhã para um *brainstorming* e alinhamento de funções dessa ação.

Mais tarde, consegui conversar com Mariana para saber mais sobre o PAPP. Como toda professora, começa me explicando o contexto do programa, que divide a turma de 70 alunos em grupos de, no máximo, 10 pessoas, cada um em uma unidade de saúde.

— Há mais ou menos 10 anos, cursos como Medicina e Enfermagem passaram por uma reestruturação curricular do Ministério da Educação. Então, o que aconteceu? A gente começou a ver a necessidade de formar médicos com base em metodologias ativas, e não mais só com enfoque em doenças - resgata a enfermeira, acerca do contexto da mudança nas escolas de Medicina.

Para ela, a metodologia de mesclar as aulas teóricas com a prática clínica, em uma unidade de saúde, por exemplo, tem suas vantagens e desvantagens. Esse estilo de ensino desperta nos estudantes a reflexão, a iniciativa, a crítica em relação aos

problemas do dia a dia e o raciocínio clínico; mas, em contrapartida, precisa que o aluno esteja sempre motivado — o que, geralmente, não acontece, pois cada dia de aula é diferente.

A professora explica que o PAPP, presente na grade dos estudantes desde a entrada na faculdade, vai mudando a cada semestre, de acordo com a evolução dos conteúdos em sala de aula.

— No primeiro semestre, eles conhecem a estrutura da unidade, como é que funciona o dia a dia, o que é uma ESF... num próximo semestre, começam a se aproximar do paciente, aprendem como realizar anamnese<sup>69</sup>, o conhecimento vai se tornando mais complexo. No quinto período, em que eles estão hoje, já são capazes de ter raciocínio clínico, executar exames físicos e desenvolver atividades de gestão e saúde - exemplifica Mariana, que trabalha há 7 anos na Unoeste.

Além dessas, outros aspectos são desenvolvidos quando o universitário de Medicina vivencia a prática clínica desde cedo:

— Aqui, ele está trabalhando a habilidade de desenvolver vínculo com o paciente. Quando a gente faz visita domiciliar, por exemplo, eles têm a oportunidade de conhecer a realidade do paciente, que é importante, pra não ficar só no que a pessoa chega aqui e conta pro médico.

Nessas visitas, a enfermeira avalia que ainda é possível quebrar os estereótipos de que médicos vivem uma vida de *glamour* em consultório; quando, na verdade, se deparam todos os dias com a realidade dos pacientes.

— Em Presidente Prudente, aqui pertinho, tem gente que não tem acesso a saneamento básico, à alimentação digna. Então, quando o estudante vivencia isso, é um choque de realidade, ele começa a entender que a profissão de médico é

---

69 Espécie de “entrevista” que o médico faz em consulta com o paciente, para descobrir o histórico de todos os sintomas em determinado caso clínico.

muito mais do que um simples diagnóstico, é você entender o indivíduo e os outros setores que o cercam - aponta a professora.

Aproveitei para perguntar à Mariana como Josias se comporta durante a aula e no dia a dia do PAPP.

— Ele é muito inteligente, extremamente esforçado, a ponto de a gente até precisar falar assim: “Josias, para um pouco, para um pouco”. Porque tudo bem, ele quer aproveitar isso aqui ao máximo, é o compromisso dele, mas precisa descansar também - diz Mariana, dando um sorriso.

Inclusive, é ela quem vai orientar Josias, Thaís e Otávio no trabalho de conclusão de curso — que falaremos mais adiante.

Josias e outros prounistas da turma de Medicina 2020.2 da Unoeste. Foto: arquivo pessoal



***É o que eu costumo falar: Economizar mais de 700 mil reais de mensalidade do curso todo é quase um prêmio de loteria mesmo!*** — Josias Gomes





Cerimônia do jaleco. Foto: arquivo pessoal



Ação de conscientização com a comunidade.  
Foto: arquivo pessoal



Para as aulas práticas em 2020, durante a pandemia, os alunos precisaram de equipamento de proteção reforçado. Foto: arquivo pessoal



Amigo esqueleto. Foto: arquivo pessoal

O primeiro estetoscópio. Foto: Larissa Lopes



Campeonato Interanos 2021. Foto: arquivo pessoal





Conclusão do programa de aproximação à prática profissional (PAPP), componente da grade curricular do primeiro ao quinto semestres, com a professora Mariana Oliveira. Foto: arquivo pessoal

Vivência dos alunos na prática.  
Foto: arquivo pessoal



Aula prática na Unoeste. Foto: arquivo pessoal



Turma do programa de prática médica (PPM), disciplina do quinto semestre. Foto: arquivo pessoal



Da esquerda para a direita: Isabela, Otávio, Pablo e Josias. No centro: a professora Mariana Oliveira e Thaís. Foto: Larissa Lopes

Crachá que Josias usa para entrar na universidade. Foto: Larissa Lopes



**NÃO SEI, DOUTOR, NO QUE VAI DAR**

Assim como o futuro é incerto, a música<sup>70</sup> “Doutor”, da banda Cidade Negra, fala sobre um médico e um paciente: na letra, o tal doutor precisa ajudar o eu lírico, que sente dor e medo do que pode acontecer. Não que Josias sinta medo, mas preocupação e pressa, certamente. Pressa de se inserir no mercado de trabalho, capacitar-se da melhor maneira possível, participar de pesquisas, entrar em ligas acadêmicas e ocupar-se do maior número de atividades que lhe rendam sua melhor versão como médico no futuro.

Logo em nossa primeira conversa, Josias me contou que se envolveu em duas pesquisas científicas até o momento. A primeira era a pesquisa de doutorado de um enfermeiro sobre os impactos da Covid-19 em pacientes com diabetes; nela, a participação de Josias era mais “administrativa”, fazendo a leitura e análise das fichas dos pacientes do estudo e passando os dados para o computador, onde virariam gráficos. Além de Josias, outros amigos seus também se envolveram para virarem coautores do estudo; contudo, com o desenrolar dos meses, a colaboração desandou.

— Eu sentia o processo muito confuso, não estava fluindo. Não sei nem se vai ser aprovado [o doutorado do autor], mas, se for, eu vou entrar como coautor. Eu meio que abri mão [de continuar as tarefas], porque vi que não estava andando, e não dá pra perder o meu tempo precioso nisso - explica.

Já a segunda pesquisa que tinha se envolvido era uma revisão sistemática sobre alimentos probióticos em pacientes com asma. Mais uma vez, “deu azar” de entrar em um barco que parecia confuso e desorganizado.

---

70 Letra da música da banda Cidade Negra disponível em: <https://www.kboing.com.br/cidade-negra/doutor>

— Também precisei abrir mão [de participar], porque o autor não falou mais nada comigo. Quando eu mandava mensagem, me enrolava pra marcar reunião que, no fim, a gente nunca marcou, porque ele sumiu - desabafa.

É nessas horas que Josias sente um arrependimento de não ter entrado em uma universidade pública onde, segundo ele, teria chances maiores e mais acessíveis de entrar em pesquisas.

Antes de terminar a graduação em Medicina, ainda quer tentar entrar no PIBIC, política de incentivo à pesquisa de estudantes de graduação mantida pelo governo federal que paga 400 reais mensais aos estudantes participantes. Para ser aprovado, Josias precisa ter um bom projeto de pesquisa e uma boa média na faculdade.

— Aqui é um sortilégio pra entrar [no PIBIC]. Recentemente, teve um processo seletivo que, quem passou, tinha média tipo 9.9 ou 9.8, “véi”... Eu sou, sei lá, um cara de média 9.5 ou 9.2, então fica difícil competir com esse pessoal. E eu não sou um aluno ruim nem preguiçoso, mas é muito seletivo... - avalia Josias.

Odin, seu fiel escudeiro e colega de apartamento, desenvolve uma pesquisa por meio do PIBIC; de acordo com Josias, o processo de seleção com ele foi diferente porque, como o amigo já tinha feito uma edição do PIBIC na primeira graduação na Unesp, isso entrou como diferencial para ser aceito novamente no programa.

A vontade de fazer pesquisa — e criar *portfólio* a partir da participação em estudos de outros autores — tem vários motivos, entre eles:

— Não que eu queira ser professor e ficar na área acadêmica, mas quando eu for prestar residência [processo seletivo], isso vai contar como diferencial. Mas tô satisfeito aqui [com a faculdade], só fico pensando nessa questão da

pesquisa, que é mais difícil, mas aos pouquinhos vou publicando alguma coisa aqui, outra ali... - explica, pensando no futuro.

Por falar em residência, Josias tem algumas especialidades da Medicina em mente até o momento: ortopedia, área que cuida das lesões que afetam o sistema locomotor; traumatologia, que trata de traumas no sistema músculo-esquelético, geralmente em caráter de urgência; e psiquiatria, especialidade que olha para o diagnóstico e o tratamento de transtornos mentais.

Até o final do curso, pode ser que suas opiniões mudem. A partir do próximo semestre, em 2023, Josias entrará no ciclo específico do curso, com disciplinas e atividades ainda mais relacionadas à carreira médica; como exemplo na transição entre o ciclo básico e o específico, os estudantes começarão a ter experiências práticas de cada especialidade a cada semestre, a fim de que conheçam as diferentes áreas.

Fazer parte de ligas<sup>71</sup> acadêmicas também tem ajudado Josias a aprender mais: recentemente, ele entrou para a liga de Finanças Médicas, na modalidade de ouvinte. Ocasionalmente, os organizadores da liga fazem encontros para discussão e aprendizado, que ele considera importante nessa área.

— [Na liga] a gente tem aula de finanças, essas coisas de gestão, sabe? Eu acho bom, porque em breve a gente vai ganhar relativamente bem, então temos que saber investir, administrar consultório, se quiser... - comenta o estudante.

Para completar, Josias já começou a desenvolver o tão temido trabalho de conclusão de curso. No curso de Medicina, cobrar ou não um TCC dos alunos varia de faculdade para faculdade. Segundo Josias, na Unoeste é preciso fazer porque

---

71 Associações civis livres, sem fins lucrativos, criadas e organizadas por discentes, docentes e profissionais com interesses acadêmicos em comum, que promovem aulas e atividades relacionadas à área fora da faculdade.

a instituição valoriza a produção científica.

No dia em que cheguei a Presidente Prudente para conhecê-lo pessoalmente, Josias já estava “queimando os neurônios” com os primeiros rascunhos do tema do TCC. Mais tarde, me contou que desistiu da ideia de fazer o trabalho sozinho; agora, fará junto a dois amigos que estão em seu grupo habitual: Otávio e Thaís. Com entrega final prevista para 2024, antes de entrarem no período de internato, o tema já está delineado: diagnóstico de vaginose<sup>72</sup> bacteriana em mulheres de 18 a 40 anos.



A cada semestre, Josias está mais perto de se formar — e ganhar frutos graças ao seu trabalho. Mesmo agora, enquanto ainda faltam sete períodos para chegar ao fim da graduação, sem contar com o tempo de residência, ele já pensa em caminhos para agilizar o retorno financeiro quando se formar. Ao término dos seis anos de curso, pode atuar como médico generalista, uma espécie de clínico geral, enquanto não adentrar à residência.

Uma das opções que rondam sua cabeça depois da faculdade é a revalidação do diploma em outros países.

— Por enquanto está só na ideia, mas eu pesquiso sobre isso desde que entrei na faculdade. Penso em Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia... mas isso sonhando longe, porque sei que é um processo muito difícil. Por enquanto, que estou aqui no Brasil mesmo, vou trabalhar com o que tenho, né? - reflete o estudante.

---

72 Infecção da vagina causada pelo desequilíbrio da flora vaginal, ou seja, da população de bactérias que vivem na região genital feminina. Explicação retirada do Portal Drauzio Varella, disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/mulher-2/ginecologia/como-prevenir-a-vaginose-bacteriana>

Quando está se sentindo desmotivado, cansado e, por vezes, passa pela sua cabeça desistir do curso, Josias diz que logo se lembra de onde veio e para onde quer ir.

— Confesso que às vezes dá vontade de desistir, mas eu preciso trabalhar e me manter depois... - confia o universitário.

— E como você encontra motivação quando está assim? - pergunto.

— “Josias, você é pobre”, falo pra mim mesmo. Sei que preciso de um emprego e, vou ser sincero, quero ganhar bem quando me formar... A Medicina é uma das carreiras mais promissoras pra você receber bem logo depois da faculdade - defende.



*Nunca parei pra pensar por que escolhi Medicina. Tenho uma tia que é técnica de enfermagem, talvez seja isso. Mas, acho que foi mais naquele esquema de escolher um curso difícil de passar, de desafio a mim mesmo.*

*E de onde isso vem? — pergunto.*

*Aí eu não sei... — diz, dando risada.*

## **PARTES DE MIM**

“Abre caminho, deixa o Exu passar”: é a frase que Josias coloca como status do *WhatsApp*; quem lê, pensa que ele segue a religião umbandista, como eu pensei e resolvi confirmar. Mas, na verdade, hoje Josias se identifica como ateu,

e a frase é um verso da música “Abre Caminho”, do cantor baiano Baco Exu do Blues, do qual ele gosta muito. Beyoncé, Liniker, Ivyson, Harry Potter, Jogos Vorazes e Grimm também fazem parte da galeria de gostos do jovem do estudante, que prefere Beyoncé para dar força e Ivyson para ouvir enquanto toma banho.

Outro *hobby* que mantém é o compartilhamento de seu dia a dia nas redes sociais. Ele tem dois perfis: um pessoal e o outro mais focado em ser uma espécie de “diário” da carreira médica; já tem fotos de jaleco, fotos da turma do estágio e até registros de exames físicos que já aplicou, como aferição de pressão e intubação — esta última realizada num boneco. Ainda, gosta de compartilhar um pouco de seus treinos na academia, que se tornaram diários.

Durante o período que estive com Josias, o *status* “online” raramente saiu de seu *Whatsapp*. Isso porque ele tem a habilidade de responder rapidamente quem o chama pela rede social; foi assim em nosso contato também. Ao longo do dia, diversos amigos enviaram mensagem tirando dúvidas, perguntando sobre resumos do curso, entre outras coisas, e ele estava lá para responder. Inclusive, ajudou uma amiga da época do cursinho, a Wendy, a separar a documentação para estudar na Unoeste; ela havia passado, em setembro, no processo seletivo do ProUni para também estudar Medicina — assim como o amigo.

A escolha de continuar na faculdade acontece todo dia quando, ao invés de faltar à aula, Josias aparece no campus verde da Unoeste; quando, cansado de estudar processos do corpo humano, tenta se distrair um pouco para depois retornar, porque aquela matéria faz parte da trajetória de sua capacitação.

Na manhã de 7 de setembro de 2022, bicentenário da Independência do Brasil, e quando me despedi de Presidente

Prudente, Josias pôde dormir até mais tarde — porque não haveria aula. Na verdade, não descansou totalmente; as matérias já começavam a se acumular e resolveu estudar Farmacologia. Semanas de feriado são atípicas. Mas, numa semana letiva comum, com aulas de segunda a sexta durante o dia todo, os sonhos de Josias precisam falar mais alto para vencer o cansaço. E continuar estudando.

•••

Josias é o primeiro da família a chegar ao ensino superior. A mãe, por não conseguir estudar na idade considerada adequada, finalizou a educação básica por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já o pai, precisou parar os estudos no 6º ano do fundamental, a antiga 5ª série. “Mas ele sabe ler”, diz Josias. A barreira que o estudante mineiro rompeu, encontra eco nas histórias de outros jovens brasileiros.

CAPÍTULO 9

# **NOVOS BENEFICIÁRIOS**



# 9

No apagar das luzes de 2021, a legislação do ProUni estava prestes a sofrer uma alteração estrutural. No dia 6 de dezembro, era publicada a Medida Provisória<sup>73</sup> n° 1075, uma norma com força de lei editada pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro.

A MP previa, principalmente, a adição de um novo grupo de estudantes na lista de beneficiários do programa: estudantes que cursaram o ensino médio em escolas privadas sem terem sido bolsistas agora poderiam concorrer às bolsas do ProUni; além deles, foram incluídos os estudantes bolsistas parciais de escolas privadas durante o ensino médio. Até a última legislação, só poderiam se candidatar os estudantes de escola pública ou de escola privada na condição de bolsistas

---

<sup>73</sup> Documento disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9049825&ts=1662762351016&disposition=inline>

integrais, ou seja, que não custeavam qualquer valor.

Outros pontos também foram tocados: a exclusão permanente da modalidade de bolsa de 25%, que havia sido adicionada à Lei de 2005 por meio de emenda; mudanças em relação à trajetória acadêmica do estudante, como a impossibilidade de transferência da bolsa quando 75% da carga horária do curso tiver sido atingida; alteração na política de cotas destinada a pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, fazendo com que o percentual de cada grupo, usado para o cálculo das vagas de cotas, seja considerado de forma separada, e não em conjunto, como era antes; e outras modificações pontuais.

Com a MP, as resoluções começaram a valer a partir de 7 de dezembro de 2021, exceto a mudança quanto aos estudantes de escolas privadas que, se aprovada pelo Congresso, passaria a valer a partir de 1º de julho de 2022.

Tão logo foi publicada, a Medida Provisória repercutiu na mídia, na sociedade civil e nos movimentos estudantis. A opinião que todo mundo queria ouvir, em primeiro lugar, era a do criador do ProUni, Fernando Haddad. Em entrevista para reportagem do Jornal da Cultura, no dia 7 de dezembro de 2021, Haddad disse que a mudança foi um retrocesso. Já em entrevista para a jornalista Daniela Lima, da CNN, o ex-ministro afirmou que o “ProUni, como foi concebido, não existe mais”.

A justificativa<sup>74</sup> dada pelo governo federal, na figura do MEC, foi a ampliação da entrada de jovens no ensino superior, a inclusão de estudantes de famílias que foram prejudicadas pela crise econômica durante a pandemia e, ainda, o preenchimento das vagas ociosas de cada processo seletivo — ou

---

74 Em entrevista ao podcast “E tem mais - com Carol Nogueira”, da CNN, o então secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas, falou sobre as justificativas da MP 1075/21. Disponível em: <https://youtu.be/j2lHzkBfYMc>

seja, dar uso às bolsas que eventualmente sobravam.

Em defesa da MP 1075/21, o MEC se armou de medidas para que as mudanças fossem justificadas. Em primeiro lugar, frisou que o critério socioeconômico do programa foi mantido: nada foi mudado quanto ao candidato precisar comprovar renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio, para bolsa integral, e de até três salários mínimos, para bolsa parcial. Em segundo lugar, que os critérios de desempenho, como a média de 450 pontos no Enem e a nota da redação maior que zero, também foram mantidos. E, em terceiro, que haveria uma ordem de classificação para o acesso às bolsas, a fim de não prejudicar os estudantes de escolas públicas que, é claro, tiveram um ensino diferente dos de escolas privadas.

Quem também se posicionou foi a UNE, organização que participou ativamente da criação do programa. No dia da publicação da MP, a UNE publicou uma nota<sup>75</sup> que dizia: “O ProUni foi uma política fundamental para a popularização do acesso ao Ensino Superior e agora uma MP autoritária assinada por Bolsonaro, após o corte de um terço de suas bolsas ofertadas em relação ao ano anterior, sem nenhuma consulta aos movimentos educacionais aumenta ainda mais a fragilidade dos estudantes bolsistas que ficam à mercê de conglomerados de ensino que só visam o lucro e veem os estudantes apenas como números, sem garantir uma educação de qualidade”.

Num cenário de certa forma polarizado quanto às mudanças, viam-se figuras públicas e entidades em apoio à Medida Provisória, e de outro lado quem a não via com bons olhos. Um dos argumentos do lado que não apoiava a inclusão de jovens de escolas privadas — como bolsistas parciais

---

75 Nota da UNE disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2021/12/notaProUni.pdf>

ou pagantes — foi o fato de que, hoje, mais de 80% dos alunos da educação básica estão na rede pública de ensino, de acordo com o Censo Escolar, divulgado<sup>76</sup> em janeiro de 2022.

Segundo a doutora em Educação e pesquisadora do ProUni, Fabiana Costa, o programa está recebendo críticas — a partir da MP de dezembro de 2021 — exatamente como recebeu em 2004, quando nem havia sido lançado. Para ela, o programa virou realidade porque existiram pessoas que pararam para analisar o impacto que a política teria, a nível nacional, à parte da discussão entre público e privado.

Além disso, Fabiana destaca que, diante do cenário atual pós-pandemia, em que estudantes passam por dificuldades sociais e econômicas, não se pode “punir” o candidato que tem menor poder aquisitivo pelo fato de ter cursado o ensino médio em escola privada.

— Não dá pra responsabilizar o indivíduo por uma questão que é estrutural. Então, como você fala para um pai que se dedica a pagar a mensalidade do filho [na escola], para ele ter uma educação melhor, que o filho dele não tem direito [à bolsa] porque pagou mensalidade. Às vezes é uma família que tira comida da panela para poder garantir o estudo. E aí o pai falaria: “Mas eu paguei com toda dificuldade do mundo”. E por que ele não tem direito ao programa de bolsas se a família se enquadra no critério socioeconômico? - questiona.

Para Fabiana, a medida do governo federal se sustenta justamente pela não mudança do requisito de renda.

— O preocupante seria alterar o critério, aí seria crucial. O ProUni perderia totalmente a sua função social de colocar jovens de baixa renda na universidade. Mas, para o aluno que paga mensalidade, se esse aluno se enquadra dentro dos critérios sociais, honestamente eu acho que seria até purismo não

---

76 E repercutido pela revista Exame, disponível em: <https://exame.com/brasil/matriculas-na-rede-privada-despencam-em-2021-veja-dados-do-censo-escolar>

deixar que ele tenha acesso - opina.

Por outro lado, ela reconhece a diferença de ensino e oportunidades que um aluno de escola pública teve, em comparação a um aluno de escola privada.

— Eu sou defensora da escola pública, mas a gente sabe das dificuldades, como a desvalorização dos professores, a questão da infraestrutura... Só que, às vezes, o estudante é de uma escola privada de bairro em que os pais “se matam” para pagar, os dois assalariados... Como ele não pode ter o mesmo direito? Quando se diz respeito à política educacional, eu sempre olho para quem vai ser beneficiado - declara a pesquisadora.

***Se eu tivesse comprado a narrativa do “purismo” em 2004, falaria que o ProUni não valia nada e não teria apoiado. Mas, na época, eu fui a que falei: “Espera aí, calma aí, gente, vamos ver melhor esse programa...”*** — relembra Fabiana Costa, mestra e doutora em Educação

Para o advogado Bruno Coimbra, é natural do ser humano — e, em extensão, das entidades sociais — ver mudanças como traumáticas, ainda que tragam aspectos positivos. O especialista defende a mudança e olha, principalmente, para o prejuízo de um cenário com bolsas sobrando.

— Hoje, nós estamos numa situação que, eventualmente, sobram bolsas. Isso é péssimo para todo mundo: é ruim para o MEC, é ruim para as instituições e péssimo para o estudante, que tem o ProUni como única alternativa - aponta o advogado, em referência à justificativa do governo sobre as vagas ociosas.

O criador do ProUni se mantém crítico à Medida Provi-

sória. Em entrevista via telefone, em junho de 2022, Haddad me disse que autorizar a mudança é como “fraudar” a política pública.

— Nós tínhamos admitido [em 2005] a participação de alunos de escolas privadas no ProUni, desde que fossem bolsistas, porque aí você evitava fraude. O que o governo fez foi admitir alunos pagantes de escolas privadas, e aí você tem todo um espaço que antes não existia para fraudar o programa - defende.

Sobre a fraude ao programa a qual se referiu, o ex-ministro bate na tecla da desigualdade entre alunos de escola pública e privada.

— Abrir esse espaço é permitir brechas de competição desigual, competição sem paridade. E o grande objetivo do ProUni foi criar condições de paridade, porque a disputa é sempre interessante, mas desde que haja condições iguais. O mesmo vale para reserva de vagas para alunos de escolas públicas nas universidades federais, sempre na ideia de garantir paridade. Para a gente falar de mérito, tem que garantir isso. O pessoal fala tanto em mérito, mas não leva em consideração a igualdade de condições - ressalta o criador do programa.



No mesmo dia da edição da Medida Provisória, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, recebeu quatro pedidos — de autoria de seis parlamentares — para devolução da MP. Na prática, os deputados Túlio Gadelha (PDT/PE), Tabata Amaral (PSB/SP), José Guimarães (PT/CE), Bohn Gass (PT/RS) e a Professora Rosa Neide (PT/MT), além do senador Paulo Rocha (PT/PA), queriam que Pacheco devolvesse a MP à presidência da República, ou seja, que rejeitasse a proposta.

## NOVOS BENEFICIÁRIOS

Dentre os motivos apresentados pelos parlamentares estavam a falta de urgência e relevância da MP, já que, segundo a Constituição Federal, para editar uma Medida Provisória é necessário que o tema seja de extrema urgência, algo “que não possa esperar” e tenha de entrar em vigor imediatamente. Além desse motivo, os parlamentares apontaram que a MP descaracteriza o ProUni e cria um cenário desigual para os estudantes de escolas públicas.

Paralelamente, em 10 de dezembro de 2021, a MP 1075/21 registrou 57 propostas de emenda, de autoria de parlamentares de diversos partidos. Em 23 de dezembro, antes do recesso, a redação da Medida Provisória foi finalizada já com a adição das emendas.

Já em março de 2022, Rodrigo Pacheco prorrogou a vigência da MP em 60 dias, concedendo assim, mais tempo para a tramitação no Congresso. Até a metade de maio, a proposta tramitou entre as casas legislativas, foi discutida e revista. Em 25 de maio de 2022, foi sancionada e publicada no Diário<sup>77</sup> Oficial da União a Lei<sup>78</sup> nº 14.350, pelo então presidente da República Jair Bolsonaro, colocando fim à discussão no Congresso e tornando oficiais as mudanças previstas anteriormente.

A nova lei deixou mais clara a ordem de classificação que tinha sido prevista na MP. Antes de conhecer os aprovados em cada processo seletivo, o sistema do ProUni organizará, a partir da nota do Enem, a lista de candidatos. Em primeiro lugar, aplicando os critérios de cotas para estudantes com deficiência e, em seguida, de professores da rede pública. Depois, os critérios de classificação seguirão a seguinte ordem:

---

77 Documento oficial disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.350-de-25-de-maio-de-2022-403313380>

78 Resolução oficial disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/114350.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114350.htm)

## VAGAS ABERTAS

- a) alunos que fizeram todo o ensino médio na rede pública;
- b) alunos que dividiram o ensino médio entre a rede pública e a privada, com bolsa integral;
- c) alunos que dividiram o ensino médio entre a rede pública e a privada, com bolsa parcial ou sem bolsa;
- d) alunos que fizeram todo o ensino médio na rede privada, com bolsa integral;
- e) alunos que fizeram todo o ensino médio na rede privada, com bolsa parcial ou sem bolsa<sup>79</sup>.

Dentro dessa lógica, estudantes de escolas públicas serão priorizados frente a todos os outros grupos; a sequência será seguida quando se esgotarem os candidatos do grupo prioritário anterior. Por exemplo: quando todos os estudantes de escola pública tiverem sido classificados para as bolsas, será a vez dos estudantes que dividiram o ensino médio entre a rede pública e a privada na condição de bolsistas. Dessa forma, teoricamente, alunos de escolas públicas não estão competindo de forma direta com alunos de escolas privadas, já que esses estão por último na ordem de prioridade.

Regulamentadas por decretos e portarias, as mudanças começaram a valer a partir de julho de 2022, quando se iniciou o segundo processo seletivo do ProUni no ano.

### **CORRIDA CONTRA O TEMPO**

No dia 27 de julho de 2022, às nove horas da manhã, foram reunidos em uma sala do aplicativo *Zoom* cerca de cem representantes de instituições de ensino privadas. O objetivo

---

<sup>79</sup> Texto integral retirado do portal Agência Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/ampliacao-do-prouni-aprovada-no-senado-e-sancionada>

era conhecer e tirar dúvidas sobre a nova legislação do ProUni, que começou a ser desenhada em dezembro de 2021 e não parava de receber atualizações. O curso “Novo ProUni”, da ABMES, tinha o advogado Bruno Coimbra como um dos tutores, que conduziu um dos dois dias de aprendizado. Horas antes de o curso começar, Bruno “madrugou” para ler atentamente a Portaria nº 524 e o Decreto nº 11.149 — ambos de 26 de julho de 2022 — e trazer as resoluções explicadas aos participantes. Eu era uma delas, interessada em entender o que efetivamente mudaria em um dos principais programas educacionais do País.

“Pessoal, eu gosto de dar boa notícia, mas não estou conseguindo”, disse Bruno, em determinado momento da aula. O clima era de tensão e preocupação entre os representantes e gestores das IES, já que seriam muitas as mudanças para assimilar e cumprir às vésperas do início do processo seletivo. Outro ponto que preocupava os gestores eram as mudanças no processo seletivo específicas para as instituições sem fins lucrativos — que, como não são o foco deste trabalho, não serão aprofundadas aqui.

A essa altura, em 27 de julho, já era para as inscrições do ProUni terem sido abertas, permitindo que os estudantes se candidatassem às vagas e assim por diante. Mas isso só aconteceu no dia 1 de agosto, por atrasos do MEC. Elas foram prorrogadas até o dia 5 do mesmo mês.

Em anos anteriores, o segundo processo seletivo do ProUni começou antes: em 2021, foi de 13 a 16 de julho; em 2020, de 14 a 17 de julho; e, em 2019, última referência antes da pandemia, foi de 11 a 14 de junho.

Na linha de frente do trabalho, do ponto de vista das instituições de ensino, a ex-gestora Celestina Tacchi avalia que, nos últimos anos, é como se o ProUni estivesse sempre correndo contra o tempo. A profissional trabalhava envolvida

com o programa há 9 anos e atuava, até setembro de 2022, em uma instituição de ensino superior privada de Minas Gerais. Para ela, os problemas e atrasos viraram comuns nos últimos processos seletivos.

— O ProUni era um sistema muito tranquilo, muito “fechadinho”, sempre dava tudo certo. E era exemplar, mesmo sendo antigo. Mas, de uns tempos pra cá, está muito difícil mesmo, espero que eles [o MEC] acertem, né? Porque atrasa todo mundo, ainda mais o ingresso do aluno nas aulas - aponta a ex-coordenadora de bolsas e financiamentos.

E, com as mudanças recentes na legislação e na condução do processo, mais problemas foram registrados. Pelo período de 97 dias, acompanhei um grupo de *WhatsApp* dos gestores que participaram do curso da ABMES e vi, de perto, as ocorrências que relataram. Sistema que não carregava as informações, mensagens de “erro interno” e “sistema em manutenção”, indisponibilidade<sup>80</sup> na rede e listas de candidatas duplicadas foram alguns dos problemas relatados.

— Além dos atrasos, ficamos vários períodos sem acesso, porque o sistema estava fora do ar. Eles [o MEC] estavam organizando as listas de alunos e aí divulgavam só para os alunos e não para a faculdade, falavam que ia sair no dia tal e passava de uma semana para outra. Então, esse semestre parece que, pela transição que eles estão fazendo na parte estrutural, acabou acontecendo isso - conta Celestina.

Pelo grupo no aplicativo de mensagens, pude ver que alguns representantes de instituições, inclusive, reportaram os problemas ao MEC por meio do envio de *e-mails* explicando a ocorrência.

Em resposta, ao longo de todo o segundo processo seletivo do ProUni em 2022, o MEC publicou diversas notas

---

80 Problema esclarecido pelo MEC por meio de nota, disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/nota-de-esclarecimento/indisponibilidade-na-rede>

de esclarecimento em relação às instabilidades. As explicações eram disponibilizadas no site<sup>81</sup> oficial do governo federal.

Contudo, coube às instituições lidarem com as ocorrências conforme iam acontecendo. Celestina conta que muitos alunos aprovados no processo só vão iniciar as aulas em fevereiro de 2023, mesmo tendo conseguido a bolsa para o segundo semestre de 2022.

Isso porque, diante dos atrasos na inscrição, nas listas e na edição, de forma geral, o estudante perderia muito conteúdo ao entrar no curso em setembro, um mês depois do início das aulas; em alguns casos, perderia até avaliações e outras atividades. A solução usada por Celestina e por outros gestores, pensando no aluno, é “adiar” a bolsa.

— A gente teve que fazer aquele processo de “aceite”, de fazer a concessão e, logo depois, fazer a suspensão da bolsa, para o aluno ingressar só em janeiro de 2023. Além do volume de conteúdo que o aluno ia perder, a gente pensa no tanto de faltas que ele teria se o colocássemos na sala de aula no meio do semestre letivo - defende a profissional.

Para conter os danos que já estavam acontecendo, o MEC decidiu prorrogar também os períodos de entrega de documentos dos candidatos. Como noticiado<sup>82</sup> pelo portal G1, em 7 de outubro de 2022, até um dia antes do prazo previsto em edital algumas universidades não tinham recebido do MEC a lista dos estudantes aprovados. De acordo com apuração do portal e da repórter Luiza Tenente, esse foi o quinto problema registrado da edição 2022.2 do ProUni.

---

81 Lista de notas de esclarecimento disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/nota-de-esclarecimento>

82 Matéria do portal G1 disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/10/07/prouni-2022-prazo-para-entrega-de-documentos-dos-aprovados-na-lista-de-espera-e-prorrogado.ghtml>



CAPÍTULO 10

**DIGA-ME  
COM  
QUEM  
ANDAS...**



# 10

E eu te direi quem tu és... O ditado popular é bastante utilizado quando alguém quer dar uma lição de moral e fazer referência a más companhias. Neste caso, levo-o como complemento de uma teoria — nada científica, mas empírica — que carrego comigo desde que me tornei bolsista do ProUni.

É simples e direta: prounista atrai prounista. Comecei a acreditar fielmente nisso quando, durante a graduação, me dei conta de que havia conhecido um número considerável de bolsistas da minha própria faculdade, mas também de fora dela. Alguns que estudaram comigo no ensino médio e, assim como eu, viram no programa uma oportunidade. Outros que conheci por acaso, fazendo *networking* e “jogando papo fora” pelos corredores da faculdade — quando só depois de um tempo conversando, o ProUni entrava em pauta.

Em meu primeiro dia de aula, era uma segunda-feira

com sensação de mormaço, afinal estávamos no verão, mais precisamente no dia 18 de fevereiro de 2019. Minha bolsa do ProUni era para cursar Jornalismo no período noturno, o que aceitei prontamente, pois me daria mais chances no mercado de trabalho. Contudo, horas antes de sair de casa para o fatídico “primeiro dia de aula”, que começava às 19h, recebi uma ligação da faculdade.

A atendente da secretaria me disse que o período noturno não tinha atingido o número mínimo de matriculados, o que inviabilizava a abertura de uma turma; com essa notícia, eu teria duas opções: mudar para o período matutino ou trancar a matrícula e começar a cursar Jornalismo somente no semestre seguinte, em agosto. Como quem pensa “eu já esperei muito por isso”, imediatamente respondi que trocava de turno. O único problema é que tinha perdido o primeiro dia de aula e a apresentação da faculdade aos calouros, como são chamados os alunos ingressantes. Ficou decidido que eu poderia ir à noite para acompanhar a dinâmica.

Horas depois, vesti uma calça jeans de sarja preta, camiseta branca, tênis preto e mochila preta nas costas. Tirei uma foto com o celular para deixar essa memória guardada como parte do ritual de “primeiras vezes”. Lembrei até de quando minha mãe me arrumou para ir ao primeiro dia no ensino fundamental, em 2008, colocando uma faixa no meu cabelo para que não saísse do lugar.

Peguei o ônibus em direção à estação Conceição, na linha azul do metrô de São Paulo. Em 25 minutos, já passava a catraca e me dirigia à Vila Mariana, onde a FAPCOM, minha nova casa, fica localizada. Alguns minutos de caminhada depois de sair da estação e cheguei ao prédio. Ninguém explica a sensação daquele momento.

Pedi informação a um funcionário e ele me disse para ir ao auditório, onde eu poderia chegar de elevador, bastava

descer dois andares. E foi dentro do elevador que cruzei com Kedyna, uma caloura de Relações Públicas, com a mesma idade que a minha e, mal sabia eu, a mesma origem: o ProUni. Só descobri essa informação mais tarde naquela noite, quando estávamos sendo conduzidos por um professor para um *tour* pelas dependências do campus. O fato é que eu estava apreensiva em fazer novas amizades e logo a primeira pessoa que me apareceu foi a Kedyna, que também era prounista. Ela foi a primeira “prova” de que a minha teoria existe e faz sentido — pelo menos para mim. Neste capítulo, você vai conhecer, além dela, outras nove pessoas que comprovam essa teoria — amigos que dividiram comigo a mesma escola do ensino médio, amigos da vida e amigos da faculdade. Todos são prounistas e residentes no estado de São Paulo, afinal, é o estado onde nasci.

Foto: arquivo pessoal



## **ANA BEATRIZ FEITOSA**

Depois do ensino médio, Ana Beatriz Feitosa, alagoana de 24 anos, precisou de um ano para trabalhar e recalcular a rota. Residente em São Paulo, ela estudou em escola pública desde o 2º ano do ensino fundamental e, como é comum

entre os estudantes nessa fase, fez cursinho pré-vestibular para tentar compensar o que não foi tão bom assim — aulas vagas por falta de professor, defasagem no ensino entre outros problemas.

Entrou na FAPCOM para cursar jornalismo e graças ao ProUni. Com 50% de bolsa, a chamada bolsa parcial, ainda

precisava pagar cerca de 800 reais todos os meses para estudar; por vezes, a situação apertava e as mensalidades atrasavam.

“Eu trabalhava pra pagar a faculdade, meu salário do estágio era destinado a isso. Quando a pandemia chegou, meu salário foi cortado pela metade; terminei a faculdade graças ao auxílio emergencial”, conta. A opção pela bolsa parcial foi “forçada”: segundo ela, a nota do Enem que tinha só daria para concorrer nessa categoria, já que para as bolsas integrais (100%) as notas de corte são, na maioria das vezes, mais altas.

Formada em 2020, Ana Beatriz demorou cerca de um ano para encontrar um emprego com salário compatível à sua formação. Hoje, é assessora de imprensa em uma agência de comunicação. Além dela, a tia Aline Feitosa, de 34 anos, formou-se em Serviço Social pelo programa.



Foto: arquivo pessoal

## DANIEL OJEDIRAN

Com raízes nigerianas, Daniel Olayinka Damola Olanrewaju Ojediran, de 22 anos, queria seguir os passos do irmão mais velho e nutria o sonho de entrar na universidade, só não sabia ao certo para qual curso. Terminado o ensino

médio, sua nota no Enem 2016 era suficiente para passar em faculdades de outros estados por meio do SiSU; porém, os pais disseram que não haveria dinheiro para pagar a mudança e a manutenção da rotina em uma nova cidade. Sendo assim, Daniel partiu para o mercado de trabalho — e outras oportunidades de aprendizado.

Em julho de 2017, passou no processo seletivo do Instituto PROA, uma plataforma que dá cursos gratuitos e ajuda jovens de baixa renda a ingressarem no mercado de trabalho; segundo o site do programa, mais de 10 mil pessoas<sup>83</sup> já se formaram desde o ano de criação, em 2007. Formado no curso, Daniel conseguiu uma oportunidade de trabalho como jovem aprendiz em um hospital. Era hora de retomar o sonho da faculdade.

“Eu já vinha me frustrando por fazer o Enem e não conseguir nenhuma vaga. Foquei no trabalho em 2018, fui efetivado e promovido a assistente”, conta. Com o aumento de salário, pensou que finalmente daria para custear pelo menos metade da mensalidade de uma faculdade privada.

Nesse cenário, o ProUni surgiu como o caminho: com bolsa de 50%, Daniel começou a cursar Publicidade e Propaganda na FAPCOM em fevereiro de 2019. Hoje, é analista de planejamento júnior em uma empresa de tecnologia, fala quatro línguas — português, inglês, espanhol e iorubá — e está próximo de conquistar o diploma universitário.



Foto: arquivo pessoal

### **DOUGLAS CAMPIELLI**

No bairro Parque Bristol, localizado no distrito do Sacomã, zona sul da capital paulista, um dos supermercados pede que você deixe sua mochila ou bolsa no guarda-volumes antes de entrar para fazer suas compras. É a estraté-

---

83 Informação retirada do site do projeto PROA. Disponível em: <https://www.proa.org.br/quem-somos>

gia utilizada pelo dono do comércio para não sair no prejuízo, já que, na região, uma das lutas é pela sobrevivência. Nessa realidade, como um jovem pensará em ensino superior? Douglas Gomes Campipelli, de 21 anos, teve oportunidades como o ProUni e hoje é uma “exceção”.

Bolsista integral, Douglas não precisou pagar um centavo à faculdade para se tornar tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas, formado em 2021 pela Universidade Paulista (UNIP). Em 2019, recém saído do ensino médio, esperou o segundo processo seletivo do ano, em julho, para tentar uma vaga no programa; assim, segundo ele, suas chances de passar foram maiores. Além disso, disputou a bolsa do ProUni no recorte destinado às pessoas pretas, pardas e indígenas, uma das políticas de cota do programa.

Diferente da maioria dos estudantes, não fez cursinho pré-vestibular: formou a bagagem a partir do que absorveu no ensino fundamental e no ensino técnico integrado ao ensino médio — ambos em escolas públicas. “Depois do ensino médio, precisava arrumar um emprego, já que não ia ‘rolar’ a faculdade [no momento]. Comecei a trabalhar no que tinha vaga, fazendo entregas de marmitas. Comi o pão que o diabo amassou”, relembra e dá risada.

Na escolha do curso, Douglas precisava de uma solução que trouxesse retorno financeiro o quanto antes: logo, pensou em curso tecnólogo, que teria menor duração. Em 2020, quando a pandemia impôs o ensino remoto, sentiu dificuldade em manter o mesmo foco; acabou ficando de “DP”, a chamada dependência, em uma disciplina de programação.

Já no mercado de trabalho, chegou a sentir que nunca entraria na área de formação: entrevista após entrevista, “não” atrás de “não”; por vezes, se sentiu discriminado pelos entrevistadores por causa do bairro onde mora. Até que, quase um ano depois de formado, foi contratado como técnico

de suporte em tecnologia da informação (TI) por uma empresa de importação e comércio, enfim atuando na área que escolheu como profissão.

Foto: arquivo pessoal



## **EDUARDO CARDOSO**

Fez o Enem e entrou: a história de Eduardo Nascimento Cardoso, de 22 anos, para chegar à faculdade foi um pouco mais rápida que a da maioria dos estudantes de escola pública. Na única vez que fez o Enem, em 2017, atingiu

uma boa nota e se inscreveu no ProUni. Não deu outra: em fevereiro de 2018 já estava matriculado com bolsa de 100% para cursar Publicidade e Propaganda na FAPCOM.

Eduardo mora em Mauá, município da Região Metropolitana de São Paulo, e estudou toda a educação básica em escola pública. Fez o ensino médio no período noturno e sentiu a diversidade de perfis dos colegas de turma: pessoas da sua idade, entre 15 e 17 anos, alunos “repetentes” e alguns que já trabalhavam. Todo dia, a pauta das aulas virava o vestibular e o futuro dos alunos. “Nessa época, pesquisei todas as formas de entrar na faculdade sem pagar. Eu precisava saber, porque não teria dinheiro pra pagar”, diz.

Apaixonado por comunicação, Eduardo agarrou a faculdade com unhas e dentes e “fez tudo o que tinha direito”: participou de quase todos os eventos e palestras, escreveu um artigo sobre linguística pelo Programa de Iniciação Científica da faculdade e tirou nota 10 no trabalho de conclusão de curso.

Quanto ao mercado de trabalho, as portas não foram tão abertas. Durante a faculdade, os estágios se mostraram escassos; formado em 2021, levou cerca de seis meses para conseguir um emprego efetivo na área de redação. Hoje, faz pós-graduação em jornalismo digital — outro campo pelo qual se interessa — e sonha em fazer mestrado em Portugal.

Foto: arquivo pessoal



## GABRIEL MONTEIRO

Depois de ser aprovado em dois vestibulares da escola técnica, o Enem seria mais uma prova para Gabriel da Cruz Monteiro, de 21 anos, morador do bairro de Heliópolis, a maior favela de São Paulo. Mas, dessa vez, seria diferente: “O momento de ver a nota é como se fosse a resposta de tudo”, diz o estudante, que sempre sentiu uma autocobrança em relação ao futuro.

Gabriel gostava de história e geografia durante o ensino médio e, mesmo estudando numa Escola Técnica Estadual (ETEC), viu a necessidade de fazer um cursinho pré-vestibular para passar na faculdade — o que não foi fácil. “O terceiro ano foi o pior da minha vida. Quando eu estudava um pouco menos, ou não estudava, sentia culpa”, relembra. Diante da realidade em que vivia, o FIES não seria uma opção, já que teria de quitar a dívida estudantil ao término do curso; sobram, então, as alternativas do SiSU e do ProUni.

Em 2019, com o curso de Relações Públicas em mente — descoberto por meio de um teste vocacional durante o ensino médio —, checkou a nota de corte da USP no SiSU;

segundo ele, estava parecida com a do curso de Medicina, ou seja, inalcançável naquele momento. Foi aí que o ProUni se mostrou como oportunidade: sua nota bastava para conquistar uma vaga em uma faculdade privada. Em fevereiro, já estava matriculado com 100% de bolsa na FAPCOM.

Hoje, Gabriel está perto de completar o curso e se tornar bacharel, com a certeza de que nunca vai parar de estudar. Politizado e crítico, valoriza o programa que deu a ele a chance de estudar, mas sente falta de outras políticas. “Você colocou uma pessoa na faculdade, mas e aí? E depois?”, reflete o universitário ao pensar no mercado de trabalho, um dos temas que mais o preocupa.

Foto: arquivo pessoal



### ISABELLE STOFEL

O sonho era cursar *Design* na faculdade e continuar o aprendizado que teve no curso técnico de Comunicação Visual. Isabelle Stofel, de 19 anos, almejava a USP, que só dispõe de oito vagas na categoria de ampla concorrência no

SiSU. Tentou conciliar o cursinho pré-vestibular no último ano do ensino médio, mas a pandemia veio e deixou tudo ainda mais complicado. O Enem de 2020 foi marcado pelo uso de máscara nas salas de prova — e pelas incertezas do futuro.

Então, a estudante resolveu se dedicar ao cursinho em 2021 para aumentar sua média no Enem. “O ano de cursinho foi o mais estressante da minha vida. Você estuda, estuda, estuda e parece que o conteúdo não acaba, é muito pesado”, relembra. Isabelle fez o exame novamente e conseguiu uma

boa nota, mas, ainda assim, a USP estava distante. Foi aí que o ProUni surgiu como oportunidade.

De quatro vagas ofertadas pela PUC-SP, uma foi dela para, enfim, estudar *Design*; passou em primeiro lugar. Quando entrou, em abril de 2022, as aulas já tinham começado, o que a fez se sentir perdida e prejudicada. Todos os anos, o processo seletivo do ProUni tem atrasos desse tipo, que prejudicam a trajetória do bolsista. Contudo, recebeu a ajuda dos colegas para recompensar o tempo perdido.

Além da bolsa, Isabelle tem outros benefícios concedidos pela PUC, como a bolsa alimentação e a bolsa xerox. Os auxílios “extras” dão direito a ela de fazer uma refeição por dia no restaurante da faculdade e, também, de imprimir materiais na biblioteca — de forma gratuita.

Foto: arquivo pessoal



## **KEDYNE FERNANDA**

Filha de professor, Kedyne Fernanda Barbosa da Silva, de 21 anos, cresceu num contexto de valorização da educação e sabendo que teria de correr atrás dela. Quando chegou ao fim do ensino fundamental, frequentou um cursinho preparatório para passar na escola técnica. Passou e se formou em *Marketing* junto ao ensino médio.

O próximo passo seria a faculdade, que era mais uma cobrança própria do que da família. Até então, queria cursar Economia, mas foi numa feira de profissões da USP que descobriu que, na verdade, o universo das Relações Públicas a aguardava. Prestou Enem e vestibulares de universidades

públicas; chegou a avançar para a segunda fase da Fuvest, exame de seleção da USP, e passar na quarta chamada da Unesp. Mas foi o ProUni quem proporcionou oportunidade e “conforto”: com a bolsa do programa, na FAPCOM, ela não precisaria se mudar de cidade, despendar recursos financeiros, ficar longe da família entre outras coisas.

Durante a graduação, Kedyna aponta a pandemia de Covid-19 como a maior dificuldade, já que cursou o segundo e o terceiro anos de forma *online* — o que prejudicou o ritmo de aprendizado e trouxe desânimo. De volta à rotina presencial, ela valoriza os conteúdos teóricos que teve no curso e a convivência com os amigos. Hoje, trabalha como estagiária em uma agência de *live marketing*.

Na família, a alegria de estar no ensino superior foi em dobro, porque Kedyna passou com 100% de bolsa pelo ProUni assim como seu irmão, que escolheu Serviço Social como carreira. Dentro de alguns meses, os dois estarão formados pelo programa.

Foto: arquivo pessoal



## MARIANA CARVALHO

“Oportunidade” é a palavra que define a trajetória de Mariana Rodrigues de Carvalho, de 24 anos. Quem diz isso é ela mesma, quando pensa na série de boas oportunidades que teve: a bolsa de 100% que conquistou pelo ProUni,

os lugares que teve a chance de trabalhar até hoje e a bolsa integral para cursar o ensino médio em uma escola privada. Terminada a educação básica, Mariana reservou um ano para

trabalhar, reforçar os estudos em um cursinho pré-vestibular e decidir a carreira — motivada por professores, ela já pensou em ser professora e engenheira ambiental. Assim, sua rotina era trabalhar em um *call center* por seis horas e estudar no restante do dia. Quando as contas apertaram em casa, ela precisou deixar o cursinho e estudar sozinha.

Com a nota do Enem 2016, ela viu a porta da faculdade se abrir: graças ao ProUni, cursaria Relações Públicas na FAP-COM, com a garantia de não ter uma dívida mensal. “Minha professora disse que, no primeiro dia de aula, eu não parava de sorrir. Eu realmente tava muito feliz”, lembra. Durante o curso, o primeiro problema foi conciliar o emprego com a faculdade; pediu demissão e foi atrás de um estágio, pois ficar sem trabalho — e sem salário — não era uma opção.

Estagiou numa empresa de inserção de jovens no mercado de trabalho, numa Unidade Básica de Saúde (UBS) e no Sesc Pompeia, sendo essa a oportunidade que mais enche seus olhos. “Minha família inteira parou no ensino fundamental, então eu já quebrei várias barreiras. Mas tinha medo de me formar e não ter emprego depois, principalmente por ser negra; inclusive, muitas vezes fui a primeira pessoa negra da área [nas empresas]”, pontua. Hoje, ela trabalha como analista de relacionamento júnior.



Foto: arquivo pessoal

## MATHEUS SANTANA

A emoção de conquistar uma vaga na universidade é grande. Ainda mais quando essa vaga estaria distante se não fosse por uma política pública. Quem faz essa avaliação é o estudante de Jornalismo Matheus dos

Santos Santana, de 21 anos, morador do município de Santo André, em São Paulo, e bolsista parcial do ProUni na FAP-COM. “Minha família nunca teve grana pra pagar uma faculdade privada, e a pública é difícil de passar”, explica.

No ensino médio feito na rede pública, a aula de matemática era quase inexistente: a falta de professor atrapalhou o ensino da disciplina, que é uma das áreas cobradas no Enem. A língua portuguesa também foi uma das perdas de aprendizado, mais uma vez por falta de professor.

Quem apresentou o ProUni para Matheus foi Ana Cláudia, uma professora do ensino médio que, inclusive, o incentivou a estudar. O sonho de entrar na universidade se realizou em 2020, mas até chegar ao “sim” houve muito “levanta e anda”, como Matheus costuma dizer.

No início de 2019, ano pós-ensino médio, se frustrou ao ver amigos publicando nas redes sociais que tinham passado na faculdade. Decidiu, então, que faria cursinho pré-vestibular na modalidade *online*, o que exigiria conexão com a *Internet* e um computador — que ele não tinha em perfeitas condições. No fim, conseguiu a bolsa do ProUni em fevereiro de 2020 e logo será jornalista. Para ele, os sonhos continuam sendo “mudar o mundo” e garantir estabilidade para a família.



Foto: arquivo pessoal

## RAPHAELA TEIXEIRA

A primeira aprovação de Raphaela Teixeira em um vestibular foi em 2015, quando passou no processo seletivo da ETEC, para cursar *Marketing* junto ao ensino médio. O próximo “sim” chegou em 2018,

quando se inscreveu no sistema do ProUni para fazer Relações Públicas na FAPCOM.

Com a escola em tempo integral durante o ensino médio, Raphaela usava o tempo que sobrava para se preparar sozinha para o vestibular, refazendo provas antigas do Enem e pedia ajuda aos professores da escola quando tinha dúvidas. Quanto ao curso, chegou a pensar em Artes cênicas e Biomedicina, além da comunicação; e, quanto à faculdade, mantinha tanto as opções públicas, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e as privadas. “Como eu ia pagar uma faculdade particular, eu não sei, porque meu pai trabalhava de *Uber* e minha mãe estava aposentada”, conta.

Para ela, o que marcou o período da faculdade — e fez com que ele fosse mais leve —, foram as três amigas Giovanna, Maria Laura e Milena. Por coincidência do destino, ou não, as quatro tinham algum tipo de bolsa: duas eram prounistas e duas tinham bolsa de 50% pela própria faculdade.

No mercado de trabalho, os caminhos foram abertos para Raphaela, afinal, desde o primeiro semestre da faculdade ela pôs em prática o que aprendia nas aulas. Trabalhou com assessoria de casamentos e, logo depois, entrou no mundo dos bancos — onde está até hoje como operadora de atendimento.

# **NOTA DA AUTORA**



Se antes eu já conhecia o papel da Educação na vida de uma pessoa, depois deste livro eu tive certeza. As histórias que aqui contei mostram como a escola e a faculdade atravessam a vida dos alunos e os transformam, na mesma medida em que essas instituições são transformadas por eles. Não só a Educação, mas o afeto, a família, os professores e as oportunidades foram pontos de destaque das histórias de Mara Karina, Priscila Tapajowara, Pamela Ramos, Juvanize dos Santos, Alexia Borges e Josias Gomes — além dos prounistas cujas histórias contei no capítulo 10.

Oficialmente, o projeto *Vagas Abertas* nasceu há um ano e meio, em agosto de 2021. Cada dia, desde então, apurei mais e mais o ProUni, as pessoas envolvidas na política pública e o panorama da educação no Brasil. Naquela época, não tinha ideia do quanto falar sobre ensino superior e, claro, sobre o ProUni, poderia render; e rendeu este livro — como tantos outros que poderiam ser feitos com o tema.

Ao longo do processo de pesquisa, análise documental, apuração e escrita deste livro, algumas experiências me marcaram. Tenho de começar pela entrevista que realizei com o educador e ex-presidente executivo do Todos Pela Educação, Mozart Ramos, em junho de 2022. A primeira pergunta que fiz para ele foi: “Como explicar, para quem não estuda a área, de que forma a educação básica está intrinsecamente ligada à educação superior?” Imediatamente, Mozart me disse que eu tinha achado a questão-chave da educação, a noção que o país mais precisa entender para evoluir, afinal, não há como pensar em faculdade, sem garantir a escola primeiro.

A educação básica tanto influencia na educação superior, que são raros os casos em que vemos um jovem que sai do ensino médio e, no ano seguinte, entra na universidade; ou, ainda, que conquista uma vaga no ensino superior sem antes ter feito um curso pré-vestibular. As histórias aqui contadas

são exemplos disso.



*O aluno egresso da educação básica é a matéria-prima do ensino superior. Você não começa um prédio do topo, mas sim, pela base, fazendo as fundações do prédio. Se essas fundações são sólidas e seguras, você tem perspectivas maiores de crescimento, ou seja, o jovem chega à faculdade - e chega bem preparado. Então, a universidade precisa dialogar com a educação básica muito mais do que ela imagina, porque faculdade não é só botar para dentro, é também garantir que essa pessoa vai permanecer* — Mozart Ramos, educador, ex-presidente executivo do Todos Pela Educação e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Outro ponto que me marcou ao longo do processo foi a forma que cheguei a cada um dos personagens deste livro. Desde o início, sabia que, para retratar melhor o impacto do ProUni, precisava representar as cinco regiões do País; afinal, estamos falando de uma política nacional. Para chegar a pessoas distantes de mim geograficamente, optei por utilizar redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*.

No *Facebook*, a estratégia foi adentrar grupos de estudantes universitários e outros específicos para prounistas. No total, foram oito grupos dos quais me tornei membro; em cada um, publiquei uma mensagem explicando a proposta de meu trabalho e o convite para que, quem estivesse disposto a participar, contasse a mim sua história. Ao longo de

2022, conversei com 23 prounistas pelo *Messenger*, aplicativo de mensagens do *Facebook*. Um deles virou personagem deste livro: Josias Gomes, estudante de Medicina graças ao ProUni, mineiro, residente em Presidente Prudente, cuja história contei no capítulo 8.

Já Priscila Tapajowara, cineasta indígena que protagoniza o capítulo 4, conheci por meio de minha faculdade, ou seja, estudamos na mesma instituição.

Quanto aos outros personagens, todos foram “descobertos” através do *Twitter*. Buscas como “ProUni”, “ProUni PCD”, “ProUni primeira turma”, “ProUni trancar”, entre outras combinações na barra de pesquisa, me fizeram encontrar Mara Karina, Pamela Ramos, Juvanize dos Santos e Alexia Borges — retratadas nos capítulos 2, 6 e 7, respectivamente. Se elas não tivessem exposto suas vidas na rede social, e eu não tivesse procurado pelas palavras-chave certas, este livro não seria como é.

Definidos os personagens e feitas duas rodadas de entrevista com cada um, era hora de viajar. Esse é o terceiro ponto que marcou o processo deste livro; na verdade, foram três momentos em três destinos: Curitiba (PR), Brasília (DF) e Presidente Prudente (SP). De malas e perguntas prontas, viajei sozinha para essas cidades para conhecer Pamela, Mara Karina e Josias de perto, viver suas rotinas por alguns dias, observar como convivem com os seus entornos, enxergá-los para além das videochamadas. Curitiba me recebeu com 10 ou 12 graus de temperatura, Brasília com 30, sol e ar seco, e Presidente Prudente com seu clima nada habitual de 21 graus. Sem dúvida, fazer essas viagens e apurações em campo marcaram não só o processo do livro, mas também a minha própria trajetória. O resultado foram os perfis presentes nos capítulos 2, 6 e 8.

Por fim, investigar os 18 anos de existência do ProUni

trouxe a tona diversos aspectos, a começar pelo fato de que o programa foi, sim, pensado pelo ex-ministro da Educação Fernando Haddad junto a odontopediatra e sua esposa Ana Estela, mas nasceu efetivamente através de muitas mãos: do movimento estudantil, na figura da UNE, dos parlamentares que acrescentaram pontos e aprovaram a redação final da lei de janeiro de 2005, das instituições de ensino superior que “compraram” a ideia e da própria sociedade — visto que, foi por causa de uma carta recebida pelo MEC, em 2003, que Ana Estela resgatou a ideia do programa.

Para além disso, o ProUni se consolidou como política pública, pois passou pelos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro e, até hoje, formou mais de 1,2 milhão de pessoas, além das mais de 5 milhões de bolsas oferecidas — como visto no capítulo 3.

Em janeiro de 2023, alcançará a “maioridade”, já que completará 18 anos. Para a fase adulta, ou seja, para os próximos anos de política, há ainda muito a melhorar. Vimos que a bolsa permanência, benefício dado mensalmente aos estudantes em tempo integral, traz uma ajuda enorme, mas tem um valor que não é atualizado há dez anos. Já para os estudantes de cursos que não têm carga horária integral, não há benefício, mas as dificuldades não deixam de aparecer, abrindo a discussão de um possível auxílio estudantil para esse grupo no futuro.

Vimos, também, a existência dos casos de fraude, como quase toda política pública acaba sofrendo no Brasil, a falta de divulgação do programa e desconhecimento dos jovens que o ProUni pode ser um caminho. As mudanças feitas na legislação ao longo dos anos, sendo a mais recente a de 2022, que adiciona estudantes de escolas privadas na condição de pagantes como beneficiários — como detalhado no capítulo 9.

Países do mundo todo, em especial o Brasil, vêm mudando suas estruturas para, finalmente, ter diversidade em todos os espaços. Nas universidades brasileiras, muito se deve à Lei de Cotas, sancionada em 2012, e aos programas de seleção de vagas no ensino superior que as incorporaram: SiSU e ProUni.

Com destaque ao ProUni, pode-se dizer que a radiografia da universidade privada foi impactada pelo programa, já que jovens pretos, indígenas e com deficiência passaram a integrar os espaços por meio da política pública.

Além de que o maior critério do programa é o de renda: desde 2005, o estudante de menor poder aquisitivo que, eventualmente, não consegue acessar a universidade pública devido ao número escasso de vagas, muito menos pagar pelos estudos em uma universidade privada, pode acessar o ensino superior graças ao ProUni. Mas, é claro, ainda há muito a melhorar, apesar de todos os impactos positivos.

A hipótese principal deste projeto era, basicamente, que fazer uma faculdade não se resumia somente à bolsa. São necessárias outras bases para que o estudante entre no ensino superior, cumpra a grade curricular, finalize o curso e, depois, se encaminhe para o mercado de trabalho. Família, saúde física e mental, vida social, trabalho e situação financeira - tudo influencia em como cada trajetória acadêmica será. Mais uma vez, as histórias contadas aqui são claros exemplos.

Por isso, a educação é um salto de fé. A expressão costuma ser usada para identificar processos de ruptura, em que não há uma passagem direta, mas um processo gradativo. “É a ruptura de uma postura anterior perante a vida para outra completamente diferente, algo que te tire de vez da zona de conforto”<sup>84</sup>. Mas, em relação à educação, trata-se de um sal-

---

84 Frase retirada do blog “CEO da própria vida”, disponível em: <https://www.ianborges.com.br/salto-de-fe>

## VAGAS ABERTAS

to de fé dado por duas pontas: a primeira, que acredita no poder de transformação do processo educativo e promove oportunidades na forma de políticas públicas, por exemplo; e a segunda ponta, a que será beneficiada pela educação, ou seja, o estudante que aceita embarcar nesse caminho e escolhe, todos os dias, cursar uma faculdade.

# **AGRADECIMENTOS**



## AGRADECIMENTOS

Aos acontecimentos e pessoas que cruzaram meu caminho nesses últimos 21 anos, por terem me feito ser como sou e, assim, escrever como escrevi este meu primeiro livro.

Às pessoas que entrevistei para que este projeto se tornasse realidade, tanto os personagens, quanto os especialistas. Em especial, aos bolsistas do ProUni: Alexia Borges, Juvani-ze França dos Santos, Josias Junior dos Santos Gomes, Mara Karina Sousa Barbosa da Silva, Pamela Ramos e Priscila Tapa-jowara. Sou imensamente grata por me deixarem contar a história de vocês.

À jornalista e escritora Karla Maria, que admiro como profissional e contadora de histórias. A honra é toda minha por escrever o prefácio deste livro.

À Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e ao Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), por me concederem acesso gratuito a dois eventos — o 24º FNEESP e o Curso Novo ProUni — fundamentais para que eu ampliasse meus conhecimentos sobre educação e escrevesse este livro.

À Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Conselho Nacional de Educação (2020-2022), ex-presidente do Inep (1995-2002) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação (2016-2018), pela entrevista concedida e por contribuir para que eu ampliasse minhas perspectivas sobre a educação brasileira e os sistemas de avaliação.

A Mozart Neves Ramos, educador e ex-presidente executivo da iniciativa Todos Pela Educação, por abrir meus olhos

para a educação básica enquanto fio condutor para a educação superior e pela gentileza em compartilhar seus conhecimentos comigo, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À Cristiane Kayser, jornalista da União Nacional dos Estudantes (UNE), pelo feliz encontro no 6º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, da Jeduca, e por me ajudar a chegar ao ex-presidente da UNE, Gustavo Petta.

À professora e jornalista Cilene Victor da Silva, que esteve na banca de qualificação deste projeto, “colocou uma pulga” atrás da minha orelha e me fez ir atrás de uma das histórias mais inspiradoras que já vi — e que está neste livro.

À Marcela Reis, por revisar tão cuidadosamente o conteúdo deste livro. A Pedro Cristal, pela parceria e por me fotografar para a seção da autora.

Aos professores da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), por me terem me capacitado pessoal e profissionalmente desde o dia 18 de fevereiro de 2019 para que, enfim, eu pudesse ser chamada de “jornalista”. Wagner Belmonte, Lilian Crepaldi, Fernanda Iarossi, Fernanda Budag, Pe. Antonio Iraldo, Carlos Eduardo Aguiar, Giovanni Vella entre tantos outros.

À professora Deisy Fernanda Feitosa Roman, minha orientadora, pela caminhada juntas durante um ano e meio para fazer este livro-reportagem acontecer. Nunca vou esquecer do brilho no seu olhar quando te contei, pela primeira vez, que o ProUni seria tema do meu TCC. Obrigada por tudo!

## AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas e amigos de graduação, por compartilharem comigo as dores e as delícias de se tornar um jornalista. E, é claro, por me inspirarem, por rirem das minhas “palhaçadas” e me tolerarem nos últimos quatro anos.

À psicóloga Amanda Minello, que esteve comigo durante a concepção do TCC, me ajudando a processar a complexidade do projeto e a entender o valor que tem para mim — tudo isso enquanto a vida continuava acontecendo e tratávamos de outros assuntos durante as sessões de terapia.

Às professoras e professores do ensino fundamental e médio, que acreditaram em mim e não me deixaram desistir de estudar. Se estou aqui, a Educação venceu (e vocês também!).

Aos meus pais e ao meu irmão, por serem a minha maior base. Pai, obrigada por ter estado comigo no dia da matrícula do ProUni, pelas caronas na volta de entrevistas, pelos cafés preparados às seis da manhã e por respeitar o meu espaço enquanto escrevia o livro. Mãe, qualquer palavra é pouco para te agradecer por ser uma ouvinte tão boa para mim, especialmente depois de qualquer entrevista, e por me amar incondicionalmente. Irmão, obrigada por ser você. Eu não seria nada sem vocês três.

A todas as forças espirituais, as quais creio genuinamente, por me guiarem até aqui.

À versão de 10 anos da Larissa Lopes, que sonhava em “ser grande” e escrever um livro um dia. (Obs: Nós conseguimos!)



# SOBRE A AUTORA

Larissa Lopes tem 21 anos, nasceu na capital paulista e é formada em Comunicação Visual. Apaixonou-se pela educação quando, em seu primeiro estágio, trabalhou em uma organização não-governamental (ONG) ligada à causa. É fã da cor amarela, de músicas *pop* e das sagas *Crepúsculo* e *Harry Potter*. Não dispensa café, festa e boas histórias para contar. Desde que entrou na faculdade, leva consigo a frase “gosto de falar, mas gosto mais de ouvir”, além do sonho de ser escritora.

*Vagas Abertas* é seu primeiro livro, cuja publicação lhe confere o título de bacharel em Jornalismo pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).



Foto: Pedro Cristal



"Em seu trabalho, Larissa Lopes provoca nosso olhar e uma discussão sobre o acesso ao ensino superior brasileiro por meio de uma apuração caprichada com o pé na realidade, na rua, e com o olhar naquele e naquela que lhe conferem confiança, tempo, um bolinho de chuva, um sorriso. É bonito. É necessário. É jornalismo."

## DO PREFÁCIO DE KARLA MARIA

Fazer uma faculdade é escolher, todos os dias, trilhar uma carreira. É ter que lidar com uma série de desafios para continuar estudando. A situação se agrava quando há desejo de estudar, mas faltam oportunidades. É nesse contexto que o Programa Universidade para Todos surge em 2005: para conceder bolsas de estudos em universidades privadas a jovens que estavam fora do ensino superior. *Vagas Abertas* resgata os 18 anos do ProUni e conta as histórias de quem subiu mais um degrau e chegou à faculdade por meio do programa. De norte a sul, a jornalista Larissa Lopes apresenta as trajetórias de preunistas de cursos e realidades diferentes, mas com um ponto em comum: a aposta na Educação.

VAGAS  
ABERTAS